LARISSA CRISTINA RIBEIRO E SOUZA

O EFEITO DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS E DO AMBIENTE INSTITUCIONAL NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA

LAVRAS – MG
2025

LARISSA CRISTINA RIBEIRO E SOUZA

O EFEITO DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS E DO AMBIENTE INSTITUCIONAL NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Estratégia de Negócios Globais e Finanças Corporativas para obtenção do título de Doutora.

Profa. Dra. Cristina Lelis Leal Calegario
Orientadora

LAVRAS – MG
2025

Ficha catalográfica elaborada pela Catalogação da Biblioteca Universitária da UFLA

Souza, Larissa Cristina Ribeiro e.
O Efeito das Empresas Multinacionais e do Ambiente Institucional no Desenvolvimento Sustentável na América Latina / Larissa Cristina Ribeiro e Souza. - 2024.
153 p. : il.

Orientador(a): Cristina Lelis Leal Calegario.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2025.
Bibliografia.

1. Empresas multinacionais. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Ambiente institucional. I. Calegario, Cristina Lelis Leal. II. Título.

LARISSA CRISTINA RIBEIRO E SOUZA

O EFEITO DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS E DO AMBIENTE INSTITUCIONAL NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA

THE EFFECT OF MULTINATIONAL ENTERPRISES AND THE INSTITUTIONAL ENVIRONMENT ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Estratégia de Negócios Globais e Finanças Corporativas para obtenção do título de Doutora.

Aprovada em 31 de julho de 2024.

Dra. Cláudia Sofia Frias Pinto	USP
Dra. Juciara Nunes de Alcântara	UFLA
Dr. Marco Túlio Dinali Viglioni	UFLA
Dr. Lelis Pedro de Andrade	IFMG

gov.br
Documento assinado digitalmente
CRISTINA LELIS LEAL CALEGARIO
Data: 04/04/2025 13:44:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Cristina Lelis Leal Calegario
Orientadora

LAVRAS – MG
2025

À minha mãe, Maria Cristina, fonte de amor e inspiração.
Dedico

AGRADECIMENTOS

A jornada que culmina nesta tese não teria sido possível sem o apoio e a inspiração de pessoas especiais, às quais dedico minha mais profunda gratidão.

Primeiramente, à minha mãe, Maria Cristina, que acreditou em mim quando eu mais duvidava. Seu amor incondicional e suas palavras de apoio foram a força que me manteve firme nos momentos mais desafiadores. Ao meu pai, Marquinho, por todo apoio e presença. Ao meu irmão, Hiago, pela parceria e incentivo. Às minhas tias que torceram por mim e celebraram cada conquista. Aos amigos que compartilharam comigo essa caminhada, tornando os desafios mais leves e as vitórias ainda mais especiais, obrigada por todas as conversas, energias positivas e momentos de descontração.

Aos colegas e professores, que contribuíram para meu crescimento como pesquisadora. Cada troca de ideias e experiências foi essencial nesta trajetória. Ao Programa de Pós-Graduação em Administração, aos seus profissionais e à equipe administrativa, essenciais para a criação de um ambiente acadêmico de excelência. À Universidade Federal de Lavras – que foi mais que um espaço de aprendizado –, ao longo dos anos, da graduação ao doutorado, cada etapa foi marcada por desafios, descobertas e transformações que me permitiram crescer tanto como profissional quanto como ser humano.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Portanto, agradeço à CAPES e ao CNPq, que não apenas possibilitaram a realização deste doutorado, mas também desempenham um papel crucial no fomento à pesquisa, abrindo caminhos para o conhecimento e o progresso científico em nosso país.

Por fim, expresso minha gratidão à minha orientadora, Cristina Calegario, pela paciência, dedicação e sabedoria. Suas orientações sempre precisas foram essenciais para a concretização deste trabalho. Agradeço por ser não apenas uma mentora acadêmica, mas também um exemplo de profissionalismo e generosidade.

A todos, o meu muito obrigada!

“A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la.”
(Eduardo Galeano)

RESUMO

As empresas multinacionais (EMNs), por meio do investimento direto estrangeiro (IDE), podem gerar impactos positivos ou negativos em diversos países, decorrentes de externalidades resultantes de suas atividades de produção. Com base nas Teorias Institucional e da Legitimidade, o contexto institucional desempenha um papel essencial na orientação estratégica das EMNs, como a publicação de relatórios de sustentabilidade, visando obter legitimação e aceitação social. Com a adoção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas (ONU), as EMNs têm buscado evidenciar seu compromisso com melhores práticas ambientais, sociais e financeiras. Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é investigar os efeitos das EMNs no desenvolvimento sustentável em países com economias menos desenvolvidas. Especificamente, busca-se: (1) revisar a literatura sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de economias emergentes; (2) examinar o papel do ambiente institucional regulatório na relação entre o IDE e as questões econômicas, sociais e ambientais em países latino-americanos; (3) analisar a influência da governança corporativa das EMNs e da governança institucional dos países de origem na contribuição para o desenvolvimento sustentável das EMNs na América Latina. O foco na América Latina é relevante devido às reformas estruturais e institucionais que os países da região passaram nas últimas décadas, além de sua dependência do IDE, o que aumenta sua vulnerabilidade e representa um grande obstáculo para alcançar os ODS. Para atender aos objetivos de pesquisa, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, e adotou-se uma abordagem quantitativa, utilizando modelos de regressão de dados em painel dinâmico, como o Modelo de Efeitos Aleatórios e o Método dos Momentos Generalizados Sistêmicos (*System* GMM). Os resultados indicam que as EMNs têm efeitos ambíguos no desenvolvimento sustentável das economias emergentes, sendo o ambiente institucional do país hospedeiro um fator crucial para determinar se as externalidades geradas são positivas ou negativas. Quanto ao impacto do IDE, observou-se uma relação negativa e significativa entre o IDE e os indicadores de sustentabilidade econômica, ambiental e social, com a intensidade dos efeitos sendo mais pronunciada em países com regulamentações mais liberais nos mercados de crédito, trabalho e negócios. Em relação às EMNs atuantes na América Latina, o compromisso com o desenvolvimento sustentável foi negativamente impactado pelo tamanho do conselho de administração, uma característica importante da governança corporativa, e pela governança institucional dos países de origem. Esses resultados indicam a necessidade de reformas que fortaleçam a orientação institucional para o desenvolvimento sustentável na maioria dos países latino-americanos, cujas legislações ambientais e sociais não acompanharam as reformas regulatórias que buscavam tornar o ambiente de negócios mais favorável às EMNs. Dessa forma, argumenta-se que o liberalismo econômico, aliado a políticas de incentivo ao IDE sem restrições, prejudica os países com economias menos desenvolvidas. Além disso, EMNs verdadeiramente comprometidas com o desenvolvimento sustentável podem adotar práticas de governança responsáveis, independentemente das falhas institucionais locais, cumprindo com as exigências socioambientais tanto em economias desenvolvidas quanto em emergentes, sem se aproveitar de falhas institucionais.

Palavras-chave: empresas multinacionais; investimento direto estrangeiro; desenvolvimento sustentável; governança corporativa; ambiente institucional.

ABSTRACT

Multinational enterprises (MNEs), through foreign direct investment (FDI), can generate positive or negative impacts in various countries, resulting from externalities arising from their production activities. From the perspective of the Institutional and Legitimacy Theories, the institutional context plays a key role in guiding the strategic actions of MNEs, such as the publication of sustainability reports, aiming to achieve legitimacy and social acceptance. With the adoption of the 17 Sustainable Development Goals (SDGs) by the United Nations (UN), MNEs have been seeking to demonstrate their commitment to better environmental, social, and financial practices. In this context, the overall objective of this research is to investigate the effects of MNEs on sustainable development in least developed economies. Specifically, it aims to: (1) review the literature on the role of MNEs in the sustainable development of emerging economies; (2) examine the role of the regulatory institutional environment in the relationship between FDI and economic, social, and environmental issues in Latin American countries; and (3) analyze the influence of MNEs' corporate governance and the institutional governance of their home countries on their contribution to sustainable development in Latin America. The focus on Latin America is relevant due to the structural and institutional reforms the countries in the region have undergone in recent decades, as well as their dependence on FDI, which increases their vulnerability and represents a significant obstacle to achieving the SDGs. To address the research objectives, a systematic literature review was conducted, and a quantitative approach was adopted, using dynamic panel data regression models, such as the Random Effects Model and the Generalized Method of Moments (System GMM). The results indicate that MNEs have ambiguous effects on the sustainable development of emerging economies, with the institutional environment of the host country being a crucial factor in determining whether the externalities generated are positive or negative. Regarding the impact of FDI, a significant negative relationship was found between FDI and indicators of economic, environmental, and social sustainability, with the intensity of the effects being more pronounced in countries with more liberal regulations in credit, labor, and business markets. For MNEs operating in Latin America, commitment to sustainable development was negatively impacted by the size of the board of directors, an important characteristic of corporate governance, and by the institutional governance of the home countries. These results indicate the need for reforms that strengthen institutional orientation towards sustainable development in most Latin American countries, whose environmental and social regulations have not kept pace with regulatory reforms aimed at making the business environment more favorable to MNEs. Therefore, it is argued that economic liberalism, combined with unrestricted FDI incentive policies, harms least developed economies. Furthermore, MNEs that are genuinely committed to sustainable development can adopt responsible governance practices, regardless of local institutional failures, complying with socio-environmental requirements in both developed and emerging economies, without exploiting institutional gaps.

Keywords: multinational enterprises; foreign direct investment; sustainable development; corporate governance; institutional environment.

INDICADORES DE IMPACTO

Esta tese tem como objetivo investigar os efeitos das empresas multinacionais (EMNs) por meio do investimento direto estrangeiro (IDE) no desenvolvimento sustentável em países de economia emergente, considerando a influência do ambiente institucional. A pesquisa une as Teorias Institucional e da Legitimidade para examinar como as EMNs buscam legitimação e aceitação social, por meio de práticas como a publicação de relatórios de sustentabilidade e a adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O estudo foca nos países da América Latina considerando as reformas estruturais e institucionais, a dependência do IDE e a vulnerabilidade socioeconômica da região, que pode representar um obstáculo para o alcance dos ODS. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa com modelos econométricos, como o Modelo de Efeitos Aleatórios e o Método dos Momentos Generalizados Sistêmicos (*System* GMM). Os resultados evidenciam que o impacto das EMNs no desenvolvimento sustentável das economias emergentes é ambíguo, dependendo do ambiente institucional do país hospedeiro. Além disso, observou-se uma relação negativa entre IDE e indicadores de sustentabilidade econômica, ambiental e social, incluindo intensificação da pobreza, dominação de mercados locais, tecnologias defasadas, interferência em políticas econômicas e impactos negativos na saúde e meio ambiente. Esses efeitos tendem a ser mais intensos em países com regulamentações mais flexíveis nos mercados de crédito, trabalho e negócios, associadas à doutrina do liberalismo econômico. Os resultados indicam também que o compromisso das EMNs com o desenvolvimento sustentável é negativamente influenciado por fatores internos às empresas como o tamanho do conselho de administração, e pela governança institucional dos países de origem. Esses resultados reforçam a necessidade de reformas institucionais que fortaleçam a orientação para o desenvolvimento sustentável, especialmente considerando que legislações ambientais e sociais não evoluíram na mesma velocidade das reformas regulatórias voltadas à atração do IDE. Portanto, argumenta-se que a liberalização econômica sem mecanismos de controle pode prejudicar as economias menos desenvolvidas, exigindo um equilíbrio entre incentivo ao IDE e fortalecimento das políticas de sustentabilidade. A pesquisa gera conhecimentos potencialmente relevantes para formuladores de políticas públicas e gestores empresariais, destacando a importância de regulamentações institucionais mais robustas para possibilitar a geração de benefícios do IDE. Além disso, reforça a necessidade de que EMNs verdadeiramente comprometidas com o desenvolvimento sustentável devem adotar práticas de governança responsáveis, independentemente das falhas institucionais locais, contribuindo efetivamente para o alcance dos ODS, especialmente o ODS 1 (Erradicação da pobreza), o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), o ODS 10 (Redução das desigualdades), o ODS 12 (Consumo e produção responsáveis), o ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), e o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação). Assim, esta tese fornece uma visão abrangente sobre como a relação entre EMNs, IDE e ambiente institucional pode impactar a sustentabilidade das economias emergentes, enfatizando a importância de políticas regulatórias alinhadas aos desafios do desenvolvimento sustentável.

IMPACT INDICATORS

This thesis aims to investigate the effects of multinational enterprises (MNEs) through foreign direct investment (FDI) on sustainable development in emerging economies, considering the influence of the institutional environment. The research combines Institutional and Legitimacy Theories to examine how MNEs seek legitimacy and social acceptance through practices such as publishing sustainability reports and adhering to the United Nations (UN) Sustainable Development Goals (SDGs). The study focuses on Latin American countries, considering structural and institutional reforms, FDI dependency, and the region's socioeconomic vulnerability, which may hinder the achievement of the SDGs. The research employs a quantitative approach using econometric models such as the Random Effects Model and the System Generalized Method of Moments (System GMM). The results show that the impact of MNEs on the sustainable development of emerging economies is ambiguous, depending on the institutional environment of the host country. Furthermore, a negative relationship was observed between FDI and economic, environmental, and social sustainability indicators, including increased poverty, dominance of local markets, outdated technologies, interference in economic policies, and adverse effects on human health and the environment. These effects tend to be more intense in countries with more flexible regulations in credit, labor, and business markets, associated with the doctrine of economic liberalism. The findings also indicate that MNEs' commitment to sustainable development is negatively influenced by internal corporate factors, such as board size, and by the institutional governance of their home countries. These results reinforce the need for institutional reforms that strengthen sustainability-oriented policies, especially considering that environmental and social legislation has not evolved at the same pace as regulatory reforms aimed at attracting FDI. Thus, it is argued that economic liberalization without control mechanisms can harm less developed economies, requiring a balance between FDI incentives and the strengthening of sustainability policies. The research generates potentially relevant insights for policymakers and business managers, highlighting the importance of stronger institutional regulations to ensure that FDI generates benefits. Moreover, it reinforces the need for MNEs truly committed to sustainable development to adopt responsible governance practices, regardless of local institutional failures, effectively contributing to the achievement of the SDGs, particularly SDG 1 (No Poverty), SDG 8 (Decent Work and Economic Growth), SDG 9 (Industry, Innovation, and Infrastructure), SDG 10 (Reduced Inequalities), SDG 12 (Responsible Consumption and Production), SDG 13 (Climate Action), SDG 16 (Peace, Justice, and Strong Institutions), and SDG 17 (Partnerships for the Goals). Thus, this thesis provides a comprehensive view of how the relationship between MNEs, FDI, and the institutional environment can impact the sustainability of emerging economies, emphasizing the importance of regulatory policies aligned with the challenges of sustainable development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. 19
Figura 2 – Fluxograma PRISMA mostrando a inclusão de artigos. 34
Figura 3 – Tendência em citações e publicações. 36
Figura 4 – Rede de palavras-chave. 38
Figura 5 – Escopo geográfico dos artigos empíricos. 41
Figura 6 – Gráfico de dispersão dos índices de sustentabilidade pela regulação. 86
Figura 7 – Modelo conceitual de pesquisa. 117
Figura 8 – Mapa dos países hospedeiros. 125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Periódicos de maior produtividade. 36
Tabela 2 – Classificação dos artigos por questão empírica. 45
Tabela 3 - Variáveis dependentes, independentes e de controle. 81
Tabela 4 - Classificação das variáveis de acordo com os ODS. 82
Tabela 5 - Estatísticas descritivas. 86
Tabela 6 - Matriz de correlação. 88
Tabela 7 - Modelos de regressão de efeitos aleatórios. 90
Tabela 8 - Modelos de regressão de efeitos aleatórios com medidas alternativas. 93
Tabela 9 - Modelos de regressão *System* GMM. 95
Tabela 10 - Países de origem das EMNs e quantidade de países hospedeiros na América Latina. 124
Tabela 11 - Classificação dos indicadores GRI de acordo com os ODS. 127
Tabela 12 - Variáveis dependente, independentes e de controle. 128
Tabela 13 - Estatística descritivas e matriz de correlação. 132
Tabela 14 - Resultados das regressões. 133

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 14

1.1. Contextualização 18

1.2. Contribuições teóricas e implicações práticas 21

1.3. Estrutura do trabalho 23

REFERÊNCIAS 24

ARTIGO 1 – EMPRESAS MULTINACIONAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ECONOMIAS EMERGENTES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA 30

1. INTRODUÇÃO 31

2. METODOLOGIA 33

3. ANÁLISE DESCRITIVA 35

3.1. Tendências de publicação e citação 35

3.2. Periódicos mais relevantes 36

3.3. Rede de palavras-chave 37

4. ANÁLISE DA LITERATURA 38

4.1. Fundamentos teóricos 39

4.2. Abordagens metodológicas 40

4.3. Questões empíricas 41

4.3.1. Determinantes contextuais do impacto das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente 42

4.3.2. Impacto da atuação de EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente 46

4.3.3. Estratégias de sustentabilidade empregadas por EMNs em países de economia emergente 49

5. DISCUSSÃO E AGENDA DE PESQUISAS 55

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 59

REFERÊNCIAS 60

ARTIGO 2 – INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA: O PAPEL MODERADOR DO AMBIENTE INSTITUCIONAL REGULATÓRIO HOSPEDEIRO 68

1. INTRODUÇÃO 69

2. REVISÃO DE LITERATURA E HIPÓTESES 72

2.1. A Teoria Institucional nos Negócios Internacionais 72

2.2. Impactos do investimento direto estrangeiro na sustentabilidade econômica 73

2.3. Impactos do investimento direto estrangeiro na sustentabilidade ambiental 76

2.4. Impactos do investimento direto estrangeiro na sustentabilidade social 78

3. METODOLOGIA 80

3.1. Amostra de pesquisa e coleta de dados 80
3.2. Variáveis dependentes 82
3.3. Variáveis independentes 83
3.4. Variáveis de controle 83
3.5. Equações 84
4. RESULTADOS 85
4.1. Análises de robustez 92
5. DISCUSSÃO 96
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 99
REFERÊNCIAS 101
ARTIGO 3 – COMPROMISSO DE MULTINACIONAIS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ECONOMIAS EMERGENTES: O PAPEL DA GOVERNANÇA CORPORATIVA E DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL 110
1. INTRODUÇÃO 111
2. REFERENCIAL TEÓRICO 114
2.1. Visão institucional da teoria da legitimidade 114
3. HIPÓTESES E MODELO CONCEITUAL 116
3.1. Governança corporativa 118
3.2. Governança institucional do país de origem 121
4. METODOLOGIA 123
4.1. Amostra de pesquisa e coleta de dados 123
4.2. Variável dependente 126
4.3. Variáveis independentes 128
4.4. Variáveis de controle 129
4.5. Análise dos dados 130
5. RESULTADOS 131
6. DISCUSSÃO 134
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 137
REFERÊNCIAS 139
CONSIDERAÇÕES FINAIS 149

1. INTRODUÇÃO

No decorrer dos últimos anos, as expectativas sociais em relação às empresas aumentaram, sendo, cada vez mais, chamadas a contribuir para o desenvolvimento sustentável (Kolk; van Tulder, 2010; Kolk, 2016). O desenvolvimento sustentável, conforme definido no relatório da Comissão Brundtland, é o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações atuais, de modo que a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades não é comprometida (WCED, 1987). No campo organizacional, o conceito de desenvolvimento sustentável expandiu-se na década de 1990, para incluir a consideração simultânea do crescimento econômico, proteção ambiental e equidade social no planejamento de negócios e na tomada de decisões corporativas (Rondinelli; Berry, 2000). Diferentes conceitos foram integrados no discurso do papel das empresas no desenvolvimento sustentável, como por exemplo, responsabilidade social corporativa, cidadania corporativa, e sustentabilidade corporativa (van Zanten; van Tulder, 2018).

As expectativas sociais de contribuição para o desenvolvimento sustentável são ainda mais intensas no caso das empresas multinacionais (EMNs). Tal situação ocorre devido à influência, ao poder econômico e às atividades globais dessas empresas, que estão expostas a um número maior de *stakeholders* e a diferentes contextos institucionais, tanto em seus países de origem quanto nos países hospedeiros (Kiefner; Mohr; Schumacher, 2022; Kolk; van Tulder, 2010). No entanto, justamente por sua grande influência, as EMNs, em favor de suas agendas de maximização de lucros, muitas vezes buscam contornar legislações voltadas à manutenção do bem-estar econômico, social e ambiental dos países hospedeiros, especialmente os de menor desenvolvimento econômico (Clarke; Boersma, 2017; Hinings; Greenwood, 2002; Ullah et al., 2021). Como resultado, as EMNs são alvos de críticas contundentes quanto às práticas adotadas na condução de seus negócios, que dificultam o alcance do desenvolvimento sustentável (Brammer; Nardella; Surdu, 2021; Byrne, 2014; Giuliani, 2019; Kolk; van Tulder, 2010).

Entretanto, a realidade das EMNs em relação ao desenvolvimento sustentável varia conforme o nível de desenvolvimento econômico dos países hospedeiros. Em economias menos desenvolvidas, os efeitos negativos das atividades das EMNs tendem a ser mais intensos. Entre esses efeitos, destacam-se o agravamento e a perpetuação da pobreza (Hanoteau, 2023), a implementação de práticas trabalhistas abusivas (Villena; Wilhelm; Xiao, 2021), a transferência de operações mais poluentes para esses países (Demena; Afesorgbor, 2020; Singhania; Saini, 2021), e a exploração excessiva de recursos naturais (Narula, 2018; Machanguana; Sardinha, 2021). Essa diferença de impacto ocorre, em grande parte, porque países de economia menos desenvolvida normalmente contam com o investimento direto estrangeiro (IDE) como uma

forma de alavancar seu crescimento econômico (Hansen; Rand, 2006). Para tanto, tendem a flexibilizar normas e regulamentações sociais e ambientais em benefício de EMNs (Contractor et al., 2020; Xie; Wang; Cong, 2020). Por essa razão, a discussão tem se voltado para a necessidade de atrair IDE com características sustentáveis, e não apenas aumentar o volume de investimentos (Sauvant; Mann, 2019). Assim, a intervenção pública deve priorizar a qualidade do IDE buscando atrair investidores que proporcionem os maiores benefícios para os países hospedeiros (Guimón et al., 2018; Spencer, 2008).

Por outro lado, em economias mais desenvolvidas, as EMNs tendem a demonstrar maior compromisso com questões sustentáveis (Li et al., 2018; Penney et al., 2023). Isso ocorre porque esses países, por contarem com instituições regulatórias mais fortes, têm a capacidade de pressionar de forma mais efetiva as EMNs para que atendam padrões mais altos de sustentabilidade (Dai; Xie; Chu, 2021; Liu et al., 2023). Para as EMNs provenientes de economias emergentes, operantes em economias mais desenvolvidas, a pressão para atender aos padrões de sustentabilidade tende a ser ainda maior (Duque-Grisales et al., 2020; Saeed; Riaz; Baloch, 2023). Essa maior cobrança está relacionada ao conceito de “desvantagem de estrangeiro”, amplamente discutido na literatura de negócios internacionais (Zaheer, 1995; Denk; Kaufmann; Roesch, 2012). As desvantagens de estrangeiro referem-se aos custos adicionais de se fazer negócios em um mercado externo, o que inclui desafios no acesso a informações e recursos locais, bem como a dificuldade em obter a mesma legitimidade e aceitação que as empresas locais (Hymer, 1960; Zaheer, 1995; Zaheer, 2002; Zaheer; Mosakowski, 1997). Portanto, as EMNs de economias emergentes tendem a estar mais focadas na construção de uma reputação positiva (Kostova; Zaheer, 1999). Isso inclui o envolvimento em ações mais sustentáveis em países de economia desenvolvida (Ciasullo et al., 2020; Gomez-Trujillo; Gonzalez-Perez; Baena-Rojas, 2024; Plaza-Casado et al., 2024), ao mesmo tempo em que também se aproveitam de brechas institucionais em países de economia menos desenvolvida (Ascani; Nair; Iammarino, 2023; Machanguana; Sardinha, 2021).

A busca por uma reputação positiva e a adaptação a padrões institucionais no exterior podem ser mais bem compreendidas por meio de teorias que explicam o comportamento das EMNs diante de pressões externas. O desenvolvimento sustentável corporativo, na pesquisa de negócios internacionais, é comumente analisado sob o prisma da teoria institucional e da teoria da legitimidade. A teoria institucional leva em conta três tipos de pressões institucionais isomórficas às quais as EMNs podem estar sujeitas, tanto em países hospedeiros, quanto em seus países de origem, sendo elas de natureza coercitiva, mimética e normativa (DiMaggio; Powell, 1983). Sob tais pressões, que transcendem o controle intencional das organizações

(Suchman, 1995), as EMNs podem buscar o engajamento em práticas mais sustentáveis para se adequar ao ambiente institucional (Brammer; Nardella; Surdu, 2021). Já a teoria da legitimidade utiliza o conceito de "contrato social" para descrever as expectativas sociais sobre as empresas (Deegan, 2018), e sugere que as EMNs buscam apoio social por meio de símbolos, como a adoção de práticas sustentáveis, para manter sua legitimidade (Suchman, 1995).

Em resposta a essas pressões, muitas EMNs têm se envolvido em práticas além de seus interesses econômicos diretos, com o objetivo de obter ou manter legitimidade em diferentes contextos culturais e institucionais (Gomez-Trujillo; Gonzalez-Perez; Baena-Rojas, 2024; Kolk; van Tulder, 2010; Park; Chidlow; Choi, 2014). A adoção de relatórios de sustentabilidade tem sido uma forma comum de demonstrar esse engajamento. Tais relatórios se tornaram uma ferramenta padrão entre as EMNs para lidar com as demandas dinâmicas dos *stakeholders*, oferecendo transparência sobre as externalidades sociais e ambientais das empresas (Tashman; Marano; Kostova, 2019). Contudo, práticas como o *greenwashing*, que exageram os resultados sustentáveis nos relatórios, têm sido alvo de críticas por enfraquecer a credibilidade das EMNs no que diz respeito à sua real contribuição para o desenvolvimento sustentável (Baldi; Pandimiglio, 2022; Zhang; Pan; Janardhanan, 2022). O *greenwashing* ocorre quando as empresas buscam fortalecer sua legitimidade por meio de estratégias simbólicas, destacando práticas que, na realidade, são pouco substanciais (Tashman; Marano; Kostova, 2019). Como afirmado por Schuman (1995), a legitimidade é objetivamente possuída, mas subjetivamente criada, sendo moldada pela percepção pública das ações da organização.

Nesse contexto global, a adoção da Agenda 2030, que abrange 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pela Organização das Nações Unidas (ONU) e seus Estados-Membros, em 2015, trouxe um novo marco global para alinhar as práticas empresariais com as prioridades de desenvolvimento sustentável. Com a crescente tendência das EMNs em mencionar os ODS em seus relatórios de sustentabilidade (Curtó-Pagès et al., 2021), essa estrutura tem sido considerada uma maneira de demonstrar o impacto mais amplo das operações, visando resultados mais substanciais no desenvolvimento sustentável (DeVilliers; Kuruppu; Dissanayake, 2021), o que tem gerado um crescente interesse no campo de negócios internacionais. Entretanto, a vinculação das EMNs aos ODS não ocorre isenta de contestações. Observações críticas têm sido suscitadas em decorrência do engajamento superficial com os ODS, aliado à ênfase quase exclusiva nas contribuições positivas, em contraste com a falta de transparência sobre os impactos negativos resultantes das operações empresariais (Ferrón Vílchez; Ortega Carrasco; Serrano Bernardo, 2022; Heras-Saizarbitoria; Urbieta; Boiral, 2022; Rao-Nicholson; Thein; Zhong, 2024). Apesar disso, a Agenda 2030 tem se consolidado como

um consenso mundial sobre como integrar as dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento, algo que iniciativas anteriores, como a criação de valor social e a responsabilidade social corporativa, não conseguiram alcançar de forma tão abrangente (van Zanten; van Tulder, 2018; Sinkovics; Vieira; van Tulder, 2022).

Nesse sentido, a atuação das EMNs se conecta diretamente ao alcance dos ODS, especialmente em economias emergentes e em desenvolvimento, que são dependentes de IDE e enfrentam desafios únicos na promoção do desenvolvimento sustentável. O sucesso dessa contribuição depende de como os fluxos de IDE são moldados pelas condições específicas dos países hospedeiros e dos países de origem, das configurações das EMNs e das políticas públicas que influenciam esses investimentos. Como o fenômeno ainda é pouco explorado na literatura, este estudo propõe investigar essas questões no contexto latino-americano, uma vez que a região enfrenta desafios particulares e oportunidades únicas para o desenvolvimento sustentável e para a implementação dos ODS. Os países latino-americanos, além de serem destinos significativos de IDE (UNCTAD, 2022), possuem um contexto institucional diversificado, com grandes reconfigurações estruturais nas últimas décadas (Goldfajn; Martínez; Valdés, 2021; Trevino; Thomas; Cullen, 2008), e enfrentam sérias dificuldades na promoção do desenvolvimento sustentável (Sachs et al., 2021), tornando-se um cenário relevante para essa pesquisa.

Perante o exposto, o problema de pesquisa que guia este trabalho é: **Qual o efeito das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente?** Dessa forma, estabeleceu-se como objetivo geral: investigar o impacto das ações das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente. Para responder o problema de pesquisa e atender ao objetivo geral, é necessário a investigação de fatores que influenciam tanto o contexto em que estão inseridas as EMNs, quanto as características de sua estrutura corporativa. Para tanto, são propostos três objetivos específicos. Cada objetivo específico corresponde a um artigo desta Tese (Artigo 1, Artigo 2 e Artigo 3).

O primeiro objetivo específico (Artigo 1) é: revisar a literatura de negócios internacionais sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de economias emergentes. Este artigo foi guiado pelas seguintes questões de pesquisa: Quais são as tendências de pesquisa sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de economias emergentes na literatura de negócios internacionais? Qual o estado do conhecimento sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de economias emergentes em termos dos seus fundamentos teóricos, abordagens metodológicas, e questões empíricas? Para responder essas questões foi realizada uma revisão sistemática da literatura. Análises bibliométrica e de

conteúdo foram adotadas para sintetizar o corpo de conhecimento existente e fornecer uma visão abrangente do campo de pesquisa.

O segundo objetivo específico (Artigo 2) é: examinar o papel do IDE e do ambiente institucional regulatório dos países hospedeiros na sustentabilidade econômica, ambiental, e social dos países latino-americanos. Para atender a esse objetivo, no Artigo 2, foi adotada uma metodologia quantitativa para analisar as dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável, com base nos ODS, tendo em vista a necessidade de compreender os impactos do IDE em sua totalidade. Nesse contexto, as instituições regulatórias que determinam os níveis de regulação dos mercados de crédito, de trabalho e de negócios são fundamentais pois indicam se um maior nível de liberalização impulsiona ou refreia a geração de externalidades positivas de IDE.

O terceiro objetivo específico (Artigo 3) é: analisar a influência da governança corporativa das empresas e da governança institucional dos países de origem no comprometimento com o desenvolvimento sustentável de EMNs atuantes na América Latina. A qualidade da governança corporativa interna à EMN é fundamental para que as demandas dos *stakeholders* sejam atendidas. Já a governança institucional do país de origem pode ser fonte de pressão para a boa conduta empresarial no que tange à adoção de práticas sustentáveis que aumentem o comprometimento com o desenvolvimento sustentável nos países em que as EMNs mantêm operações. Para realizar esta análise, no Artigo 3, também foi adotada uma metodologia quantitativa. O comprometimento das EMNs com o desenvolvimento sustentável foi mensurado por meio de informações divulgadas pelas EMNs em seus relatórios de sustentabilidade.

1.1. Contextualização

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável fornece um plano compartilhado de paz e prosperidade para as pessoas e o planeta. Com base nisso, a Agenda estabelece cinco pilares de importância crítica, chamados de “cinco Ps”: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias (Jayasooria, 2016). No seu cerne, estão os 17 ODS (Figura 1), que são um pedido de ação de todos os países – de economia desenvolvida, emergente ou em desenvolvimento – em uma parceria global. Tais objetivos reconhecem que o fim da pobreza e outras privações deve seguir concomitantemente com estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento econômico – ao mesmo tempo em que enfrentem mudanças climáticas e trabalhem para preservar oceanos e florestas (ONU, 2022).

Os 17 ODS se baseiam em décadas de esforços internacionais de monitoramento global de desenvolvimento sustentável pelos países participantes e pela ONU. Os últimos 30 anos foram marcados por inúmeros avanços nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. Mobilizações anteriores incluem: a Agenda 21 adotada por 178 países, em junho de 1992, na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro; a Declaração do Milênio, na Cúpula do Millennium realizada em setembro de 2000, na sede da ONU em Nova York; a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação, adotado na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável na África do Sul em 2002; e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) no Rio de Janeiro, em junho de 2012 (ONU, 2016).

Figura 1 – Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável.

Fonte: ONU (2022).

Estabelecidos após uma extensiva consulta envolvendo governos, empresas, organizações da sociedade civil e institutos de conhecimento em todo o mundo, os 17 ODS, abrangem 169 metas e 231 indicadores (van Tulder et al., 2021). A Agenda 2030 reconhece que os governos dos países não podem mobilizar os recursos e capacidades necessários para alcançar os ODS sozinhos, portanto, necessitam de cooperação para assumir responsabilidades e contribuir com os ODS (Ramani; Parihar; Sem, 2017). Pesquisa, inovação e educação sustentável são mecanismos importantes para atingir os ODS, e tais ações só podem ser realizadas através de investimentos substanciais, públicos e privados (Rashed; Shah, 2021). Portanto, uma abordagem envolvendo academia, os governos nacionais, regionais e locais, setor

privado, sociedade civil, organizações internacionais, é fundamental para o alcance dos ODS (Salvia et al., 2019).

A análise dos ODS no contexto de economias emergentes e em desenvolvimento é relevante uma vez que, no decorrer dos últimos anos, maior progresso relacionado ao desenvolvimento sustentável foi observado em economias mais desenvolvidas (Halkos; Gkampoura, 2021). O monitoramento global pode mostrar aos países com características semelhantes os tipos de métricas que estão ao seu alcance e identificar áreas problemáticas que podem concentrar as prioridades de assistência ao desenvolvimento e estimular o financiamento direcionado para resolvê-los (Herrera, 2019). Embora os ODS tenham uma abordagem global, as ações tomadas são locais e tendem a depender do quão longe os países estão de alcançar esses objetivos, do grau de desenvolvimento, e de como o compromisso com a sustentabilidade afeta seus interesses e ações internas (Salvia et al., 2019). Portanto, é necessário que os esforços globais de monitoramento sejam informados por experiências de contexto, e incorporem atores locais responsáveis pela implementação de reformas no processo de tomada de decisão (Herrera, 2019; Ningrum et al., 2022).

Os países latino-americanos de acordo com Sachs et al. (2021), têm melhor desempenho no ODS 7 (energia limpa e acessível), mas enfrentam grandes desafios em vários outros ODS. Comparada a outras partes do mundo, são necessários maiores esforços para reduzir grandes desigualdades de renda e riqueza, sublinhadas pelo fraco desempenho de todos os países da região no ODS 10 (redução das desigualdades); o acesso e a qualidade dos principais serviços e infraestrutura devem ser aprimorados para lidar com o ODS 3 (saúde e bem-estar), ODS 6 (água potável e saneamento) e ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), áreas onde desafios significativos permanecem apesar do progresso feito nos últimos anos (Sachs et al., 2021). A região enfrenta ainda, segundo Sachs et al. (2021), altas taxas de homicídio, e uma parcela significativa das pessoas não se sente segura andando sozinha à noite, que juntamente com altos níveis de corrupção percebida explicam o mau desempenho no ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes). Finalmente, tanto quanto a outras partes do mundo, são necessários mais esforços para dissociar o crescimento econômico do impacto ambiental negativo, conforme enfatizado pelo fraco desempenho da região no ODS 12 (consumo e produção responsáveis), ODS 13 (ação contra a mudança global do clima), ODS 14 (vida na água) e ODS 15 (vida terrestre) (Sachs et al, 2021).

Pesquisas empíricas desenvolvidas no contexto latino-americano têm apontado que, de modo geral, os países da região apresentam grandes dificuldades relacionadas aos ODS 1 (erradicação da pobreza), ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável), ODS 5 (igualdade de

gênero), que estão interrelacionados (Espinoza-Delgado; Klasen, 2018; Flores-Quispe et al., 2019). Pesquisas foram desenvolvidas buscando compreender também a maneira pela qual os ODS estão sendo adotados e implementados por atores privados, de modo que empresas com certificação socioambiental (Tabares, 2021), com modelo de negócios inovadores (Molina-Maturano; Bucher; Speelman, 2020), e ligadas a estratégias de desenvolvimento, como a Iniciativa Cinturão e Rota implementada pelo governo chinês em países latino-americanos (Li; Zhu, 2019), têm demonstrado potencial para apoiar o desenvolvimento sustentável na região. Contudo, embora as empresas na região demonstrem interesse em adotar os ODS como parte de suas estratégias de sustentabilidade, poucas entram profundamente na análise dos alvos dos ODS (Pineda-Escobar, 2019).

1.2. Contribuições teóricas e implicações práticas

Esta pesquisa apresenta três contribuições teóricas principais para a literatura de negócios internacionais. Em primeiro lugar, uma contribuição importante é o debate de como as EMNs podem contribuir para o desenvolvimento sustentável de economias emergentes, com base na Teoria Institucional e na Teoria da Legitimidade. Mostra-se, dessa forma, que o engajamento das EMNs com a Agenda 2030 pode ser uma ferramenta de manutenção da legitimidade institucional, que é fundamental para a manutenção de um negócio (Deegan, 2018; Chelli; Durocher; Richard, 2014).

Em segundo lugar, questões como a pobreza e desigualdade têm sido largamente ignoradas na análise dos impactos do IDE, apesar de sua proeminência social significativa (Kolk; Kourula; Pisani, 2017). Já questões ambientais têm ganhado maior destaque na literatura sobre o IDE, todavia, em países menos desenvolvidos, o crescimento econômico ainda está fortemente associado à degradação ambiental (Hakimi; Hamdi, 2016). Dessa maneira, este trabalho presta uma contribuição importante para a literatura ao explorar o impacto do IDE em questões sociais, ambientais e econômicas, visto que o desenvolvimento sustentável dos países só pode ser alcançado por meio do avanço dessas três dimensões concomitantemente. Além disso, países de economia emergente são os que mais cedem às pressões de EMNs para atrair IDE. No entanto, também são os mais atrasados em termos de desenvolvimento sustentável (Salvia et al., 2019). É necessário, portanto, verificar quais efeitos os esforços de atração de IDE têm causado nos países hospedeiros, para além de questões econômicas.

Em terceiro lugar, a revisão integrativa da literatura proposta neste trabalho permite a elaboração de uma síntese abrangente do corpo de conhecimento existente sobre o papel das

EMNs no desenvolvimento sustentável. Visto que este ainda é um tema incipiente na literatura, esta revisão possibilita verificar quais contextos empíricos, metodologias e teorias têm sido mais aplicadas, para identificar quais são as principais lacunas de pesquisa que permitirão avançar este campo de estudos.

Acredita-se que o desenvolvimento desta pesquisa no contexto latino-americano possa gerar contribuições significativas para a literatura. A América Latina, assim como outras regiões do mundo menos desenvolvidas economicamente, é caracterizada pela dependência de IDE e de recursos naturais, o que apresenta sérios desafios para o alcance do crescimento econômico, juntamente com a inclusão social e a preservação ambiental (Alvarado et al., 2022; Sapkota; Bastola, 2017). Evidentemente, essas questões representam obstáculos para o desenvolvimento sustentável e o alcance dos ODS, sendo necessária a compreensão de fatores que possibilitem a reversão deste quadro. Ademais, a grande maioria dos países latino-americanos passou por significativas reformas econômicas neoliberais a partir da década de 1990, para atrair IDE buscando o desenvolvimento industrial e econômico (Trevino; Thomas; Cullen, 2008) que, no entanto, não foram acompanhadas por políticas sociais e ambientais adequadas (Goldfajn; Martínez; Valdés, 2021). Além disso, os países latino-americanos tendem a possuir uma baixa proteção aos direitos de acionistas minoritários e baixa orientação para *stakeholders*, o que faz da América Latina um contexto único para a compreensão da relação entre a governança corporativa e a adoção de práticas sustentáveis pelas EMNs (Husted; Sousa-Filho, 2019) Portanto, a América Latina conta com contextos institucionais únicos cuja análise pode contribuir para a melhor compreensão de fenômenos, como os impactos do IDE, por meio da atuação das EMNs. Os países latino-americanos são, ainda, alvo de poucos estudos neste campo, quando comparados a outros países de economia emergente e em desenvolvimento, como por exemplo, os países do sudeste asiático. Dessa forma, a elaboração de pesquisas na região tende a contribuir para a melhor compreensão de fenômenos, como os impactos do IDE. Além disso, a América Latina conta com relativa homogeneidade de seus países o que facilita a comparação de resultados e reduz efeitos que provocam associação espúria (Reyes et al., 2019).

Esta pesquisa apresenta também potenciais implicações práticas de âmbito político e empresarial. Espera-se que os resultados alcançados por meio desta pesquisa possibilitem agentes políticos e investidores a direcionarem esforços para o desenvolvimento sustentável. No âmbito político-governamental, este trabalho pode auxiliar na compreensão de como as regulamentações institucionais, que impactam o ambiente de negócios e a governança institucional dos países, podem condicionar impactos positivos ou negativos decorrentes das

atividades de EMNs, o que pode ser útil na formulação de políticas de atração de IDE. No âmbito empresarial, este trabalho possibilita a compreensão das formas organizacionais que podem ser adotadas para que as EMNs transformem discursos em ações palpáveis de melhores práticas sociais, ambientais e financeiras, que impactem positivamente seu entorno.

1.3. Estrutura do trabalho

Este trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução. No último capítulo são apresentadas as conclusões. Os demais capítulos são constituídos por três artigos. A seguir, é apresentada uma breve descrição dos conteúdos de cada um dos artigos.

Artigo 1 – *Empresas Multinacionais e o Desenvolvimento Sustentável em Economias Emergentes: Uma Revisão Sistemática da Literatura.* Este artigo é uma revisão sistemática da literatura de negócios internacionais com o objetivo de investigar o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente e em desenvolvimento. Foram selecionados 73 artigos revisados por pares publicados em periódicos indexados na base *Web of Science*, entre 1993 e 2024. O *software* de visualização VOSviewer foi usado para análise. As análises bibliométrica e de conteúdo foram adotadas para sintetizar o corpo de conhecimento existente e fornecer uma visão abrangente do campo de pesquisa.

Artigo 2 – *Investimento Direto Estrangeiro e o Desenvolvimento Sustentável na América Latina: O Papel Moderador do Ambiente Institucional Regulatório*. Com base na teoria institucional, este artigo tem como objetivo examinar os efeitos do IDE e do ambiente institucional regulatório em questões econômicas, ambientais e sociais que impactem o desenvolvimento sustentável de países da América Latina. Argumenta-se que externalidades positivas ou negativas do IDE são condicionadas pelo ambiente institucional regulatório dos países hospedeiros. A amostra de pesquisa é composta por 19 países latino-americanos em um período de 22 anos (2000–2021). Para análise dos dados foram empregados modelos de regressão de dados em painel com efeitos aleatórios.

Artigo 3 – *Compromisso de Multinacionais com o Desenvolvimento Sustentável em Economias Emergentes: O Papel da Governança Corporativa e da Governança Institucional do País de Origem*. Este artigo se baseia na visão institucional da teoria da legitimidade para analisar o impacto da estrutura de governança corporativa de EMNs atuantes na América Latina e da governança institucional do país de origem no compromisso com o desenvolvimento sustentável. Especificamente, investigou-se como o compromisso das EMNs com o desenvolvimento sustentável está relacionado: (1) ao tamanho do conselho administrativo, e à

independência do conselho das EMNs; e (2) aos indicadores de governança institucional do país de origem. A amostra de pesquisa é composta por EMNs atuantes em países latino-americanos que divulgaram relatórios de sustentabilidade entre os anos de 2018 e 2022. Para análise dos dados foi adotada uma metodologia quantitativa baseada na regressão de dados em painel dinâmico por meio do Método dos Momentos Generalizados Sistêmico (*System* GMM).

REFERÊNCIAS

ALVARADO, R.; CUESTA, L.; KUMAR, P.; REHMAN, A.; MURSHED, M.; IŞIK, C.; VEJA, N.; OCHOA-MORENO, S.; TILLAGUANGO, B. Impact of natural resources on economic progress: Evidence for trading blocs in Latin America using non-linear econometric methods. **Resources Policy**, v. 79, n. 1, 102908, 2022.

ASCANI, A.; NAIR, L. B.; IAMMARINO, S. Racing to the bottom or seeking legitimacy? National environmental performance and the location strategies of Chinese MNEs. **Journal of International Management**, v. 29, n. 2, 100993, 2023.

BALDI, F.; PANDIMIGLIO, A. The role of ESG scoring and greenwashing risk in explaining the yields of green bonds: A conceptual framework and an econometric analysis. **Global Finance Journal**, v. 52, n. 1, p. 100711, 2022.

BRAMMER, S.; NARDELLA, G.; SURDU, I. Defining and deterring corporate social irresponsibility: embracing the institutional complexity of international business. **Multinational Business Review**, v. 29, n. 3, p. 301-320, 2021.

BYRNE, E. F. In lieu of a sovereignty shield, multinational corporations should be responsible for the harm they cause. **Journal of Business Ethics**, v. 124, n. 4, p. 609-621, 2014.

CHELLI, M.; DUROCHER, S.; RICHARD, J. France's new economic regulations: insights from institutional legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 27, n. 2, p. 283-316, 2014.

CIASULLO, M. V. et al. How an international ambidexterity strategy can address the paradox perspective on corporate sustainability: Evidence from Chinese emerging market multinationals. **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 5, p. 2110-2129, 2020.

CLARKE, T.; BOERSMA, M. The governance of global value chains: Unresolved human rights, environmental and ethical dilemmas in the apple supply chain. **Journal of Business Ethics**, v. 143, p. 111-131, 2017.

CONTRACTOR, F. J.; NURUZZAMAN, N.; DANGOL, R.; RAGHUNATH, S. How FDI inflows to emerging markets are influenced by country regulatory factors: an exploratory study. **Journal of International Management**, v. 27, n. 1, p. 100834, 2021.

CURTÓ-PAGÈS, F. et al. Coming in from the cold: A longitudinal analysis of SDG reporting practices by Spanish listed companies since the approval of the 2030 agenda. **Sustainability**, v. 13, n. 3, 1178, 2021.

DAI, J.; XIE, L.; CHU, Z. Developing sustainable supply chain management: The interplay of institutional pressures and sustainability capabilities. **Sustainable Production and Consumption**, v. 28, p. 254-268, 2021.

DEEGAN, C. Legitimacy theory. In: HOQUE, Z. (Ed.). **Methodological Issues in Accounting Research: Theories and Methods**. London: Spiramus Press, 2018. p. 204–224.

DEMENA, B. A.; AFESORGBOR, S. K. The effect of FDI on environmental emissions: Evidence from a meta-analysis. **Energy Policy**, v. 138, p. 111192, 2020.

DENK, N.; KAUFMANN, L.; ROESCH, J. F. Liabilities of foreignness revisited: A review of contemporary studies and recommendations for future research. **Journal of International Management**, v. 18, n. 4, p. 322-334, 2012.

DEVILLIERS, C.; KURUPPU, S.; DISSANAYAKE, D. A (new) role for business–Promoting the United Nations' Sustainable Development Goals through the internet-of-things and blockchain technology. **Journal of Business Research**, v. 131, p. 598-609, 2021.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

DUQUE-GRISALES, E.; AGUILERA-CARACUEL, J.; GUERRERO-VILLEGAS, J.; GARCÍA-SÁNCHEZ, E. Can proactive environmental strategy improve Multilatinas' level of internationalization? The moderating role of board independence. **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 1, p. 291-305, 2020.

ESPINOZA-DELGADO, J.; KLASEN, S. Gender and multidimensional poverty in Nicaragua: An individual based approach. **World Development**, v. 110, p. 466-491, 2018.

FERRÓN VÍLCHEZ, V.; ORTEGA CARRASCO, P.; SERRANO BERNARDO, F. A. SDGwashing: A critical view of the pursuit of SDGs and its relationship with environmental performance. **Journal of Environmental Planning and Management**, v. 65, n. 6, p. 1001-1023, 2022.

FLORES-QUISPE, M. D. P.; RESTREPO-MÉNDEZ, M. C.; MAIA, M. F. S.; FERREIRA, L. Z.; WEHRMEISTER, F. C. Trends in socioeconomic inequalities in stunting prevalence in Latin America and the Caribbean countries: differences between quintiles and deciles. **International Journal for Equity in Health**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2019.

GIULIANI, E. Why multinational enterprises may be causing more inequality than we think. **Multinational Business Review**, v. 27, n. 3, p. 221-225, 2019.

GOLDFAJN, I.; MARTÍNEZ, L.; VALDÉS, R. O. Washington Consensus in Latin America: from raw model to straw man. **Journal of Economic Perspectives**, v. 35, n. 3, p. 109-132, 2021.

GOMEZ-TRUJILLO, A. M.; GONZALEZ-PEREZ, M. A.; BAENA-ROJAS, J. J. Sustainable strategy as a lever for corporate legitimacy and long-term competitive advantage: an examination of an emerging market multinational. **European Business Review**, v. 36, n. 1, p. 112-139, 2024.

GUIMÓN, J.; CHAMINADE, C.; MAGGI, C.; SALAZAR-ELENA, J. C. Policies to attract R&D-related FDI in small emerging countries: Aligning incentives with local linkages and absorptive capacities in Chile. **Journal of International Management**, v. 24, n. 2, p. 165-178, 2018.

HALKOS, G.; GKAMPOURA, E. C. Where do we stand on the 17 Sustainable Development Goals? An overview on progress. **Economic Analysis and Policy**, v. 70, p. 94-122, 2021.

HAKIMI, A.; HAMDI, H. Trade liberalization, FDI inflows, environmental quality and economic growth: a comparative analysis between Tunisia and Morocco. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 58, p. 1445-1456, 2016.

HANOTEAU, J. Do foreign MNEs alleviate multidimensional poverty in developing countries? **Eurasian Business Review**, v. 13, n. 4, p. 719-749, 2023.

HANSEN, H.; RAND, J. On the causal links between FDI and growth in developing countries. **World Economy**, v. 29, n. 1, p. 21-41, 2006.

HERAS-SAIZARBITORIA, I.; URBIETA, L.; BOIRAL, O. Organizations' engagement with sustainable development goals: From cherry-picking to SDG-washing?. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 29, n. 2, p. 316-328, 2022.

HERRERA, V. Reconciling global aspirations and local realities: Challenges facing the Sustainable Development Goals for water and sanitation. **World Development**, v. 118, p. 106-117, 2019.

HININGS, C. R.; GREENWOOD, R. ASQ forum: disconnects and consequences in organization theory?. **Administrative Science Quarterly**, v. 47, n. 3, p. 411-421, 2002.

HUSTED, B. W.; DE SOUSA-FILHO, J. M. Board structure and environmental, social, and governance disclosure in Latin America. **Journal of Business Research**, v. 102, p. 220-227, 2019.

HYMER, S. **The international operations of national firms**. Tese (Doutorado) - Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1960.

JAYASOORIA, D. Sustainable development goals and social work: Opportunities and challenges for social work practice in Malaysia. **Journal of Human Rights and Social Work**, v. 1, n. 1, p. 19-29, 2016.

KIEFNER, V.; MOHR, A.; SCHUMACHER, C. Female executives and multinationals' support of the UN's sustainable development goals. **Journal of World Business**, v. 57, n. 3, 101304, 2022.

KOLK, A. The social responsibility of international business: From ethics and the environment to CSR and sustainable development. **Journal of World Business**, v. 51, n. 1, p. 23-34, 2016.

KOLK, A.; KOURULA, A.; PISANI, N. Multinational enterprises and the sustainable development goals: what do we know and how to proceed?. **Transnational Corporations**, v. 24, n. 3, p. 9-32, 2017.

KOLK, A.; VAN TULDER, R. International business, corporate social responsibility and sustainable development. **International Business Review**, v. 19, n. 2, p. 119-125, 2010.

KOSTOVA, T.; ZAHEER, S. Organizational legitimacy under conditions of complexity: The case of the multinational enterprise. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 1, p. 64-81, 1999.

LI, J.; ZHANG, Y.; HU, Y. H.; TAO, X. L.; JIANG, W. X.; QI, L. Developed market or developing market?: A perspective of institutional theory on multinational enterprises'

diversification and sustainable development with environmental protection. **Business Strategy and the Environment**, v. 27, n. 7, p. 858-871, 2018.

LI, Y.; ZHU, X. The 2030 agenda for sustainable development and China's belt and road initiative in Latin America and the Caribbean. **Sustainability**, v. 11, n. 8, 2297, 2019.

LIU, J.; LOAN, V. T. K.; MOUSA, S.; ALI, A.; MUDA, I.; CONG, P. T. Sustainability and natural resources management in developed countries: The role of financial inclusion and human development. **Resources Policy**, v. 80, p. 103143, 2023.

MACHANGUANA, C. A.; SARDINHA, I. D. Exploring mining multinational resettlements and corporate social responsibility in emerging economies: the case of the company VALE, SA in Mozambique. **Sustainability Accounting Management and Policy Journal**, v. 12, n. 3, p. 591-610, 2021.

MOLINA-MATURANO, J.; BUCHER, J.; SPEELMAN, S. Understanding and evaluating the sustainability of frugal water innovations in México: An exploratory case study. **Journal of Cleaner Production**, v. 274, 122692, 2020.

NARULA, R. Multinational firms and the extractive sectors in the 21st century: Can they drive development? **Journal of World Business**, v. 53, n. 1, p. 85-91, 2018.

NINGRUM, D.; MALEKPOUR, S.; RAVEN, R.; MOALLEMI, E. A. Lessons learnt from previous local sustainability efforts to inform local action for the Sustainable Development Goals. **Environmental Science & Policy**, v. 129, p. 45-55, 2022.

ONU. **SDG Progress Report 2016**. New York: United Nations, 2016.

ONU. **SDG Progress Report 2022**. New York: United Nations, 2022.

PARK, B. I.; CHIDLOW, A.; CHOI, J. Corporate social responsibility: Stakeholders influence on MNEs' activities. **International Business Review**, v. 23, n. 5, p. 966-980, 2014.

PENNEY, E. K.; OWUSU-ANSAH, A.; AMEWU, G.; NSOR-AMBALA, R. Do firms operating in a shared institutional environment have similar sustainability disclosure practices? A comparative analysis of multinational and locally listed firms in Africa. **Cogent Business & Management**, v. 10, n. 2, p. 19, 2207886, 2023.

PINEDA-ESCOBAR, M. A. Moving the 2030 agenda forward: SDG implementation in Colombia. **Corporate Governance: The International Journal of Business in Society**, v. 19, n. 1, p. 176-188, 2018.

PLAZA-CASADO, A.; BLANCO-GONZÁLEZ, A.; RIVERO-GUTIÉRREZ, L.; GÓMEZ-MARTÍNEZ, R. Does the legitimacy of countries influence the internationalization of emerging market multinationals? **European Research on Management and Business Economics**, v. 30, n. 1, 100233, 2024.

RAMANI, S. V.; PARIHAR, R.; SEN, S. On nudging MNE toward SDG1: A policy perspective. **International Business and Management**, v. 33, p. 89-129, 2017.

RAO-NICHOLSON, R.; THEIN, H. H.; ZHONG, Y. F. A thematic analysis of the links between multinational enterprises' corporate social responsibility and the Sustainable Development Goals in Myanmar. **Journal of International Business Policy**, v. 7, n. 2, p. 203-223, 2024.

RASHED, A. H.; SHAH, A. The role of private sector in the implementation of sustainable development goals. **Environment, Development and Sustainability**, v. 23, n. 3, p. 2931-2948, 2021.

REYES, A. B.; NEWBURRY, W.; CARNEIRO, J.; CORDOVA, C. Using Latin America as a research laboratory: The moderating effect of trade openness on the relationship between inward and outward FDI. **Multinational Business Review**, v. 27, n. 2, p. 122-140, 2019.

RONDINELLI, D. A.; BERRY, M. A. Environmental citizenship in multinational corporations: social responsibility and sustainable development. **European Management Journal**, v. 18, n. 1, p. 70-84, 2000.

SACHS, J.; KROLL, C.; LAFORTUNE, G.; FULLER, G.; WOELM, F. **The Decade of Action for the Sustainable Development Goals: Sustainable Development Report 2021**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

SAEED, A.; RIAZ, H.; BALOCH, M. S. Pursuing sustainability development goals through adopting gender equality: Women representation in leadership positions of emerging market multinationals. **European Management Review**, v. 20, n. 2, p. 274-287, 2023.

SALVIA, A. L.; LEAL FILHO, W.; BRANDLI, L. L.; GRIEBELER, J. S. Assessing research trends related to Sustainable Development Goals: Local and global issues. **Journal of Cleaner Production**, v. 208, p. 841-849, 2019.

SAPKOTA, P.; BASTOLA, U. Foreign direct investment, income, and environmental pollution in developing countries: Panel data analysis of Latin America. **Energy Economics**, v. 64, n. 1, p. 206-212, 2017.

SAUVANT, K. P.; MANN, H. Making FDI more sustainable: Towards an indicative list of FDI sustainability characteristics. **The Journal of World Investment & Trade**, v. 20, n. 6, p. 916-952, 2019.

SINGHANIA, M.; SAINI, N. Demystifying pollution haven hypothesis: Role of FDI. **Journal of Business Research**, v. 123, p. 516-528, 2021.

SINKOVICS, N.; VIEIRA, L. M.; VAN TULDER, R. Working toward the sustainable development goals in earnest–critical international business perspectives on designing and implementing better interventions. **Critical Perspectives on International Business**, v. 18, n. 4, p. 445-456, 2022.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

SPENCER, J. W. The impact of multinational enterprise strategy on indigenous enterprises: Horizontal spillovers and crowding out in developing countries. **Academy of Management Review**, v. 33, n. 2, p. 341-361, 2008.

TABARES, S. Do hybrid organizations contribute to sustainable development goals? Evidence from B Corps in Colombia. **Journal of Cleaner Production**, v. 280, 124615, 2021.

TASHMAN, P.; MARANO, V.; KOSTOVA, T. Walking the walk or talking the talk? Corporate social responsibility decoupling in emerging market multinationals. **Journal of International Business Studies**, v. 50, n. 2, p. 153-171, 2019.

TREVINO, L. J.; THOMAS, D. E.; CULLEN, J. The three pillars of institutional theory and FDI in Latin America: An institutionalization process. **International Business Review**, v. 17, n. 1, p. 118-133, 2008.

ULLAH, S.; ADAMS, K.; ADAMS, D.; ATTAH-BOAKYE, R. Multinational corporations and human rights violations in emerging economies: Does commitment to social and environmental responsibility matter?. **Journal of Environmental Management**, v. 280, 111689, 2021.

UNCTAD. **Annual Report 2022**. New York: United Nations, 2022.

VAN TULDER, R.; RODRIGUES, S. B.; MIRZA, H.; SEXSMITH, K. The UN's sustainable development goals: Can multinational enterprises lead the decade of action?. **Journal of International Business Policy**, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2021.

VAN ZANTEN, J. A.; VAN TULDER, R. Multinational enterprises and the Sustainable Development Goals: An institutional approach to corporate engagement. **Journal of International Business Policy**, v. 1, n. 3, p. 208-233, 2018.

VILLENA, V. H.; WILHELM, M.; XIAO, C. Y. Untangling drivers for supplier environmental and social responsibility: An investigation in Philips Lighting's Chinese supply chain. **Journal of Operations Management**, v. 67, n. 4, p. 476-510, 2021.

WCED. **Our Common Future**. Oxford University Press, New York, 1987.

XIE, Q.; WANG, X.; CONG, X. How does foreign direct investment affect CO2 emissions in emerging countries? New findings from a nonlinear panel analysis. **Journal of Cleaner Production**, v. 249, p. 119422, 2020.

ZAHEER, S. Overcoming the liability of foreignness. **Academy of Management Journal**, v. 38, n. 2, p. 341-363, 1995.

ZAHEER, S. The liability of foreignness, redux: A commentary. **Journal of International Management**, v. 8, n. 3, p. 351-358, 2002.

ZAHEER, S.; MOSAKOWSKI, E. The dynamics of the liability of foreignness: A global study of survival in financial services. **Strategic Management Journal**, v. 18, p. 439-464, 1997.

ZHANG, K.; PAN, Z.; JANARDHANAN, M. Relationship between the Degree of Internationalization and Greenwashing of Environmental Responsibilities in China-Based on the Legitimacy Perspective. **Sustainability**, v. 14, n. 5, p. 2794, 2022.

ARTIGO 1 – EMPRESAS MULTINACIONAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ECONOMIAS EMERGENTES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Resumo

Este artigo é uma revisão sistemática da literatura de negócios internacionais com o objetivo de investigar o papel das empresas multinacionais (EMNs) no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente. Foram selecionados 73 artigos revisados por pares publicados em periódicos indexados na base *Web of Science*, entre 1993 e 2024. O *software* de visualização VOSviewer foi usado para análise. As análises bibliométrica e de conteúdo foram adotadas para sintetizar o corpo de conhecimento existente e fornecer uma visão abrangente do campo de pesquisa. Os resultados das análises bibliométricas indicaram que as pesquisas sobre a relação das EMNs com o desenvolvimento sustentável de países de economia menos desenvolvida economicamente estão em sua incipiência, e em uma tendência de crescimento desde 2015, o ano em que a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável foi adotada pela ONU. Os resultados das análises de conteúdo sugerem que as EMNs têm sido tanto benéficas, quanto prejudiciais ao desenvolvimento sustentável. É notório principalmente o papel do contexto institucional dos países hospedeiros, onde leis ambientais e sociais podem ser mais flexíveis impulsionando a adoção de condutas irresponsáveis por parte das EMNs. Por outro lado, algumas EMNs, mesmo em ambientes institucionais complexos, têm se mostrado comprometidas com o desenvolvimento sustentável por meio de ações como a geração de inovações verdes, a gestão sustentável da cadeia de suprimentos, e a adoção da sustentabilidade como estratégia de negócios.

Palavras-chave: empresas multinacionais; mercados emergentes; desenvolvimento sustentável; sustentabilidade; revisão de literatura.

1. INTRODUÇÃO

Em 2015, a Agenda 2030 foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) propondo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda 2030 sinalizou uma ruptura com os esforços anteriores no desenvolvimento sustentável que se concentraram amplamente no papel dos governos ou da sociedade civil (van Tulder et al., 2021). Em vez disso, os ODS enfatizam o envolvimento de empresas, e estimulam uma diversidade de abordagens. Devido à sua presença em vários países, o papel das empresas multinacionais (EMNs) é particularmente importante (Kiefner; Mohr; Schumacher, 2022). Em vista disso, o campo de negócios internacionais foi chamado a investigar de quais formas as EMNs podem contribuir para o desenvolvimento sustentável dos países nos quais possuem operações (Liou; Rao-Nicholson, 2021; Montiel et al., 2021; van Tulder et al., 2021; van Zanten; van Tulder, 2018).

Historicamente, a atenção ao papel das EMNs no discurso do desenvolvimento sustentável tem sido limitada (van Zanten; van Tulder, 2018; Kolk; van Tulder, 2010). Nos anos 1990, expressões como desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade eram raramente mencionadas nas principais revistas de administração e gestão (Gladwin; Kennelly; Krause, 1995). Outros conceitos, como responsabilidade social corporativa (RSC), cidadania corporativa, ou sustentabilidade corporativa foram abordados mais frequentemente pela literatura (Kolk, 2016; van Zanten; van Tulder, 2018). Entretanto, a maioria dos estudos estavam voltadas às formas como o engajamento em atividades de RSC poderiam afetar a sobrevivência e o desempenho das empresas, em oposição aos impactos na sociedade e no meio ambiente (Kolk, 2016). Diante dessas limitações, a estrutura dos ODS tem sido considerada superior aos esforços anteriores para harmonizar dados relevantes em torno de tópicos relacionados ao desenvolvimento sustentável, que defenderam, mas falharam em promover a adoção de políticas de sustentabilidade pelo setor privado (van Tulder et al., 2021). Em consequência, desde a adoção da Agenda 2030, as pesquisas sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável têm crescido consideravelmente.

A partir do início dos anos 1990, a maioria dos países de economia emergente passaram a incentivar ativamente a entrada de investimento direto estrangeiro (IDE) (Meyer, 2004), seguindo as medidas impostas pelo Consenso de Washington (Castellacci, 2015). No final dos anos 1980, o FMI juntamente com outras instituições sediadas em Washington, nos Estados Unidos, passou a demandar que os países cumprissem os princípios do Consenso como condição para receber ajuda financeira (Merza; Alhussainan, 2024). Tais princípios, baseados na economia neoclássica e na doutrina do neoliberalismo, solicitavam de países em

desenvolvimento reformas fiscais e cambiais, além da liberalização dos mercados e privatizações de empresas estatais (Goldfajn; Martínez; Valdés, 2021; Merza; Alhussainan, 2024). Entretanto, é notável a ausência de políticas voltadas à proteção ambiental, e para o combate da pobreza, o que provocou diversas críticas ao Consenso de Washington (Goldfajn; Martínez; Valdés, 2021),

Conforme pregado pelo FMI, o IDE é sempre retratado como benéfico, benigno e o canal para a prosperidade econômica (Merza; Alhussainan, 2024). De fato, o IDE, por meio da atuação das EMNs, pode beneficiar as economias menos desenvolvidas com entradas de capital, disseminação de conhecimentos gerenciais e tecnológicos, desenvolvimento de infraestrutura, e geração de empregos (Bardy; Drew; Kennedy, 2012; Brown; Himmelberger; White, 1993). No entanto, o IDE também tem suas desvantagens, e tanto os defensores quanto os críticos concordam que as políticas geradas pelo Consenso de Washington não produziram os resultados desejados (Rodrik, 2006). As EMNs têm sido associadas à dominação de mercados locais, à implantação de tecnologias sem aprendizado real ou defasadas, à interferência em políticas econômicas, e à efeitos adversos na saúde humana e no meio ambiente (Brown; Himmelberger; White, 1993). Por conseguinte, o desafio em economias emergentes e em desenvolvimento é convencer as EMNs da necessidade de implementação de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável em seus complexos ambientes institucionais (Naeem; Welford, 2009).

Com base nessas considerações, este artigo tem como objetivo revisar a literatura de negócios internacionais sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente e em desenvolvimento. As seguintes questões de pesquisa guiam este estudo: *(1) Quais são as tendências de pesquisa sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente na literatura de negócios internacionais? (2) Qual o estado do conhecimento sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergentes em termos dos seus fundamentos teóricos, abordagens metodológicas, e questões empíricas?*

Especificamente, este estudo tem como objetivo: (i) analisar as tendências de publicações e citações; (ii) verificar os periódicos de maior relevância; (iii) examinar a ocorrência simultânea de palavras-chave; (iv) apresentar os fundamentos teóricos de trabalhos empíricos identificados; (v) abordar as metodologias de pesquisa dos estudos existentes na literatura; (vi) e fazer uma avaliação empírica abrangendo as condições, a dinâmica e os resultados de pesquisa sobre os impactos do IDE e da atuação das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economias emergente. Para responder essas questões foi realizada uma revisão sistemática da literatura. Esta revisão permitiu a análise do corpo de conhecimento

existente para fornecer uma visão abrangente do campo de pesquisa, e assim identificar lacunas de pesquisas para a propor uma agenda de estudos futuros que contribuam para o avanço das pesquisas sobre o desenvolvimento sustentável na literatura de negócios internacionais.

O presente estudo fornece duas contribuições principais. Primeiramente, este estudo fornece uma visão geral do conhecimento atual no domínio do papel e impacto das EMNs no desenvolvimento sustentável no contexto específico dos países de economia menos desenvolvida. Em segundo lugar, este estudo fornece uma avaliação da progressão do conhecimento sobre o tópico em termos de fundamentos teóricos, avaliações metodológicas e questões empíricas, consistindo na fundação do conhecimento central, existência de descobertas contrastantes e áreas futuras pouco exploradas.

O restante deste artigo é organizado da seguinte forma: a seção 2 descreve a metodologia adotada; a seção 3 apresenta a análise descritiva; a seção 4 apresenta a análise sistemática da literatura; a seção 5 discute as lacunas identificadas e recomendações de pesquisas futuras; e a seção 6 conclui o artigo.

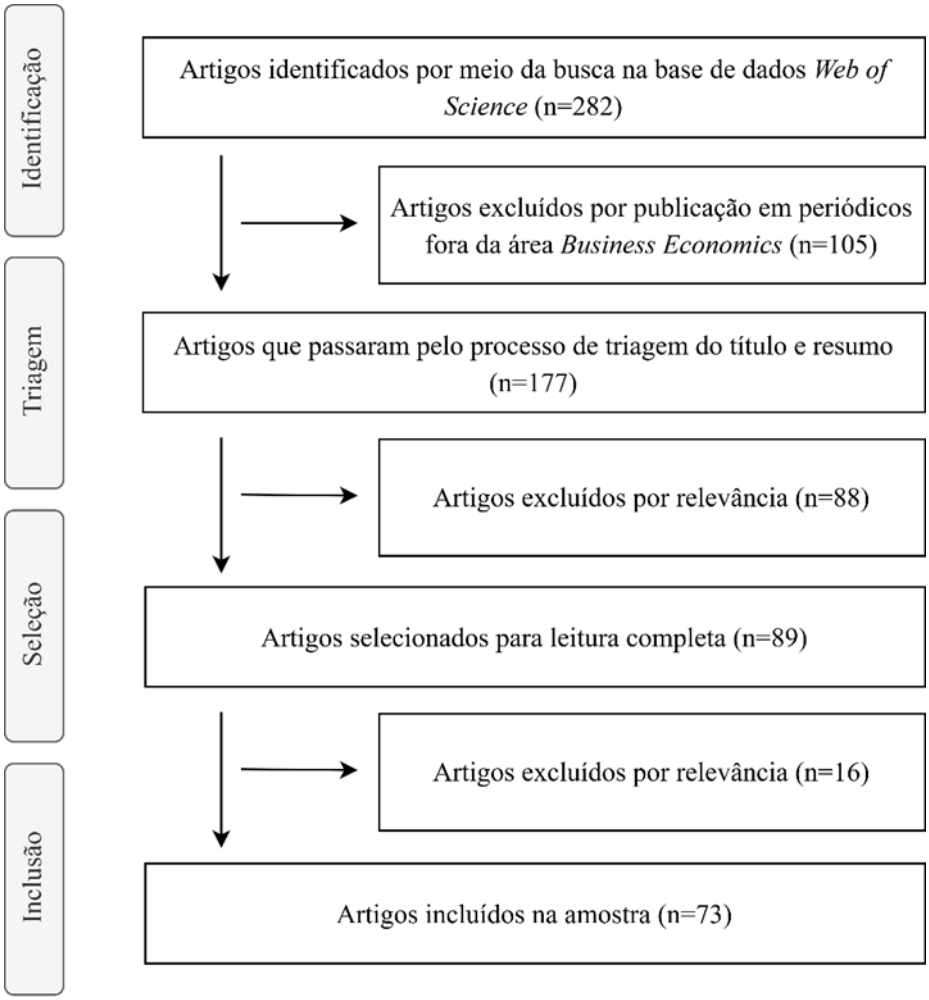
2. METODOLOGIA

Para responder as questões de pesquisa deste artigo foi adotada uma metodologia de revisão sistemática da literatura. Revisões sistemáticas melhoram a qualidade do processo de revisão ao empregar um procedimento transparente e reproduzível que permite identificar as principais contribuições científicas para um campo ou questão (Tranfield; Denyer; Smart, 2003). Foi utilizado o Protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) para identificação, triagem, seleção e inclusão de artigos na amostra de pesquisa, conforme exposto na Figura 2. O PRISMA se concentra em maneiras pelas quais os autores podem garantir revisões sistemáticas transparentes e completas (Liberati et al., 2009).

Inicialmente, foram revisados e analisados artigos influentes buscando identificar palavras-chave de acordo com o tópico de revisão. Em seguida, três grupos de palavras-chave em inglês foram formados utilizando-se os operadores booleanos. O primeiro grupo visou captar variações dos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, além da sigla em inglês para os ODS: "*sustainability*" OR "*sustainable development*" OR "*SDG**". O segundo grupo de palavras refere-se às EMNs: "*multinational**" OR "*EMN**" OR "*MNC**". O terceiro grupo foi composto de palavras que descrevem países de economia emergente e em desenvolvimento: "*emerging countri**", "*emerging econom**" OR "*emerging market**" OR "*developing countr**" OR "*developing econom**" OR "*least developed countr**" OR

"*transition* countr**" OR "*transition* econom**" OR "*global south*". As palavras-chave dos três grupos foram utilizadas para formar *strings* de buscas, que foram realizadas em uma das bases indexadoras de referências mais conceituadas: *Web of Science*. Para a pesquisa inicial, os três grupos de palavras precisavam estar no tópico, o que inclui título, resumo e palavras-chave. Não foi definida data de busca específica, permitindo a inclusão de artigos publicados a qualquer momento.

Figura 2 – Fluxograma PRISMA mostrando a inclusão de artigos.



Fonte: elaborado pela autora.

As buscas na *Web of Science* resultaram em um total de 327 artigos. Para refinar as buscas, primeiramente, os resultados foram filtrados para apenas artigos publicados em periódicos acadêmicos revisados por pares, desconsiderando artigos de congressos, editoriais, livros e capítulos de livros, resultando em 282 artigos. Em seguida, os resultados foram filtrados por área de pesquisa, incluindo apenas artigos da área de gestão e economia (*Business*

Economics), o que resultou em 177 artigos. Ao final desse processo de busca, com base na triagem dos títulos e resumos, foram excluídos artigos que não tratavam especificamente da relação entre as EMNs e o desenvolvimento sustentável em economias emergentes ou em desenvolvimento, o que resultou em 89 artigos. Neste estágio, os artigos foram analisados conforme os objetivos, relevância teórica e metodológica e a qualidade das contribuições apresentadas nos resultados, discussão e conclusões. Esse procedimento levou à exclusão de mais 16 artigos. Portanto, a amostra final para a revisão foi composta por 73 artigos.

Para chegar a uma análise descritiva das informações relacionadas aos 73 artigos, foi realizada uma análise bibliométrica para fornecer informações sobre os estudos incluídos, e construir uma rede bibliométrica para explorar as relações entre as palavras-chave, e identificar como elas se relacionam e influenciam umas às outras (Cobo et al., 2011). E, para consolidar os resultados dos 73 artigos, foi adotada também uma abordagem qualitativa em que todos os estudos foram submetidos à análise de conteúdo para sintetizar os principais temas e resultados versados na literatura selecionada (Bearman; Dawson, 2013).

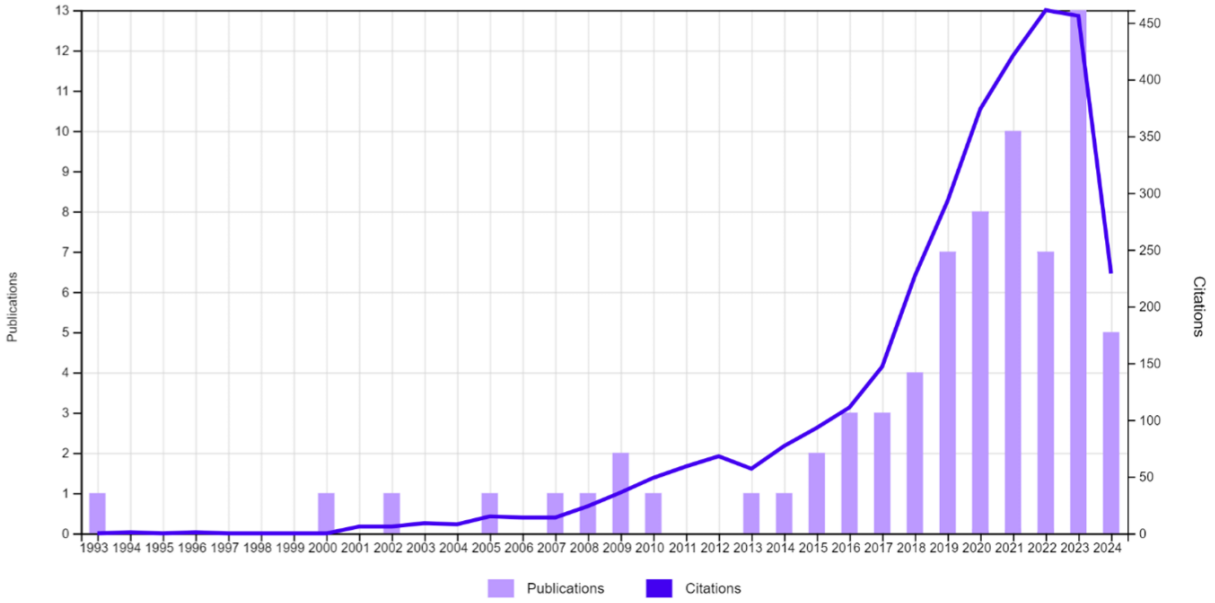
3. ANÁLISE DESCRITIVA

Nesta seção, os 73 artigos selecionados foram revisados por meio da técnica de análise bibliométrica para buscar responder à primeira pergunta de pesquisa, a saber: *Quais são as tendências de pesquisas sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente na literatura de negócios internacionais?* Para tanto, foram analisadas as tendências de publicação e citação, os periódicos mais relevantes, e a rede de palavras-chave.

3.1. Tendências de publicação e citação

Entre o ano de publicação do primeiro artigo, 1993, até o ano 2015, o número de publicações é ínfimo e bastante inconsistente, sendo que em vários anos não foram identificadas nenhuma publicação, como mostra a Figura 3. Essa tendência de publicações é reflexo do baixo interesse no desenvolvimento sustentável enquanto tema de pesquisa nas áreas de gestão e administração (Gladwin; Kennelly; Krause, 1995), e particularmente no campo de negócios internacionais, no decorrer dos anos 1990 e início dos anos 2000. De 2015 em diante, o número de publicações e citações tem crescido consistentemente, o que coincide com a adoção da Agenda 2030 pela ONU, e com o fortalecimento de discursos em prol do desenvolvimento sustentável, especialmente diante das mudanças climáticas.

Figura 3 – Tendência em citações e publicações.



Fonte: elaborado pela autora.

3.2. Periódicos mais relevantes

Na Tabela 1 estão classificados os dez periódicos mais produtivos, em termos de número de publicação, juntamente com seus respectivos índices h, disponibilizado pelo *SCImago Journal & Country Rank*, e o fator de impacto.

Tabela 1 – Periódicos de maior produtividade.

Periódico	**Publicações**	**Índice h**	**Fator de impacto**
Business Strategy and the Environment	8	147	13,4
Journal of Business Ethics	4	253	6,1
Journal of World Business	4	142	8,9
International Business Review	4	124	8,7
Corporate Social Responsibility and Environmental Management	4	113	9,8
Journal of International Management	4	84	6,1
Journal of Operations Management	3	219	7,8
Sustainability Accounting Management and Policy Journal	3	48	4,5
Business Strategy and Development	3	23	3
Journal of Business Research	2	265	11,3
Cogent Business and Management	2	44	3

Fonte: elaborado pela autora.

A publicação em periódicos de prestígio implica qualidade; portanto, é importante avaliar os periódicos em que a maioria dos artigos foi publicada, bem como seu fator de impacto e seu índice h, que mensura a produtividade e o impacto de publicação das pesquisas (Santos; Forte, 2021). O periódico mais produtivo, e com maior fator de impacto, é o *Business Strategy and the Environment*, onde oito artigos foram publicados. Dentre os periódicos listados na Tabela 1, o periódico com o maior índice h é o *Journal of Business Research*, que também é o

segundo com maior fator de impacto, onde dois artigos foram publicados. O segundo periódico com maior índice h é o *Journal of Business Ethics*, no qual quatro artigos foram publicados.

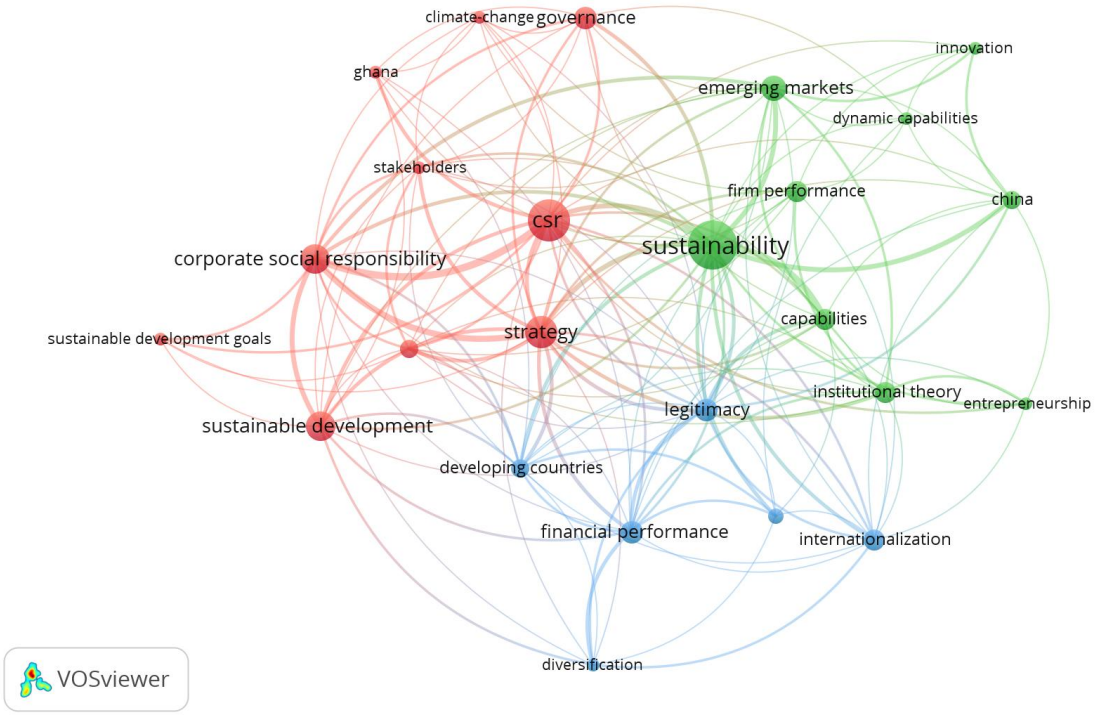
3.3. Rede de palavras-chave

A coexistência de palavras-chave é indicada por uma rede de palavras, conforme mostrado na Figura 4. O *software* de análise bibliométrica VOSviewer foi aplicado para analisar e visualizar as relações entre as palavras-chave (van Eck; Waltman 2010). O VOSviewer usa as palavras-chave dos artigos para agrupar os termos relacionados. As palavras em uma análise de rede de palavras-chave são frequentemente derivadas de "palavras-chave do autor", porém, neste artigo optou-se por também utilizar outras palavras que podem ser extraídas dos títulos, resumos, e nos textos completos (Donthu et al., 2021). A análise da rede de palavras-chave encontra conexões entre conceitos que ocorrem simultaneamente, pressupondo que palavras que frequentemente aparecem juntas tenham uma relação temática entre si (Zupic; Cater, 2015). O tamanho dos nós representa as ocorrências de palavras-chave, quanto maior o círculo, mais vezes uma palavra-chave ocorre nos artigos incluídos na análise. O maior nó é o de sustentabilidade (*sustainability*), com 21 ocorrências, seguido pela sigla em inglês para RSC (*CSR*), com 17 ocorrências. Já o nó de desenvolvimento sustentável (*sustainable development*) é bem menor, com 11 ocorrências. Isso demonstra que as pesquisas nos negócios internacionais ainda estão muito conectadas à RSC e à sustentabilidade corporativa, e o termo desenvolvimento sustentável continua sendo menos utilizado (Kolk, 2016; van Zanten; van Tulder, 2018).

Foram identificados três clusters de palavras-chave, que representam a sustentabilidade, a RSC, e a legitimidade (*legitimacy*). O cluster verde, que tem a sustentabilidade como nó principal, destaca os mercados emergentes (*emerging markets*) e a China, o que pode indicar que esses são os principais contextos estudados, e a teoria institucional (*institutional theory*) como principal teoria utilizada. O cluster verde destaca também o desempenho das empresas (*firm performance*), as capacidades dinâmicas (*dynamic capabilities*), a inovação (*innovation*), e o empreendedorismo (*entrepreneurship*). Isso é, potencialmente, um indicativo de que os estudos têm investigado como as capacidades dinâmicas das empresas e o empreendedorismo podem influenciar o desenvolvimento de inovações sustentáveis e impactar o desempenho financeiro das EMNs. O cluster vermelho, que tem a RSC como nó principal, destaca a estratégia (*strategy*) e a responsabilidade social corporativa (*corporate social responsibility*), o que pode significar a forma como as EMNs têm buscado adotar a RSC como estratégia, fazendo

da sustentabilidade um modelo de negócios. O cluster vermelho também evidencia o desenvolvimento sustentável (*sustainable development*) e os objetivos de desenvolvimento sustentável (*sustainable development goals*) conectados à RSC, o que possivelmente implica que as pesquisas sobre RSC tem se voltado ao desenvolvimento sustentável, e buscado se conectar aos ODS. Por fim, o cluster azul, que tem a legitimidade como nó principal, conecta os conceitos de internacionalização (*internationalization*) e desempenho financeiro (*financial performance*), o que pode ser um indício de como a legitimidade organizacional, baseada na sustentabilidade, pode impactar as estratégias de internacionalização e o desempenho financeiro das EMNs.

Figura 4 – Rede de palavras-chave.



Fonte: elaborado pela autora.

4. ANÁLISE DA LITERATURA

Nesta seção, os 73 artigos selecionados foram revisados por meio da técnica de análise de conteúdo para responder à segunda pergunta de pesquisa, a saber: *Qual o estado do conhecimento sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia*

emergente em termos dos seus fundamentos teóricos, abordagens metodológicas, e questões empíricas?

4.1. Fundamentos teóricos

Dos 73 artigos que compõem a amostra desta pesquisa, em 30 não houve menção explícita à teoria que fundamentou os estudos. Nos 43 artigos em que os autores explicitaram a base teórica utilizada, observou-se que a maioria se fundamenta em teorias relacionadas à gestão e à economia, incluindo a teoria institucional, a teoria dos *stakeholders*, a teoria da legitimidade, a teoria da agência, a teoria dos custos de transação, e teorias da visão baseada em recursos (RBV). Dentre as teorias mais recorrentes como fundamento teórico, destaca-se a teoria institucional, que serviu de base para 23 dos 43 artigos analisados, seguida pela teoria dos *stakeholders*, adotada em 8 dos 43 artigos. A teoria da legitimidade, a teoria dos custos de transação, a RBV, e a teoria da agência foram a base teórica de dois artigos cada uma.

Estudos baseados na teoria institucional buscaram compreender, principalmente, como as instituições dos países hospedeiros e dos países de origem das EMNs influenciam suas condutas econômicas, sociais e ambientais (e.g. Amoah; Eweje, 2022; Gómez-Bolaños et al., 2022; Li, 2023; Li et al., 2018; Newenham-Kahindi, 2015; Park, 2018; Penney et al., 2023; Saeed; Riaz; Baloch, 2023; Tang; Yang, 2024). Alguns autores também combinaram a teoria institucional com outras teorias, como a teoria dos *stakeholders* (e.g. Chen; Newburry; Park 2009; Tosun, 2022; Wani et al., 2021), a teoria da legitimidade (e.g. Plaza-Casado et al., 2024; Tosun, 2022), a teoria dos custos de transação (e.g. Wani, 2021), e a RBV (e.g. Duque-Grisales et al., 2020; Wang; Wei; Wu, 2023). Artigos baseados exclusivamente na teoria dos *stakeholders* investigaram as formas de engajamento com *stakeholders* externos sobre questões de sustentabilidade (Amoako et al., 2022; Mzembe, 2016), as formas de colaboração ambiental com fornecedores (Bouguerra et al., 2023), e o efeito da pressão de *stakeholders* na responsabilidade social e ambiental de fornecedores em economias emergentes (Huq; Chowdhury; Klassen, 2016; Villena; Wilhelm; Xiao, 2021). A teoria da legitimidade foi utilizada, na análise de como a adoção de estratégias sustentáveis influenciam a internacionalização em EMNs de economias emergentes (Plaza-Casado et al., 2024), e da forma como as EMNs divulgam informações para apresentar uma imagem socialmente responsável aos seus *stakeholders* (Tosun, 2022). Já os autores que adotaram a teoria dos custos de transação analisaram, por exemplo, como as empresas criam mecanismos de governança apropriados para reduzir custos de transação que permitem alcançar melhores desempenhos em sustentabilidade

(Basu et al. 2021) e, sob outra perspectiva, como as empresas, diante de altos custos de transação, podem adotar comportamentos oportunistas prejudiciais às questões ambientais e sociais (Wani et al., 2021).

Alguns trabalhos também se fundamentaram em teorias provenientes da sociologia, da psicologia, e da filosofia, como a teoria do capital social, a teoria normativa, e a teoria dos papéis. A teoria do capital social serviu de base para Ferraris et al. (2024) discutirem o papel do capital social no contexto da experiência e das capacidades dos gestores de EMNs em relação às atividades de responsabilidade social corporativa em mercados emergentes. Santos e Laczniak (2009) estabelecem uma conexão entre a teoria normativa e exemplos do mundo real, oferecendo às EMNs que atuam em mercados de baixa renda diretrizes práticas para a condução ética e equitativa de suas operações comerciais. A teoria dos papéis foi utilizada por Chen, Newburry e Park (2009) juntamente com a teoria dos *stakeholders* e a teoria institucional. A teoria de papéis foi empregada para capturar como as EMNs desempenham múltiplos papéis na sociedade. A teoria dos *stakeholders* foi utilizada para abordar as variações nas perspectivas sobre os papéis apropriados das EMNs entre diferentes grupos de *stakeholders*. E a teoria institucional serviu para explicar como essas perspectivas são moldadas pelo contexto institucional de cada país.

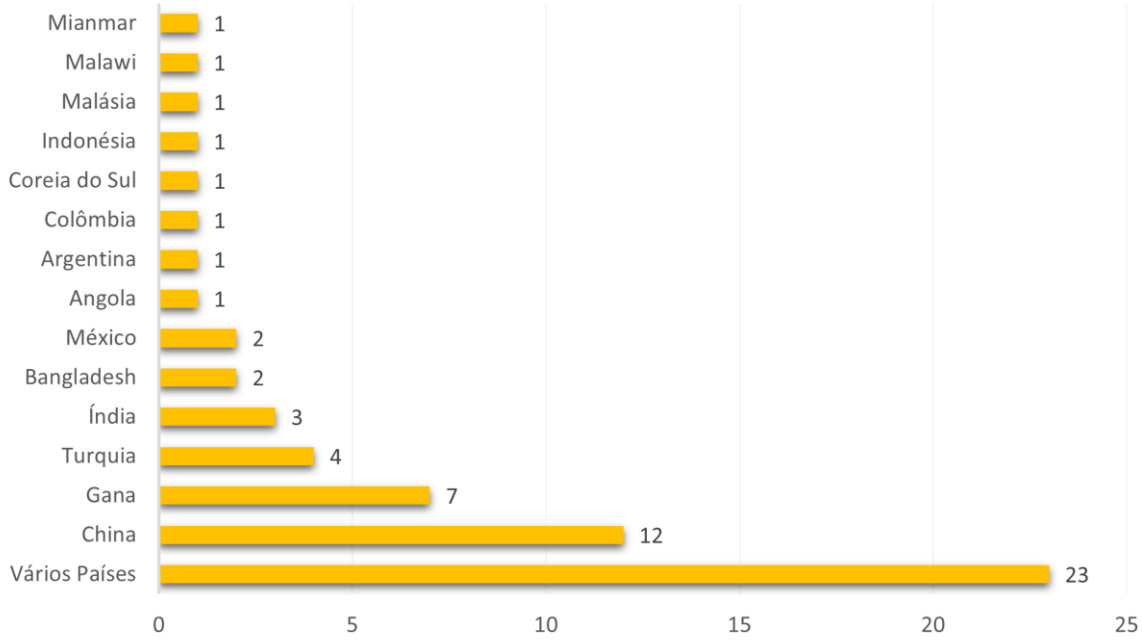
4.2. Abordagens metodológicas

Dos artigos analisados, 66 são de caráter empírico, enquanto os sete restantes são de natureza teórica. Os sete artigos teóricos revisados adotaram abordagens metodológicas variadas incluindo propostas de estruturas conceituais (e.g. Santos; Laczniak, 2009; Soundararajan et al., 2021), revisões da literatura (e.g. Kolk; van Tulder, 2010), e análises críticas (e.g. Aaronson, 2005; Lozano; Boni, 2002; Narula, 2018; Wettstein et al., 2019), para explorar diferentes aspectos das operações das EMNs e suas implicações éticas para a economia, para a sociedade e para o meio ambiente. Em conjunto, esses estudos teóricos abordam a necessidade de estruturas conceituais e políticas que alinhem as operações das EMNs com princípios éticos e sustentáveis, visando o desenvolvimento ambiental, social e econômico de mercados emergentes.

Em se tratando das metodologias aplicadas nos artigos empíricos, constatou-se uma distribuição equilibrada entre metodologias qualitativas e quantitativas, com 51% dos artigos adotando metodologias qualitativas, e 49% metodologias quantitativas. O principal método empregado nos artigos quantitativos foi a modelagem de equações estruturais, com dados

coletados por meio de questionários estruturados. Os artigos qualitativos, em sua maioria, realizaram estudos de casos múltiplos, com dados coletados, principalmente, por meio de entrevistas em profundidade. Sobre o escopo geográfico dos dados dos artigos empíricos, verificou-se que a China é o principal país estudado, com 12 artigos, seguido por Gana, com nove artigos, conforme exposto na Figura 5. Em 23 dos artigos empíricos foram analisados mais de um país. De modo geral, países da Ásia e da África têm sido os contextos mais estudados; enquanto o contexto latino-americano foi abordado em apenas nove dos 66 artigos empíricos. Essa discrepância evidencia uma possível lacuna nas pesquisas empíricas sobre as dinâmicas das EMNs na América Latina, sugerindo uma tendência geográfica e metodológica, e indicando áreas de maior interesse e potenciais oportunidades para pesquisas futuras.

Figura 5 – Escopo geográfico dos artigos empíricos.



Fonte: elaborado pela autora.

4.3. Questões empíricas

Por meio da análise dos 73 artigos revisados, foram identificados três temas de questões empíricas de pesquisa mais recorrentes: (1) determinantes contextuais do impacto das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente; (2) impactos da atuação de EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente; e (3) estratégias de

sustentabilidade empregadas por EMNs em países de economia emergente. A Tabela 2 apresenta a classificação dos 73 artigos selecionados de acordo com o tópico de pesquisa.

4.3.1. Determinantes contextuais do impacto das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente

A dinâmica da globalização gerou várias transformações, sendo que uma das mais importantes foi o surgimento de um sistema caracterizado pela multiplicação de órgãos não governamentais com um peso cada vez maior, sendo as EMNs as mais decisivas devido à quantidade e aos tipos de investimentos que realizam (Lozano; Boni, 2002). Uma vez que exercem uma influência progressivamente maior sobre a agenda de governança global, as EMNs desempenham um importante papel na solução de problemas globais (Kolk; van Tulder, 2010; Wettstein et al., 2019). A importância das EMNs é ainda mais decisiva para o desenvolvimento sustentável, especialmente em economias menos desenvolvidas, e seu enorme poder implica responsabilidade e novos desafios (Lozano; Boni, 2002).

Convencer empresas a adotar políticas e práticas que impactem positivamente o desenvolvimento sustentável pode ser difícil, mesmo em economias desenvolvidas; porém, para as economias emergentes o ambiente institucional constitui uma barreira adicional (Dowell; Hart; Yeung, 2000; Naeem; Welford, 2009). A adoção de práticas sustentáveis em economias emergentes pode envolver o enfrentamento de desafios locais específicos associados à escassez de recursos, à infraestrutura limitada, à necessidade de transferência de tecnologia, e à baixa capacidade de absorção das empresas locais (Narula, 2018; Roh; Xiao; Park, 2024). No entanto, para além das dificuldades impostas pelo contexto institucional, Penney et al. (2023) enfatiza a necessidade de questionar por que as sofisticadas iniciativas e relatórios de sustentabilidade de EMNs em economias desenvolvidas não são praticadas em seus países hospedeiros de economia emergente e em desenvolvimento.

Manter as operações em economias emergentes exige que as EMNs reconheçam as mudanças nas expectativas de seus papéis e se adaptem adequadamente (Chen; Newburry; Park). A literatura aborda diferentes estratégias por meio das quais EMNs podem contribuir voluntariamente para o desenvolvimento sustentável mesmo em países com ambientes institucionais turbulentos (e.g. Aubert; Cordova; Hernandez, 2024; Basu et al., 2021; Elg; Hånell, 2023; Roy; Al-Abdin; Quazi, 2021). Isso indica que, as EMNs são capazes de adotar práticas sustentáveis nesses contextos, porém muitas vezes optam por tirar vantagens de regulamentações ambientais frouxas e da fraca proteção das leis existentes em economias

emergentes (Wani et al., 2021). Contudo, na ausência de ações voluntárias, muitas EMNs são reativas a regulamentações e legislações, de modo que muito mais que incentivo, elas precisam de um grau de coerção (Naeem; Welford, 2009). Portanto, um esforço concentrado por parte do governo para pressionar a adoção de práticas sustentáveis pode ser necessário, mas também é importante haver um papel dos demais *stakeholders* (comunidades locais, funcionários, consumidores, mídia etc.) que pode ir da pressão à parceria (Chen; Newburry; Park, 2009; Naeem; Welford, 2009; Preuss et al., 2022).

Apesar de as economias emergentes e em desenvolvimento, em geral, contarem com sistemas institucionais regulatórios menos estruturados (Rottig, 2016), estudos têm mostrado que a atuação do governo tem, mesmo nesses contextos, influenciado positivamente o engajamento das EMNs com o desenvolvimento sustentável. Cudjoe et al. (2023) evidenciam que, em Gana, a iniciativa governamental de exigir práticas de investimentos responsáveis, obrigatórias por lei e passíveis de punição, impulsionou a adoção de práticas sustentáveis por EMNs. Amoah e Eweje (2021) corroboram esse achado, destacando que as práticas de sustentabilidade ambiental das EMNs de mineração em Gana foram impulsionadas tanto pela percepção de obrigação ética dos gestores quanto pela necessidade de conformidade regulatória.

Outro mecanismo importante da atuação governamental é o uso de incentivos. Niu, Zhang e Zhang (2024) argumentam que os governos podem incentivar a redução das emissões de carbono por empresas domésticas, induzindo EMNs, que buscam atender às demandas de clientes ecologicamente conscientes, a escolher fornecedores locais. Isso poderia ser feito concomitantemente à aplicação de tarifas de importação que incentivassem essa contratação. Além disso, a atuação dos governos dos países de origem das EMNs também pode ser eficaz. Aaronson (2005), ao considerar como EMNs dos Estados Unidos podem ignorar condições de trabalho precárias de seus fornecedores e subcontratados e danos ao meio ambiente e à cultura local em economias menos desenvolvidas, sugere que o governo estadunidense poderia utilizar sua influência sobre essas empresas, especialmente aquelas que se beneficiam de subsídios, para incentivar práticas mais responsáveis.

Com relação aos demais *stakeholders*, a atuação das ONGs tem se destacado. Perez-Aleman e Sandilands (2008) indicam que a pressão dessas organizações por práticas sustentáveis tem como alvo especialmente as empresas que lideram cadeias de suprimentos globais, em diversos setores, incluindo mineração, silvicultura, agronegócio, eletrônicos, vestuário e calçados. Essas pressões, conforme os autores, levaram à criação de novos padrões, códigos de conduta, programas de certificação, rotulagem ecológica e relatórios sociais, além de impulsionarem a formação de parcerias entre empresas e ONGs. No mesmo sentido, Yin

(2021) analisou doze parcerias sociais entre EMNs e ONGs na China, constatando que, em quase todos os casos, as EMNs começaram essas colaborações com o objetivo de implementar seus programas de sustentabilidade, sendo motivadas principalmente por pressões institucionais.

Todavia, em comparação com economias desenvolvidas, as EMNs que realizam investimentos em economias emergentes percebem relativamente pouca pressão do público no que diz respeito a práticas sustentáveis (Amoah; Eweje, 2021; Lartey et al., 2021; Preuss et al., 2022). Em vista disso, Amoako et al. (2022) expõem a necessidade de adaptar diferentes formas e canais para que as EMNs se comuniquem com grupos de *stakeholders*-chave. Explorando o contexto chinês, Chen, Newburry e Park (2009) sugerem que as visões de vários grupos de *stakeholders* muitas vezes são contraditórias, de modo que, enquanto os funcionários possam estar satisfeitos em trabalhar para EMNs, os consumidores podem não apreciar que os produtos que as EMNs fabricam não são adaptados às necessidades locais. Outra possibilidade, enfatizada por Atarah, Frimpong e Ahwireng (2023), é que, embora as instituições reguladoras em países em desenvolvimento possam ser ineficazes e, portanto, incapazes de aplicar as regras de gestão de saúde e segurança ocupacional punindo as organizações infratoras, as empresas que não as cumprem correm o risco de serem punidas por funcionários insatisfeitos por meio de desempenho ínfero.

Tabela 2 – Classificação dos artigos por questão empírica.

Questões empíricas	**Artigos**		
Determinantes contextuais do impacto das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente	Aaronson (2005)	Dowell, Hart e Yeung (2000)	Penney et al. (2023)
	Amoako et al. (2022)	Lartey et al. (2021)	Perez-Aleman e Sandilands (2008)
	Amoah e Eweje (2021)	Lozano e Boni (2002)	Preuss et al. (2022)
	Atarah, Frimpong e Ahwireng (2023)	Naeem e Welford (2009)	Yin (2021)
	Chen, Newburry e Park (2009)	Narula (2018)	
	Cudjoe et al. (2023)	Niu, Zhang e Zhang (2024)	
Impactos da atuação de EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente	Amoah e Eweje (2022)	Gómez-Bolaños, Hurtado-Torres e Delgado-Márquez (2020)	Penney et al. (2023)
	Ascani, Nair e Iammarino (2023)	Hanoteau (2023)	Tang e Yang (2024)
	Dau, Moore e Newburry (2020)	Li (2023)	Tosun (2022)
	Dowell, Hart e Yeung (2000)	Li et al. (2018)	Úbeda, Mendez e Forcadell (2023)
	Forcadell e Aracil (2017)	Machanguana e Sardinha (2021)	Wang et al. (2023)
	Forcadell e Aracil (2019)	Naeem e Welford (2009)	Wani et al. (2021)
	García-Rodríguez et al. (2013)	Narula (2018)	Zhou e Lin (2024)
	Gómez-Bolaños et al. (2022)	Rao-Nicholson, Thein e Zhong (2024)	
Estratégias de sustentabilidade empregadas por EMNs em países de economia emergente	Abugre e Anlesinya (2020)	Ferraris et al. (2024)	Park (2018)
	Amoah e Eweje (2023)	Ghauri, Tasavori e Zaefarian (2014)	Plaza-Casado et al. (2024)
	Amoako et al. (2022)	Gold, Hahn e Seuring (2013)	Perez-Aleman e Sandilands (2008)
	Atarah, Frimpong e Ahwireng (2023)	Gomez-Trujillo, Gonzalez-Perez e Baena-Rojas (2024)	Rao-Nicholson, Thein e Zhong (2024)
	Aubert, Cordova e Hernandez (2024)	Hawn (2021)	Roy, Al-Abdin e Quazi (2021)
	Basu et al. (2021)	Huq, Chowdhury e Klassen (2016)	Saeed, Riaz e Baloch (2023)
	Bouguerra et al. (2021)	Kolk e Curran (2017)	Santos e Laczniak (2009)
	Bouguerra et al. (2023)	Kolk e van Tulder (2010)	Shafiq, Johnson e Klassen (2022)
	Buyukbalci, Sanguineti e Sacco (2024)	Lartey et al. (2021)	Shah e Arjoon (2015)
	Brown, Himmelberger e White (1993)	Li (2023)	Soundararajan et al. (2021)
	Ciasullo et al. (2020)	Nandi, Nandi e Sindhi (2022)	Subramaniam et al. (2019)
	Dau, Moore e Newburry (2020)	Newenham-Kahindi (2015)	Tong et al. (2018)
	Dowell, Hart e Yeung (2000)	Margaret, Schoubben e Verwaal (2024)	Villena et al. (2021)
	Duque-Grisales et al. (2020)	Mzembe (2016)	Xiao et al. (2019)
	Elg e Hånell (2023)	Nwankwo, Phillips e Tracey (2007)	Yin (2021)

Fonte: elaborado pela autora.

4.3.2. Impacto da atuação de EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente

No âmbito do desenvolvimento sustentável, tem sido defendida a capacidade de as EMNs contribuírem para avanços sociais e na preservação ambiental por meio da geração de inovações (Brown; Himmelberger; White, 1993; Dowell; Hart; Yeung, 2000; Zhou; Lin, 2024). As EMNs de economias desenvolvidas podem ser consideradas especialmente relevantes devido às características de seus países de origem (Dau; Moore; Newburry, 2020; Gómez-Bolaños et al., 2022). Em geral, em economias desenvolvidas as empresas podem acessar mais prontamente os recursos para inovação, além de os sistemas institucionais estarem evoluindo e a pressão dos *stakeholders* aumentando em ritmo mais avançado quando comparadas às economias emergentes e em desenvolvimento (Wang et al., 2023). Nesse contexto, destaca-se especialmente as contribuições potenciais das EMNs de países de economia desenvolvida no desenvolvimento sustentável de economias menos desenvolvidas.

Em economias emergentes e em desenvolvimento, as atividades das EMNs têm sido relacionadas a benefícios sociais, como o aumento da inclusão financeira, melhorias nos níveis educacionais, inclusão digital, e aumento do acesso de energia elétrica (Forcadell; Aracil, 2017; Forcadell; Aracil, 2019; Úbeda; Mendez; Forcadell, 2023). Em se tratando dos benefícios ambientais, as EMNs podem ser fundamentais nas transferências de melhores práticas ambientais e ajudar a preencher lacunas institucionais (Gómez-Bolaños; Hurtado-Torres; Delgado-Márquez, 2020). Wang et al. (2023) verificaram que as EMNs superam empresas domésticas na condução de inovações verdes, e que a presença de EMNs leva ao aumento das inovações verdes em empresas domésticas. Segundo Gómez-Bolaños et al. (2022), as contribuições das EMNs à sustentabilidade ambiental ocorrem em razão de as EMNs de economias desenvolvidas estarem mais bem equipadas para absorver o conhecimento obtido por meio de suas operações globais, e para melhorar sua inovação ambiental ao se expandir para fora de suas regiões de origem, aproveitando a experiência adquirida em outros contextos.

Em contrapartida, outros estudos apontam que as EMNs de economias desenvolvidas não têm exibido iniciativas de sustentabilidade positivamente diferentes em relação às empresas domésticas de economias menos desenvolvidas (e.g. Naeem; Welford, 2009; Tosun, 2022). Isso ocorre porque, segundo Penney et al. (2023), quando EMNs de economias desenvolvidas e empresas de economias em desenvolvimento operam em um mesmo contexto institucional, os dois grupos não apresentam diferenças significativas quanto às suas ações de sustentabilidade. Como resultado, as EMNs de economias desenvolvidas tendem a mostrar pior desempenho em

sustentabilidade em países de menor desenvolvimento econômico do que em países mais desenvolvidos economicamente (Li et al., 2018).

Mais especificamente, pesquisadores destacam como as EMNs têm impactado negativamente questões sociais e ambientais em economias emergentes. Hanoteau (2023) revela que, na Indonésia, a maior presença de EMNs estrangeiras não diminui a pobreza, mas, ao contrário, agrava sua profundidade e gravidade, além de expor ainda mais a população à poluição. Da mesma forma, Wani et al. (2021) concluíram que EMNs com maior presença em mercados emergentes apresentam índices mais altos de emissões, devido a cadeias de suprimentos longas e pouco regulamentadas. No entanto, quando essas empresas adotam práticas ambientais positivas em seus países de origem, elas tendem a reduzir as emissões também nesses mercados. Por outro lado, quando se envolvem em práticas prejudiciais ao meio ambiente, as emissões aumentam à medida que sua inserção em mercados emergentes cresce.

Adicionalmente, em empresas que operam em setores ambientalmente sensíveis, como o setor de recursos naturais, Penney et al. (2023) indicam que elas deveriam produzir relatórios anuais de avaliação ambiental para garantir a continuidade operacional. No entanto, essas empresas frequentemente falham em elaborar tais relatórios. Historicamente, as EMNs do setor extrativista têm sido vistas como obstáculos ao desenvolvimento sustentável (Narula, 2018), especialmente em economias emergentes e em desenvolvimento, onde a necessidade de proteger o meio ambiente e as comunidades próximas às áreas de extração de recursos é premente. Entretanto, as leis nesses países, embora visem à proteção ambiental, também são elaboradas para atrair novos investimentos (Amoah; Eweje, 2022). Narula (2018) discute como, com a liberalização dos mercados, as EMNs extrativistas se reengajaram com os países em desenvolvimento por meio de estruturas de governança flexíveis, com potencial para criar vínculos locais e gerar transbordamentos de produtividade, mas que, no entanto, não se concretizaram. García-Rodríguez et al. (2013) descrevem como a falta de gestão ambiental adequada de uma EMN petrolífera em Angola gerou diversas consequências negativas, como a produção de resíduos, contaminação do solo, perda excessiva de água, e poluição atmosférica e sonora. Além disso, Machanguana e Sardinha (2021) abordam as falhas de uma EMN brasileira e outras empresas de mineração em Moçambique no cumprimento das responsabilidades de reassentamento, falhas essas que foram exacerbadas pela falta de supervisão governamental.

Outra crítica às EMNs é a preferência pela adoção de ações sustentáveis que proporcionam maior visibilidade, enquanto outras questões igualmente importantes são ignoradas. Por exemplo, Rao-Nicholson, Thein e Zhong (2024), analisando EMNs em

Mianmar, constataram que a maioria concentra suas ações de sustentabilidade em programas filantrópicos voltados para saúde e educação, áreas de grande necessidade devido aos problemas institucionais do país. Embora as iniciativas sejam relevantes, os autores destacam que as EMNs também devem focar nos direitos dos funcionários, pois políticas baseadas em direitos refletem o comprometimento das empresas com seus *stakeholders* internos, embora possam ter menos visibilidade a curto prazo em comparação com ações voltadas para a comunidade.

De modo geral, poucos estudos têm abordado o papel das EMNs de economias emergentes no desenvolvimento sustentável. As pesquisas existentes destacam, além dos impactos das operações das EMNs de economias emergentes em outras economias emergentes ou em desenvolvimento, a forma como seus processos de internacionalização contribuem para a geração de inovações sustentáveis. Como as EMNs de economias emergentes se internacionalizaram tardiamente, suas tentativas de se envolver no desenvolvimento sustentável podem ser prejudicadas por conhecimentos e recursos limitados (Li, 2023; Tang; Yang, 2024). Portanto elas precisam adquirir conhecimento sobre práticas sustentáveis e aprender a implementá-las (Li, 2023).

Nesse contexto, Zhou e Lin (2024) encontraram evidências de que EMNs chinesas com amplo alcance global estão mais inclinadas a participar de atividades de inovação verde, que tendem a se intensificar em países hospedeiros com boa qualidade institucional. De modo semelhante, Tang e Yang (2024) mostraram que EMNs chinesas têm desenvolvido inovações ambientais com base nos aprendizados resultantes de seus investimentos em economias mais desenvolvidas, o que pode contribuir para aumentar suas externalidades positivas e diminuir as negativas, contribuindo assim para o bem-estar social de forma sustentável.

Contrastando esses achados, Ascani, Nair e Iammarino (2023) indicaram que as EMNs chinesas preferem estabelecer suas subsidiárias em países com regulamentações ambientais mais flexíveis. Esses resultados seriam um indício de que, assim como EMNs de economias desenvolvidas (Dowell; Hart; Yeung, 2000; Wani et al., 2021), as EMNs emergentes também buscariam se beneficiar de problemas institucionais nos países hospedeiros, o que prejudicaria o desenvolvimento sustentável. No entanto, as descobertas de Tang e Yang (2024) e Zhou e Lin (2024) contradizem essa visão, ao apontarem que as EMNs chinesas não diversificariam suas atividades para países com requisitos de sustentabilidade mais baixos para evitar responsabilidades ambientais, mas, sim, promoveriam tecnologias verdes e práticas sustentáveis.

4.3.3. Estratégias de sustentabilidade empregadas por EMNs em países de economia emergente

Conforme discutido anteriormente, as EMNs têm enfrentado pressões sociais para que se envolvam de forma mais ampla com outros objetivos além de maximizar sua lucratividade de curto prazo, com essas pressões ocorrendo tanto em países de economia desenvolvida quanto emergente (Chen; Newburry; Park, 2009). Apesar disso, a adoção de práticas sustentáveis pode ser vista pelos gestores das EMNs como uma barreira à geração de lucros (Margaret; Schoubben; Verwaal, 2024). Em contrapartida, a literatura indica que ações sustentáveis também podem impactar positivamente outras áreas da empresa, como o desempenho financeiro e o valor de mercado (Aubert; Cordova; Hernandez, 2024; Basu et al., 2021; Dowell; Hart; Yeung, 2000). Ademais, o crescimento de investimentos socialmente responsáveis indica que um número significativo de acionistas não está interessado na maximização da riqueza como medida única (Santos; Laczniak, 2009). Nesse sentido, a literatura sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável tem investigado a forma como características e estratégias implementadas por EMNs podem impactar positivamente a sustentabilidade econômica, ambiental e social de economias emergentes e em desenvolvimento. A literatura trata também, de forma mais específica, das estratégias para a gestão sustentável da cadeia de suprimentos em economias emergentes, e como a sustentabilidade é utilizada como estratégia de legitimidade pelas EMNs.

As EMNs respondem às pressões institucionais para a adoção de práticas sustentáveis de formas diferentes com base em suas características internas (Amoah; Eweje, 2023; Duque-Grisales et al., 2020; Ferraris et al., 2024). Desse modo as EMNs podem adotar práticas sustentáveis mesmo diante de instabilidades institucionais e deficiências regulatórias (Atarah; Frimpong; Ahwireng, 2023). Em tais casos, um dos fatores que pode levar as EMNs a adotarem a sustentabilidade mesmo em ambientes institucionais complexos é a existência de um senso de obrigação moral dos gestores (Amoah; Eweje, 2023). Em contraste, Ferraris et al. (2024) verificaram que, em subsidiárias de EMNs italianas na Índia, a experiência passada de gestores pode gerar maior estabilidade a nível individual, aumentando a resistência à mudança e dificultando a adoção de práticas sustentáveis. Já Amoako et al. (2022) inferem que, devido a fatores de legitimidade dominarem os relatórios de sustentabilidade de EMNs de mineração atuantes em Gana, a adoção de práticas sustentáveis não é necessariamente baseada na intenção da administração em relação a questões de sustentabilidade, mas na preocupação com a reputação institucional. Nesse sentido, Amoah e Eweje (2023) argumentam que gestores

corporativos não podem justificar o envolvimento de EMNs em práticas insustentáveis baseados unicamente nos problemas institucionais do país hospedeiro.

Uma das formas que as empresas têm encontrado para melhor implementar práticas de sustentabilidade acontece por meio de parcerias estratégicas para abordar questões sociais, econômicas e ambientais (Elg; Hånell, 2023; Ghauri; Tasavori; Zaefarian, 2014; Mzembe, 2016; Yin, 2021). Iniciativas colaborativas podem ser realizadas para reunir recursos ou conhecimentos, envolver *stakeholders* distantes, ou expandir empreendimentos em magnitude ou detalhes (Shah; Arjoon, 2015). Têm sido notadas, principalmente, as parcerias entre EMNs e ONGs. Parcerias entre EMNs e ONGs podem, por exemplo, facilitar a adoção de práticas sustentáveis por fornecedores em países em desenvolvimento (Perez-Aleman; Sandilands, 2008). Contudo, Yin (2021) demonstra que muitas parcerias sociais são passíveis de críticas por serem iniciadas e sustentadas com uma abordagem unicamente filantrópica. Porém, esse autor argumenta que quando parcerias mais integrativas acontecem, não apenas serviços e produtos inovadores são fornecidos por meio da parceria, mas também novas instituições e práticas são derivadas conjuntamente da combinação de competências e recursos organizacionais de EMNs e ONGs.

As EMNs podem também se envolver em parcerias com uma forma alternativa de organização do terceiro setor, a empresa comunitária. Ao fazer parcerias com empresas comunitárias, as EMNs têm a oportunidade de desempenhar um papel significativo na capacitação local, de uma forma que não apenas fortaleça as comunidades locais, mas também evite o paternalismo e a dependência de recursos que são endêmicos em muitos investimentos sociais no Sul Global (Nwankwo; Phillips; Tracey, 2007). Outro tipo de parceria envolve EMNs e outras empresas privadas, como as startups, que são um meio para EMNs de economias emergentes acessar conhecimentos externos e capacidades inovadoras para o desenvolvimento de práticas sustentáveis em resposta às rápidas mudanças nas demandas do mercado estrangeiro (Buyukbalci; Sanguineti; Sacco 2024).

Considerando que o envolvimento de EMNs em países de renda mais baixa pode prenunciar uma maior exploração de consumidores desfavorecidos, Santos e Laczniak (2009) buscaram desenvolver uma abordagem mais equitativa ao marketing das EMNs, apresentando uma estrutura ético normativa que descreve como comercializar eticamente. Em tais contextos, os autores sugerem que, para dissipar os receios de tal abuso, é imperativo que o envolvimento de EMNs nesses mercados seja fundamentado (1) em um envolvimento autêntico com os clientes, particularmente os mais pobres, com intenção não exploradora; (2) na cocriação de valor com os clientes, especialmente aqueles que são economicamente desfavorecidos; (3) na

representação de interesses de todos os *stakeholders*, particularmente clientes pobres; e (4) na gestão de lucros a longo prazo em vez de maximização de lucros a curto prazo.

Igualmente, as EMNs precisam focar em seus *stakeholders* internos. Newenham-Kahindi (2015) expõe que a contradição das EMNs que buscam a maximização do lucro, ao mesmo tempo em que buscam assumir um papel público de destaque para iniciativas sociais pode ser evidente. Para o autor, gerenciar os *stakeholders* internos de forma sustentável antes de se envolver com *stakeholders* externos é essencial, visto que se os funcionários não possuem assistência médica básica, segurança no emprego, moradia, ou acesso à educação, os esforços das EMNs para legitimar suas operações em comunidades locais tendem a não ser bem-sucedidos. Além disso, as ações sustentáveis voltadas aos funcionários também podem gerar ganhos para as EMNs, por meio do aumento de produtividade dos funcionários (Atarah; Frimpong; Ahwireng, 2023; Aubert; Cordova; Hernandez, 2024; Bouguerra et al., 2021).

As EMNs também estão buscando vincular suas estratégias de RSC às suas atividades principais, passando de uma preocupação de relações públicas, baseadas em filantropia, para uma atividade estratégica principal (Kolk; van Tulder, 2010). A adoção da RSC estratégica implica em converter as necessidades dos *stakeholders* em uma oportunidade de negócios, por exemplo, introduzindo novos produtos ecológicos para clientes que se preocupam com o meio ambiente (Roy; Al-Abdin; Quazi, 2021). Já a integração de preocupações sociais nos modelos de negócios requer entender os problemas sociais e inovar produtos para atender às necessidades sociais com foco na expectativa de preços, e na melhoria das ofertas (Nandi; Nandi; Sindhi, 2022). A ideia de adotar a sustentabilidade de forma estratégica é predominantemente orientada por benefícios comerciais, que também fornecem os recursos necessários para atividades sociais e ambientais (Roy; Al-Abdin; Quazi, 2021).

Gestão sustentável da cadeia de suprimentos em países de economia emergente

As EMNs estão sob pressão constante de grupos de *stakeholders* para garantir que seus fornecedores de economias emergentes cumpram padrões de sustentabilidade aceitáveis (Bouguerra et al., 2023; Shafiq; Johnson; Klassen, 2022) e dificilmente escapam da responsabilização caso algum fornecedor tenha seu nome associado a práticas ambientais ou sociais irresponsáveis (Soundararajan et al., 2021). Estender padrões de sustentabilidade ao longo da cadeia de suprimentos envolve selecionar fornecedores com altos níveis de implementação de práticas sustentáveis ou auxiliá-los na implementação dessas práticas, para evitar má conduta e melhorar o desempenho sustentável geral (Tong et al., 2018). Em vista disso, algumas EMNs passaram a adotar programas de desenvolvimento que buscam minimizar

danos ambientais e melhorar as condições de trabalho nas fábricas dos fornecedores (Villena et al., 2021).

O monitoramento, seja pelas EMNs compradoras ou por empresas terceirizadas, tem sido amplamente adotado como o mecanismo mais prático para gerenciar o desempenho de sustentabilidade na cadeia de suprimentos (Shafiq; Johnson; Klassen, 2022). Huq, Chowdhury e Klassen (2016) sugerem que, sem pressões intensas de *stakeholders*, EMNs compradoras poderiam melhorar seu desempenho social usando seus próprios auditores e colaborando diretamente com fornecedores, em vez de depender de auditores terceirizados. No entanto, os autores demonstram que diante da atenção de clientes, ONGs e mídia, as auditorias de consórcios de compradores e as auditorias compartilhadas de terceiros se mostram mais vantajosas, oferecendo maior transparência e melhorias no treinamento dos trabalhadores. Por outro lado, Subramaniam et al. (2019) argumentam que modos passivos de envolvimento das EMNs, como o monitoramento e o fornecimento de incentivos, não têm efeito no desempenho sustentável dos fornecedores. Práticas mais eficientes necessitam do papel ativo das EMNs, por meio do compartilhamento de conhecimento, tecnologias e recursos, consultas locais, e programas de formação e treinamento (Subramaniam et al., 2019; Villena et al., 2021).

A gestão sustentável da cadeia de suprimentos enfrenta um problema adicional significativo: os padrões de sustentabilidade impostos pelas EMNs geralmente são formulados de forma universalista e raramente levam em consideração a natureza inerentemente complexa das economias emergentes (Soundararajan et al., 2021; Xiao et al., 2019). O cumprimento dessas normas sociais e ambientais exige mudanças e investimentos consideráveis que podem representar barreiras para a entrada de pequenas empresas em mercados emergentes, favorecendo, assim, a concentração da produção nas grandes empresas locais e perpetuando desigualdades (Perez-Aleman; Sandilands, 2008). Para aliviar essas tensões, Xiao et al. (2019) sugerem que a contextualização dos padrões sustentáveis torna a sua implementação mais viável para os fornecedores em mercados emergentes. Ao adaptar os requisitos às realidades locais, torna-se possível reduzir as barreiras à participação de empresas de menor porte. Outra estratégia importante para lidar com as diferenças contextuais é o estabelecimento de parcerias entre EMNs e ONGs. Essas parcerias oferecem suporte técnico e financeiro, facilitando a adoção de novas práticas sustentáveis pelos fornecedores (Perez-Aleman; Sandilands, 2008).

Sem embargo, abordar os problemas sociais nas cadeias de suprimentos em economias emergentes tem se mostrado mais complexo. Historicamente, a literatura sobre sustentabilidade na gestão da cadeia de suprimentos tem se concentrado mais no desenvolvimento de capacidades ambientais do que sociais (Huq; Chowdhury; Klassen, 2016), resultando em uma

compreensão limitada de como as EMNs podem promover a sustentabilidade social entre seus fornecedores (Subramaniam et al., 2019). Esse foco predominante nas questões ambientais pode ser explicado pelo fato de que a literatura é distintamente tendenciosa para as condições comerciais e sociopolíticas de economias desenvolvidas onde, após a década de 1970, os padrões de vida elevados para a maior parte da população relegaram as questões sociais a um segundo plano (Gold; Hahn; Seuring, 2013). Porém, à medida que as EMNs estenderam suas cadeias de suprimentos aos países de economia emergente, os problemas sociais dos fornecedores nesses países vieram à tona, colocando a reputação e o desempenho das EMNs em maior risco (Gold; Hahn; Seuring, 2013; Subramaniam et al., 2019). Conforme, Villena et al. (2021), enquanto a responsabilidade ambiental do fornecedor pode ser promovida por meio de pressões de *stakeholders* e de fatores relacionais, a responsabilidade social é muito mais difícil de ser abordada, especialmente diante de lacunas regulatórias do mercado de trabalho, o que agrava ainda mais a complexidade desse desafio.

Não obstante, o desempenho social sustentável dos fornecedores tem sido considerado um recurso valioso para criar vantagem competitiva (Subramaniam et al., 2019), com fornecedores que possuem maiores capacidades de gestão social experimentando benefícios financeiros, como aumento de produtividade e melhores condições comerciais, o que motiva gestores em economias emergentes a investir no desenvolvimento de capacidades colaborativas e inovadoras (Huq; Chowdhury; Klassen, 2016). No entanto, Xiao et al. (2019) argumentam que, apesar dessas vantagens, uma mudança radical em direção à "verdadeira sustentabilidade" é improvável enquanto o poder sistêmico continuar a priorizar objetivos financeiros em detrimento de objetivos sustentáveis, a menos que haja um equilíbrio mais substancial entre custos e sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável como estratégia de legitimidade

Apesar da urgência para que desenvolvimento sustentável guie as estratégias das EMNs, a grande maioria dos gestores ainda busca motivações financeiras para se engajar em práticas sustentáveis (Margaret; Schoubben; Verwaal, 2024). A implementação de práticas sustentáveis, contudo, tem se mostrado um instrumento de investimento que pode proporcionar maior valor de mercado em razão dos benefícios à reputação corporativa (Abugre; Anlesinya, 2020; Margaret; Schoubben; Verwaal, 2024). Lartey et al. (2021) mostram que as EMNs serem capazes de atender aos padrões de divulgação de relatórios de sustentabilidade e procedimentos de auditoria em diferentes jurisdições, por meio de informações relatadas de alta qualidade, aumenta a reputação da empresa e sua vantagem competitiva sobre seus concorrentes. No

âmbito do desenvolvimento sustentável, a origem em países com ambientes institucionais mais robustos tem sido considerada uma vantagem que as EMNs podem explorar. Acredita-se que as EMNs com origem em países com bons índices sustentáveis em nível nacional, irão transferir boas práticas de sustentabilidade para os países hospedeiros (Dau; Moore; Newburry, 2020). As EMNs de economias emergentes, por outro lado, podem enfrentar desafios de legitimidade em seus processos de internacionalização relacionados ao ambiente institucional de seus países de origem (Hawn, 2021; Park, 2018), que podem ser vencidos por meio da integração da sustentabilidade à estratégia corporativa (Ciasullo et al., 2020; Gomez-Trujillo; Gonzalez-Perez; Baena-Rojas, 2024; Plaza-Casado et al., 2024).

Dentre as EMNs de economias emergentes, as EMNs chinesas, particularmente, têm enfrentado grandes desafios de legitimidade, mas que também podem ser suplantados por meio de contribuições ao desenvolvimento sustentável. Por exemplo, Kolk e Curran (2017) mostraram como EMNs chinesas, atuantes no comércio de painéis solares, responderam para superar uma ameaça de legitimidade no contexto das disputas antidumping entre a China e países da Europa. Conforme as autoras, a declaração conjunta de várias ONGs respeitadas contra os direitos antidumping, forneceu um nível de legitimidade que as EMNs não conseguiriam sozinhas, sinalizando que as EMNs chinesas estavam contribuindo para objetivos sociais mais amplos, o que as permitiu parecer mais socialmente responsáveis do que seus detratores.

A literatura tem relacionado a legitimidade de EMNs de economias emergentes ao desempenho sustentável que pode ser alavancado com maiores níveis de internacionalização, maior presença nos mercados de economias desenvolvidas, e adesão aos princípios de sustentabilidade internacionais (Li, 2023; Margaret; Schoubben; Verwaal, 2024). Como a adoção de estratégias ambientais é diretamente condicionada por pressões institucionais para cumprir com as regulamentações e expectativas dos *stakeholders*, Duque-Grisales et al. (2020) argumentam que as EMNs que implementam estratégias ambientais avançadas serão capazes de atingir um nível mais alto de presença internacional em mercados estrangeiros. Saeed, Riaz e Baloch (2023) mostram que EMNs de economias emergentes podem se comprometer com a luta pela igualdade de gênero empregando mulheres em cargos de liderança em suas subsidiárias internacionais como uma estratégia de legitimação para compensar suas desvantagens relativas aos seus países de origem. Sob outra perspectiva, Margaret, Schoubben e Verwaal (2024) sugerem que embora as EMNs de economias desenvolvidas e emergentes sejam diferentes em razão de fatores institucionais, elas se tornam cada vez mais semelhantes

quando entram na arena global, pois estão expostas às mesmas regulamentações ambientais em países hospedeiros, sejam elas mais ou menos rigorosas.

As EMNs devem também ponderar sobre as possíveis contradições em suas estratégias de sustentabilidade e legitimidade. Exemplificando, a certificação ISO 14001 tem sido considerada uma forma de comunicar aos *stakeholders* o compromisso ambiental da empresa, e tem sido associada ao aumento do valor de mercado de EMNs, especialmente no contexto de pressões institucionais (Margaret; Schoubben; Verwaal, 2024). Todavia, a subsidiária de uma EMN taiwanesa na China que obteve a certificação ISO 14001, o que reflete algum comprometimento com a proteção ambiental, foi responsabilizada por vários suicídios de funcionários em razão de suas práticas trabalhistas insalubres (Villena et al., 2021). Tal exemplo reflete a forma como as EMNs podem buscar se engajar apenas com práticas de sustentabilidade que proporcionem visibilidade (Rao-Nicholson; Thein; Zhong, 2024), para obtenção de ganhos de legitimidade, sem de fato estarem comprometidas com o desenvolvimento sustentável.

5. DISCUSSÃO E AGENDA DE PESQUISAS

Essa revisão examinou sistematicamente a literatura de negócios internacionais sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente e em desenvolvimento. Uma análise bibliométrica de 73 artigos mostrou uma tendência ascendente de publicação a partir de 2015. Não por coincidência, 2015 foi o ano da adoção da Agenda 2030 pela ONU. Desde então a abordagem do tema no campo de negócios internacionais vem ganhando mais visibilidade e sendo tema recorrente de pesquisas. No período anterior a 2015, foi verificado que a periodicidade de publicações sobre o tema era bastante inconsistente. A análise do escopo geográfico dos artigos empíricos revela que China e Gana têm sido contextos bastante pesquisados, ao passo em que países da América Latina têm sido contextos explorados de forma mais esporádica. A análise da rede de palavras-chave revela que a sustentabilidade é o conceito mais utilizado e que, apesar do desenvolvimento sustentável estar sendo mais frequentemente abordado pela literatura, conceitos como a RSC seguem sendo mais populares nesse campo de pesquisas. Já os ODS, propostos pela Agenda 2030, raramente são mencionados. Além disso, foi identificada uma relação entre a sustentabilidade e a legitimidade organizacional. Os clusters identificados na rede de palavras-chave foram coerentes com os encadeamentos resultantes da análise de conteúdo.

A análise de conteúdo da literatura selecionada mostra que as EMNs têm o potencial tanto de contribuir, quanto de prejudicar o desenvolvimento sustentável em economias

emergentes e em desenvolvimento. Em especial, as EMNs de economias desenvolvidas têm sido associadas à geração de externalidades ambientais e sociais positivas por meio do desenvolvimento de inovações que tem aumentado, por exemplo, a inclusão financeira e digital, e o acesso à energia elétrica de fontes renováveis (Forcadell; Aracil, 2019; Úbeda; Mendez; Forcadell, 2023; Wang et al., 2023). O contexto institucional das economias emergentes e em desenvolvimento tem sido apontado como a principal barreira ao desenvolvimento sustentável, devido às leis e regulamentações mais flexíveis (Naeem; Welford, 2009; Narula, 2018; Roh; Xiao; Park, 2024), que possibilitam a obtenção vantagens financeiras por meio de estratégias como a recapitalização ativos de produção antigos, a extensão de ciclos de vida de produtos obsoletos e a exploração de baixos custos de mão de obra (Dowell; Hart; Yeung, 2000). A adoção de tais estratégias podem culminar na geração de externalidades negativas incluindo, mas não se limitando a adoção de práticas trabalhistas abusivas (Villena et al., 2021), aumento da pobreza (Hanoteau, 2023), a contribuição significativa para as mudanças climáticas (Wani et al., 2021), e exploração desenfreada de recursos naturais (Narula, 2018; Machanguana; Sardinha, 2021). A pressão do governo e dos demais *stakeholders* externos como ONGs, mídia, clientes e comunidades locais têm crescido nesses países e provocado mudanças significativas (Amoako et al., 2022; Cudjoe et al., 2023; Niu; Zhang; Zhang, 2024; Preuss et al., 2022; Yin (2021), mas que, por vezes, ainda são insuficientes (Amoah; Eweje, 2021; Lartey et al., 2021).

Alguns autores destacam que mesmo diante de contextos institucionais complexos, algumas EMNs são capazes de adotar condutas sociais e ambientais responsáveis (Amoah; Eweje, 2023; Atarah; Frimpong; Ahwireng, 2023). Dentre as ações mais proeminentes tem-se a gestão sustentável da cadeia de suprimentos com elos em economias menos desenvolvidas. As EMNs de economias desenvolvidas têm empreendido esforços, como o compartilhamento de tecnologias e o estabelecimento de programas de treinamento, para garantir que seus fornecedores em economias emergentes adotem boas práticas econômicas, ambientais e sociais (Subramaniam et al., 2019; Villena et al., 2021). Outra estratégia de EMNs que tem se mostrado eficiente é a incorporação da sustentabilidade em seus modelos de negócios; dessa forma, torna-se viável a contribuição para o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que as EMNs se mantêm rentáveis (Nandi; Nandi; Sindhi, 2022; Roy; Al-Abdin; Quazi, 2021). Ademais, as EMNs, especialmente com origem em economias emergentes, têm adotado a sustentabilidade como forma de obter legitimidade nos países hospedeiros (Duque-Grisales et al., 2020; Saeed; Riaz; Baloch, 2023). Desse modo, e com apoio de *stakeholders*, as EMNs podem fazer importantes contribuições ao desenvolvimento sustentável (Kolk; Curran, 2017). No entanto, a sustentabilidade como estratégia de legitimidade sofre reprimendas quando pautada unicamente

em ações que conferem visibilidade, enquanto questões elementares, como a promoção de um ambiente de trabalho adequado, são pospostas (Amoako et al., 2022; Newenham-Kahindi, 2015; Rao-Nicholson; Thein; Zhong, 2024; Villena et al., 2021).

A análise da literatura permitiu a identificação de lacunas que podem guiar pesquisas futuras. As ações prejudiciais de EMNs ao desenvolvimento sustentável em economias emergentes tem sido ligada à flexibilidade regulatória de leis sociais e ambientais, o que atrairia apenas IDE de baixa qualidade (Dowell; Hart; Yeung, 2000). Contudo, mesmo EMNs reconhecidas mundialmente por suas inovações de ponta, seus produtos de qualidade, e suas ações de sustentabilidade figuram em escândalos midiáticos de violações de direitos humanos e ambientais em economias menos desenvolvidas (Aaronson, 2005). Isso sugere que mesmo o IDE considerado de qualidade pode prejudicar o desenvolvimento sustentável. A teoria institucional, que tem dominado as pesquisas sobre o desenvolvimento sustentável nas economias emergentes, tende a assumir indivíduos bem-comportados (Cuervo-Cazurra et al., 2021), de modo que recaem sobre o contexto institucional todas as justificativas para comportamentos econômicos, sociais e ambientais irresponsáveis. No entanto, EMNs atuantes em um mesmo ambiente institucional podem apresentar comportamentos diferentes devido às suas características internas (Amoah; Eweje, 2023; Atarah; Frimpong; Ahwireng, 2023). Portanto, conforme Wettstein et al. (2019, p. 61), é necessário explorar a normalização de condutas irresponsáveis e/ou ilícitas para além das "maçãs podres" em contextos institucionais fracos. Desse modo, pesquisas futuras podem investigar as configurações por trás dessas posturas divergentes.

Stakeholders internos, como os funcionários, usualmente possuem uma visão distinta das formas como as EMNs conduzem suas práticas sustentáveis (Chen; Newburry; Park, 2009; Newenham-Kahindi, 2015). Existe também uma distinção na forma como funcionários em posições hierárquicas inferiores concebem as estratégias de sustentabilidade implementadas por funcionário em posições de comando, especialmente os executivos. São necessárias, portanto, mais pesquisas com foco nos funcionários internos, principalmente os ocupantes de cargos hierárquicos inferiores. Ademais, dadas as tendências das EMNs em adotarem práticas divergentes em economias desenvolvidas e em economias emergentes (Penney et al., 2023), pesquisas futuras podem buscar abordar essas e outras divergências na visão dos funcionários em posições hierárquicas inferiores, e de *stakeholders* externos, de EMNs que atuem em contextos institucionais em diferentes níveis de desenvolvimento econômico.

Considerando a incipiência da temática de estudos é possível identificar lacunas metodológicas de pesquisa que podem permitir o avanço da literatura. Foi observado, nesta

revisão, que poucos estudos empíricos analisaram mais de cinco países concomitantemente. Logo, são necessários estudos que investiguem o desenvolvimento sustentável de forma mais abrangente. Tal escassez de pesquisas nesse âmbito se deve, possivelmente, ao fato de que a maioria das pesquisas quantitativas tiveram como método de coleta de dados questionários estruturados. Apesar das vantagens desse método, pesquisadores devem considerar a adoção de metodologias que possibilitem a abrangência de um escopo geográfico maior o que pode ser facilitado com a utilização de dados de fontes secundárias. Foi constatado também que poucos estudos analisaram países latino-americanos. Destaca-se, especificamente, a carência de estudos que adotem metodologias quantitativas em países da região – o método quantitativo foi adotado em apenas uma pesquisa que teve a região como foco de análise (e.g. Duque-Grisales et al., 2020). Por conseguinte, a literatura pode ser enriquecida com a obtenção de perspectivas regionais mais aprofundadas com a realização de pesquisas que analisem grupos de países na América Latina. A relevância da região se mostra, principalmente, quando considerados os fluxos significativos de entrada de IDE, e as adversidades que os países latino-americanos têm encontrado para o alcance dos ODS (Sachs et al., 2021).

É um consenso no campo dos negócios internacionais que as EMNs de economias emergentes, não apenas têm o potencial, como já vêm mudando a economia global de diferentes maneiras. Não obstante, poucos estudos tratam dessas EMNs. A maioria das pesquisas envolvendo EMNs de economias emergentes e o desenvolvimento sustentável está focada em estratégias de legitimidade. Poucos estudos buscaram verificar a forma como as EMNs de economias emergentes contribuem, ou prejudicam, o desenvolvimento sustentável. Entretanto, as práticas ambientais e sociais das EMNs emergentes também têm se destacado, tanto positivamente (Tang; Yang, 2024; Zhou; Lin, 2024), quanto negativamente (Ascani; Nair; Iammarino, 2023; Machanguana; Sardinha, 2021). Logo, pesquisas futuras devem analisar o impacto das EMNs oriundas de economias emergentes no desenvolvimento sustentável de outras economias emergentes e em desenvolvimento. Outra questão envolvendo as EMNs de economias emergentes, é que a grande maioria dos estudos sobre a sustentabilidade como estratégia de legitimação nos países hospedeiros não aborda as EMNs de economias desenvolvidas. O contexto institucional de economias desenvolvidas, de fato, impõe mais barreiras à entrada de EMNs de economias emergentes do que o caso contrário (Dau; Moore; Newburry, 2020; Hawn, 2021; Park, 2018). Contudo, EMNs de economias desenvolvidas também adotam estratégias buscando legitimar suas condutas nos países hospedeiros (Atarah; Frimpong; Ahwireng, 2023). Especialmente diante da crescente pressões de *stakeholders*, como comunidades locais, mídia e ONGs, em economias emergentes (Chen; Newburry; Park, 2009;

Preuss et al., 2022), cada vez mais, as EMNs de economias desenvolvidas necessitam buscar meios de corresponder às expectativas locais. Com isso, pesquisas futuras podem investigar a forma como as EMNs de economias desenvolvidas buscam se legitimar em economias emergentes, e apontar diferenças nas estratégias de EMNs com origem em distintos contextos institucionais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo revisar a literatura de negócios internacionais sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de países de economia emergente e em desenvolvimento. Foi constatado que as pesquisas sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de economias emergentes e em desenvolvimento se encontra em sua incipiência e em uma tendência crescente desde o ano 2015. Em se tratando da forma como as EMNs podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, é notável especialmente o desenvolvimento de inovações que podem contribuir tanto para avanços ambientais, quanto para avanços sociais (Forcadell; Aracil, 2017; Zhou; Lin, 2024). Além disso, no contexto das economias emergentes e em desenvolvimento, é eminente a capacidade das EMNs em contribuir para o desenvolvimento sustentável por meio de transferências de tecnologias e investimentos em infraestrutura (Forcadell; Aracil, 2019; Wang et al., 2023).

Acerca dos impactos negativos das EMNs no desenvolvimento sustentável são tecidas críticas, especialmente com relação às divergências de conduta entre economias desenvolvidas e emergentes (Penney et al., 2023), que levam a prejuízos sociais e ambientais (Hanoteau, 2023; Wani et al., 2021), em grande parte das vezes atribuídos aos complexos ambientes institucionais das economias menos desenvolvidas (Amoah; Eweje, 2022; Li et al., 2018; Naeem; Welford, 2009). Por outro lado, também são abordadas as formas como EMNs podem adotar práticas sustentáveis mesmo em ambientes institucionais complexos (Atarah; Frimpong; Ahwireng, 2023; Aubert; Cordova; Hernandez, 2024), muitas vezes motivadas pelo senso de obrigação moral dos gestores (Amoah; Eweje, 2023). Dessa forma, a literatura revela uma ampla gama de estratégias que as EMNs adotam para contribuir com o desenvolvimento sustentável, e para aumentar a legitimidade e a reputação corporativa, levando à ganhos financeiros (Abugre; Anlesinya, 2020; Margaret; Schoubben; Verwaal, 2024).

Esta revisão contribui para o avanço da literatura de negócios internacionais uma vez que proporciona o aprofundamento do conhecimento sobre o papel das EMNs desenvolvimento sustentável em economias emergentes e em desenvolvimento. Visto que este ainda é um tema

incipiente na literatura, esta revisão possibilitou verificar quais contextos empíricos, metodologias e teorias têm sido mais aplicadas, para identificar quais são as principais lacunas de pesquisa que permitirão avançar este campo de estudos. Quanto às implicações gerenciais, esta revisão é de relevância para gestores de EMNs interessados em compreender a forma como a condução de negócios pode afetar o desenvolvimento sustentável dos países hospedeiros em que atuam. Este trabalho contribui especificamente para a compreensão das características das EMNs, das estratégias sustentáveis, e das pressões governamentais e de outros *stakeholders* que podem influenciar o engajamento com práticas mais sustentáveis de negócios.

Como toda revisão de literatura, este artigo tem limitações. Foram incluídos artigos com referências indexadas apenas em uma base de dados científicos. Portanto, a busca não capturou todos os artigos que abordam o assunto desta revisão. Além disso, foram revisados apenas artigos que citassem o desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade explicitamente, visando avaliar a adoção desses conceitos no campo de negócios internacionais, que historicamente têm sido prescindidos. Todavia, sabe-se que a literatura focada na RSC também aborda como as EMNs adotam práticas de sustentabilidade que podem impactar o desenvolvimento sustentável de países de economia emergente e em desenvolvimento. Consequentemente, impactos e estratégias das EMNs podem se estender para além dos temas discutidos neste artigo.

REFERÊNCIAS

AARONSON, S. “Minding our business”: What the United States government has done and can do to ensure that US multinationals act responsibly in foreign markets. **Journal of Business Ethics**, v. 59, n. 1-2, p. 175-198, 2005.

ABUGRE, J. B.; ANLESINYA, A. Corporate social responsibility strategy and economic business value of multinational companies in emerging economies: The mediating role of corporate reputation. **Business Strategy and Development**, v. 3, n. 1, p. 4-15, 2020.

AMOAH, P.; EWEJE, G. Impact mitigation or ecological restoration? Examining the environmental sustainability practices of multinational mining companies. **Business Strategy and the Environment**, v. 30, n. 1, p. 551-565, 2021.

AMOAH, P.; EWEJE, G. Barriers to environmental sustainability practices of multinational mining companies in Ghana: an institutional complexity perspective. **Corporate Governance – The International Journal of Business in Society**, v. 22, n. 2, p. 364-384, 2022.

AMOAH, P.; EWEJE, G. Organisational drivers and sustainability implementation in the mining industry: A holistic theoretical framework. **Business Strategy and the Environment**, v. 32, n. 8, p. 5602-5614, 2023.

AMOAKO, K. O.; AMOAKO, I. O.; TUFFOUR, J.; MARFO, E. O. Formal and informal sustainability reporting: an insight from a mining company's subsidiary in Ghana. **Journal of Financial Reporting and Accounting**, v. 20, n. 5, p. 897-925, 2022.

ASCANI, A.; NAIR, L. B.; IAMMARINO, S. Racing to the bottom or seeking legitimacy? National environmental performance and the location strategies of Chinese MNEs. **Journal of International Management**, v. 29, n. 2, p. 100993, 2023.

ATARAH, B. A.; FRIMPONG, N.; AHWIRENG, P. O. Occupational health and safety management policies and employee quality of life in developing countries: Insights from Ghana. **Business Strategy and Development**, v. 6, n. 4, p. 859-872, 2023.

AUBERT, N.; CORDOVA, M.; HERNANDEZ, G. Sharing the ownership in Peru and Mexico: the case of a French MNE prompting the SDGs achievement. **Critical Perspectives on International Business**, v. 20, n. 2, p. 246-271, 2024.

BARDY, R.; DREW, S.; KENNEDY, T. F. Foreign investment and ethics: How to contribute to social responsibility by doing business in less-developed countries. **Journal of Business Ethics**, v. 106, n. 3, p. 267-282, 2012.

BASU, S.; MUNJAL, S.; MALIK, A.; VRONTIS, D. Investigating the causal configurations of cost-efficient firms at the bottom of the pyramid. **International Business Review**, v. 30, n. 5, p. 101810, 2021.

BEARMAN, M.; DAWSON, P. Qualitative synthesis and systematic review in health professions education. **Medical Education**, v. 47, n. 3, p. 252-260, 2013.

BOUGUERRA, A.; GÖLGECI, I.; GLIGOR, D. M.; TATOGLU, E. How do agile organizations contribute to environmental collaboration? Evidence from MNEs in Turkey. **Journal of International Management**, v. 27, n. 1, p. 100711, 2021.

BOUGUERRA, A.; HUGHES, M.; CAKIR, M. S.; TATOGLU, E. Linking Entrepreneurial Orientation to Environmental Collaboration: A Stakeholder Theory and Evidence from Multinational Companies in an Emerging Market. **British Journal of Management**, v. 34, n. 1, p. 487-511, 2023.

BROWN, H. S.; HIMMELBERGER, J. J.; WHITE, A. L. Development-Environment Interactions in the Export of Hazardous Technologies: A Comparative Study of Three Multinational Affiliates in Developing Countries. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 43, n. 2, p. 125-155, 1993.

BUYUKBALCI, P.; SANGUINETI, F.; SACCO, F. Rejuvenating business models via startup collaborations: Evidence from the Turkish context. **Journal of Business Research**, v. 174, p. 114521, 2024.

CASTELLACCI, F. Institutional voids or organizational resilience? Business groups, innovation, and market development in Latin America. **World Development**, v. 70, p. 43-58, 2015.

CHEN, D.; NEWBURRY, W.; PARK, S. H. Improving sustainability: An international evolutionary framework. **Journal of International Management**, v. 15, n. 3, p. 317-327, 2009.

CIASULLO, M. V.; MONTERA, R.; CUCARI, N.; POLESE, F. How an international ambidexterity strategy can address the paradox perspective on corporate sustainability: Evidence from Chinese emerging market multinationals. **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 5, p. 2110-2129, 2020.

COBO, M. J.; LÓPEZ-HERRERA, A. G.; HERRERA-VIEDMA, E.; HERRERA, F. Science mapping software tools: Review, analysis, and cooperative study among tools. **Journal of the**

American Society for Information Science and Technology, v. 62, n. 7, p. 1382-1402, 2011.

CUDJOE, M. A.; LATIFF, A. R. A.; KASIM, N. A. A.; OSMAN, M. N. H. Socially responsible investment practices and implementation approaches: A case study of listed extractive firms in Ghana. **Cogent Business & Management**, v. 10, n. 2, p. 2238338, 2023.

CUERVO-CAZURRA, A.; DIELEMAN, M.; HIRSCH, P.; RODRIGUES, S. B.; ZYGLIDOPOULOS, S. Multinationals' misbehavior. **Journal of World Business**, v. 56, n. 5, p. 101244, 2021.

DAU, L. A.; MOORE, E. M.; NEWBURRY, W. The grass is always greener: The impact of home and host country CSR reputation signaling on cross-country investments. **Journal of International Business Policy**, v. 3, n. 2, p. 154-182, 2020.

DONTHU, N.; KUMAR, S.; MUKHERJEE, D.; PANDEY, N.; LIM, W. M. How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 133, p. 285-296, 2021.

DOWELL, G.; HART, S.; YEUNG, B. Do corporate global environmental standards create or destroy market value? **Management Science**, v. 46, n. 8, p. 1059-1074, 2000.

DUQUE-GRISALES, E.; AGUILERA-CARACUEL, J.; GUERRERO-VILLEGAS, J.; GARCÍA-SÁNCHEZ, E. Can proactive environmental strategy improve Multilatinas' level of internationalization? The moderating role of board independence. **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 1, p. 291-305, 2020.

ELG, U.; HÅNELL, S. M. Driving sustainability in emerging markets: The leading role of multinationals. **Industrial Marketing Management**, v. 114, p. 211-225, 2023.

FERRARIS, A.; GOLGECI, I.; ARSLAN, A.; SANTORO, G. Understanding the link between subsidiary CEOs and corporate social responsibility in emerging markets: Moderating role of social capital. **Business Ethics the Environment & Responsibility**, v. 33, n. 1, p. 80-93, 2024.

FORCADELL, F. J.; ARACIL, E. Sustainable banking in Latin American developing countries: Leading to (mutual) prosperity. **Business Ethics-a European Review**, v. 26, n. 4, p. 382-395, 2017.

FORCADELL, F. J.; ARACIL, E. Can multinational companies foster institutional change and sustainable development in emerging countries? A case study. **Business Strategy and Development**, v. 2, n. 2, p. 91-105, 2019.

GARCÍA-RODRÍGUEZ, F. J.; GARCÍA-RODRÍGUEZ, J. L.; CASTILLA-GUTIÉRREZ, C.; MAJOR, S. A. Corporate Social Responsibility of Oil Companies in Developing Countries: From Altruism to Business Strategy. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 20, n. 6, p. 371-384, 2013.

GHAURI, P. N.; TASAVORI, M.; ZAEFARIAN, R. Internationalisation of service firms through corporate social entrepreneurship and networking. **International Marketing Review**, v. 31, n. 6, p. 576-600, 2014.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. S. Shifting Paradigms for Sustainable Development - Implications for Management Theory and Research. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 874-907, 1995.

GOLD, S.; HAHN, R.; SEURING, S. Sustainable supply chain management in "Base of the Pyramid" food projects—A path to triple bottom line approaches for multinationals? **International Business Review**, v. 22, n. 5, p. 784-799, 2013.

GOLDFJAN, I.; MARTÍNEZ, L.; VALDÉS, R. O. Washington Consensus in Latin America: from raw model to straw man. **Journal of Economic Perspectives**, v. 35, n. 3, p. 109-132, 2021.

GOMEZ-TRUJILLO, A. M.; GONZALEZ-PEREZ, M. A.; BAENA-ROJAS, J. J. Sustainable strategy as a lever for corporate legitimacy and long-term competitive advantage: an examination of an emerging market multinational. **European Business Review**, v. 36, n. 1, p. 112-139, 2024.

GÓMEZ-BOLAÑOS, E.; ELLIMÄKI, P.; HURTADO-TORRES, N. E.; DELGADO-MÁRQUEZ, B. L. Internationalization and environmental innovation in the energy sector: Exploring the differences between multinational enterprises from emerging and developed countries. **Energy Policy**, v. 163, p. 112867, 2022.

GÓMEZ-BOLAÑOS, E.; HURTADO-TORRES, N. E.; DELGADO-MÁRQUEZ, B. L. Disentangling the influence of internationalization on sustainability development: Evidence from the energy sector. **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 1, p. 229-239, 2020.

HANOTEAU, J. Do foreign MNEs alleviate multidimensional poverty in developing countries? **Eurasian Business Review**, v. 13, n. 4, p. 719-749, 2023.

HAWN, O. How media coverage of corporate social responsibility and irresponsibility influences cross-border acquisitions. **Strategic Management Journal**, v. 42, n. 1, p. 58-83, 2021.

HUQ, F. A.; CHOWDHURY, I. N.; KLASSEN, R. D. Social management capabilities of multinational buying firms and their emerging market suppliers: An exploratory study of the clothing industry. **Journal of Operations Management**, v. 46, p. 19-37, 2016.

KIEFNER, V.; MOHR, A.; SCHUMACHER, C. Female executives and multinationals' support of the UN's sustainable development goals. **Journal of World Business**, v. 57, n. 3, p. 101304, 2022.

KOLK, A. The social responsibility of international business: From ethics and the environment to CSR and sustainable development. **Journal of World Business**, v. 51, n. 1, p. 23-34, 2016.

KOLK, A.; CURRAN, L. Contesting a Place in the Sun: On Ideologies in Foreign Markets and Liabilities of Origin. **Journal of Business Ethics**, v. 142, n. 4, p. 697-717, 2017.

KOLK, A.; VAN TULDER, R. International business, corporate social responsibility and sustainable development. **International Business Review**, v. 19, n. 2, p. 119-125, 2010.

LARTEY, T. A.; AMANKWAH-AMOAH, J.; DANSO, A.; ADOMAKO, S.; KHAN, Z.; TARBA, S. Y. Environmental sustainability practices and offshoring activities of multinational corporations across emerging and developed markets. **International Business Review**, v. 30, n. 5, p. 101789, 2021.

LI, J.; ZHANG, Y.; HU, Y. H.; TAO, X. L.; JIANG, W. X.; QI, L. Developed market or developing market? A perspective of institutional theory on multinational enterprises'

diversification and sustainable development with environmental protection. **Business Strategy and the Environment**, v. 27, n. 7, p. 858-871, 2018.

LI, P. Y. Determinants of corporate social responsibility performance in emerging markets: An international orientation perspective. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 30, n. 3, p. 1348-1362, 2023.

LIBERATI, A.; ALTMAN, D.; TETZLAFF, J.; MULROW, C.; GØTZSCHE, P.; IOANNIDIS, J.; MOHER, D. The PRISMA Statement for Reporting Systematic Reviews and Meta-Analyses of Studies that Evaluate HealthCare Interventions: Explanation and Elaboration. **Annals of Internal Medicine**, v. 151, n. 4, p. 65-94, 2009.

LIOU, R. S.; RAO-NICHOLSON, R. Multinational enterprises and Sustainable Development Goals: A foreign subsidiary perspective on tackling wicked problems. **Journal of International Business Policy**, v. 4, n. 1, p. 136-151, 2021.

LOZANO, J. F.; BONI, A. The impact of the multinational in the development: An ethical challenge. **Journal of Business Ethics**, v. 39, n. 1-2, p. 169-178, 2002.

MACHANGUANA, C. A.; SARDINHA, I. D. Exploring mining multinational resettlements and corporate social responsibility in emerging economies: the case of the company VALE, SA in Mozambique. **Sustainability Accounting Management and Policy Journal**, v. 12, n. 3, p. 591-610, 2021.

MARGARET, I.; SCHOUBEN, F.; VERWAAL, E. When do investors see value in international environmental management certification of multinational corporations? A study of ISO 14001 certification after the Paris Agreement. **Global Strategy Journal**, v. 14, n. 1, p. 25-55, 2024.

MEIER, M. Knowledge management in strategic alliances: A review of empirical evidence. **International Journal of Management Reviews**, v. 13, n. 1, p. 1-23, 2011.

MERZA, E.; ALHUSSAINAN, O. The antecedents and outcome of foreign direct divestment for developing economies. **Review of International Business and Strategy**, v. 34, n. 1, p. 82-101, 2023.

MEYER, K. E. Perspectives on multinational enterprises in emerging economies. **Journal of International Business Studies**, v. 35, n. 4, p. 259-276, 2004.

MONTIEL, I.; CUERVO-CAZURRA, A.; PARK, J.; ANTOLÍN-LÓPEZ, R.; HUSTED, B. W. Implementing the United Nations' sustainable development goals in international business. **Journal of International Business Studies**, v. 52, n. 5, p. 999-1030, 2021.

MZEMBE, A. N. Doing stakeholder engagement their own way: Experience from the Malawian mining industry. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 23, n. 1, p. 1-14, 2016.

NAEEM, M. A.; WELFORD, R. A Comparative Study of Corporate Social Responsibility in Bangladesh and Pakistan. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 16, n. 2, p. 108-122, 2009.

NANDI, S.; NANDI, M. L.; SINDHI, S. Does the concept of "creating shared value" make sense for multinational firms? **Society and Business Review**, v. 17, n. 4, p. 664-690, 2022.

NARULA, R. Multinational firms and the extractive sectors in the 21st century: Can they drive development? **Journal of World Business**, v. 53, n. 1, p. 85-91, 2018.

NEWENHAM-KAHINDI, A. Managing sustainable development through people: Implications for multinational enterprises in developing countries. **Personnel Review**, v. 44, n. 3, p. 388-407, 2015.

NIU, B. Z.; ZHANG, N.; ZHANG, J. H. How to induce multinational firms' local sourcing to break carbon lock-in? **European Journal of Operational Research**, v. 315, n. 2, p. 613-625, 2024.

NWANKWO, E.; PHILLIPS, N.; TRACEY, P. Social investment through community enterprise: The case of multinational corporations involvement in the development of Nigerian water resources. **Journal of Business Ethics**, v. 73, n. 1, p. 91-101, 2007.

PARK, S. B. Multinationals and sustainable development: Does internationalization develop corporate sustainability of emerging market multinationals? **Business Strategy and the Environment**, v. 27, n. 8, p. 1514-1524, 2018.

PENNEY, E. K.; OWUSU-ANSAH, A.; AMEWU, G.; NSOR-AMBALA, R. Do firms operating in a shared institutional environment have similar sustainability disclosure practices? A comparative analysis of multinational and locally listed firms in Africa. **Cogent Business & Management**, v. 10, n. 2, p. 19, 2207886, 2023.

PEREZ-ALEMAN, P.; SANDILANDS, M. Building value at the top and the bottom of the global supply chain: MNC-NGO partnerships. **California Management Review**, v. 51, n. 1, p. 24-49, 2008.

PLAZA-CASADO, A.; BLANCO-GONZÁLEZ, A.; RIVERO-GUTIÉRREZ, L.; GÓMEZ-MARTÍNEZ, R. Does the legitimacy of countries influence the internationalization of emerging market multinationals? **European Research on Management and Business Economics**, v. 30, n. 1, p. 9, 100233, 2024.

PREUSS, L.; VÁZQUEZ-BRUST, D.; YAKOVLEVA, N.; FOROUGHI, H.; MUTTI, D. When social movements close institutional voids: Triggers, processes, and consequences for multinational enterprises. **Journal of World Business**, v. 57, n. 1, p. 18, 101283, 2022.

RAO-NICHOLSON, R.; THEIN, H. H.; ZHONG, Y. F. A thematic analysis of the links between multinational enterprises' corporate social responsibility and the Sustainable Development Goals in Myanmar. **Journal of International Business Policy**, v. 7, n. 2, p. 203-223, 2024.

RODRIK, D. Goodbye Washington consensus, hello Washington confusion? A review of the World Bank's economic growth in the 1990s: learning from a decade of reform. **Journal of Economic Literature**, v. 44, n. 4, p. 973-987, 2006.

ROH, T.; XIAO, S. F.; PARK, B. I. MNEs' capabilities and their sustainable business in emerging markets: Evidence from MNE subsidiaries in China. **Journal of International Management**, v. 30, n. 1, p. 17, 101097, 2024.

ROTTIG, D. Institutions and emerging markets: Effects and implications for multinational corporations. **International Journal of Emerging Markets**, v. 11, n. 1, p. 2-17, 2016.

ROY, T. K.; AL-ABDIN, A.; QUAZI, A. Examining the CSR strategy of MNCs in Bangladesh. **Sustainability Accounting Management and Policy Journal**, v. 12, n. 2, p. 467-490, 2021.

SACHS, J.; KROLL, C.; LAFORTUNE, G.; FULLER, G.; WOELM, F. **The Decade of Action for the Sustainable Development Goals: Sustainable Development Report 2021**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

SANTOS, A.; FORTE, R. Environmental regulation and FDI attraction: A bibliometric analysis of the literature. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 28, p. 8873-8888, 2021.

SAEED, A.; RIAZ, H.; BALOCH, M. S. Pursuing sustainability development goals through adopting gender equality: Women representation in leadership positions of emerging market multinationals. **European Management Review**, v. 20, n. 2, p. 274-287, 2023.

SANTOS, N. J. C.; LACZNIAK, G. R. Marketing to the Poor: An Integrative Justice Model for Engaging Impoverished Market Segments. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 28, n. 1, p. 3-15, 2009.

SHAFIQ, A.; JOHNSON, P. F.; KLASSEN, R. D. Building synergies between operations culture, operational routines, and supplier monitoring: implications for buyer performance. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 42, n. 5, p. 687-712, 2022.

SHAH, K. U.; ARJOON, S. Through Thick and Thin? How Self-determination Drives the Corporate Sustainability Initiatives of Multinational Subsidiaries. **Business Strategy and the Environment**, v. 24, n. 6, p. 565-582, 2015.

SOUNDARAJAN, V.; SAHASRANAMAM, S.; KHAN, Z.; JAIN, T. Multinational enterprises and the governance of sustainability practices in emerging market supply chains: An agile governance perspective. **Journal of World Business**, v. 56, n. 2, p. 13, 101149, 2021.

SUBRAMANIAM, P. L.; IRANMANESH, M.; KUMAR, K. M.; FOROUGHI, B. The impact of multinational corporations' socially responsible supplier development practices on their corporate reputation and financial performance. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, v. 50, n. 1, p. 3-25, 2019.

TANG, R. W.; YANG, J. Y. Diversity in foreign direct investment and environmental innovation of emerging market firms: The effect of ownership-conveyed institutional logics. **Journal of Business Research**, v. 172, p. 16, 114405, 2024.

TONG, X.; LAI, K. H.; ZHU, Q. H.; ZHAO, S. L.; CHEN, J. H.; CHENG, T. C. E. Multinational enterprise buyers' choices for extending corporate social responsibility practices to suppliers in emerging countries: A multi-method study. **Journal of Operations Management**, v. 63, p. 25-43, 2018.

TOSUN, P. Corporate social responsibility disclosure on the websites of coffee chains in Turkey. **International Journal of Organizational Analysis**, v. 30, n. 3, p. 816-829, 2022.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

ÚBEDA, F.; MENDEZ, A.; FORCASELL, F. J. The sustainable practices of multinational banks as drivers of financial inclusion in developing countries. **Finance Research Letters**, v. 51, p. 11, 2023.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. **Scientometrics**, v. 84, n. 2, p. 523-538, 2010.

VAN TULDER, R.; RODRIGUES, S. B.; MIRZA, H.; SEXSMITH, K. The UN's sustainable development goals: can multinational enterprises lead the decade of action? **Journal of International Business Policy**, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2021.

VAN ZANTEN, J. A.; VAN TULDER, R. Multinational enterprises and the Sustainable Development Goals: An institutional approach to corporate engagement. **Journal of International Business Policy**, v. 1, n. 3, p. 208-233, 2018.

VILLENA, V. H.; WILHELM, M.; XIAO, C. Y. Untangling drivers for supplier environmental and social responsibility: An investigation in Philips Lighting's Chinese supply chain. **Journal of Operations Management**, v. 67, n. 4, p. 476-510, 2021.

WANG, C. A.; WEI, Y. Q.; WU, L. C. Global eco-innovation and its local impact in emerging economies: Boundary conditions of environmental regulations and pollution intensity. **Journal of Product Innovation Management**, v. 40, n. 6, p. 761-793, 2023.

WANI, D.; DONG, Y.; MALHOTRA, M. K.; XU, K. F. Emerging Market Penetration and Emissions Performance. **Decision Sciences**, v. 52, n. 1, p. 283-324, 2021.

WETTSTEIN, F.; GIULIANI, E.; SANTANGELO, G. D.; STAHL, G. K. International business and human rights: A research agenda. **Journal of World Business**, v. 54, n. 1, p. 54-65, 2019.

XIAO, C. Y.; WILHELM, M.; VAN DER VAART, T.; VAN DONK, D. P. Inside the Buying Firm: Exploring Responses to Paradoxical Tensions in Sustainable Supply Chain Management. **Journal of Supply Chain Management**, v. 55, n. 1, p. 3-20, 2019.

YIN, J. L. How multinational corporations and nonprofits collaborate for sustainability: assessing social partnerships from China. **Sustainability Accounting Management and Policy Journal**, v. 12, n. 6, p. 1289-1311, 2021.

ZHOU, C.; LIN, F. Does global diversification promote or hinder green innovation? Evidence from Chinese multinational corporations. **Technovation**, v. 129, p. 13, 102905, 2024.

ZUPIC, I.; ČATER, T. Bibliometric methods in management and organization. **Organizational Research Methods**, v. 18, n. 3, p. 429-472, 2015.

ARTIGO 2 – INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA: O PAPEL MODERADOR DO AMBIENTE INSTITUCIONAL REGULATÓRIO HOSPEDEIRO

Resumo

Com base na teoria institucional, este artigo tem como objetivo investigar os efeitos do IDE e do ambiente institucional regulatório em questões econômicas, ambientais e sociais que impactem o desenvolvimento sustentável de países da América Latina. Argumenta-se que externalidades positivas ou negativas do IDE são condicionadas pelo nível de liberalismo do ambiente institucional regulatório dos países hospedeiros. A amostra de pesquisa é composta por dados em painel de 19 países latino-americanos em um período de 22 anos (2000–2021). Para tanto, foram construídos três índices – Índice de Sustentabilidade Econômica, Índice de Sustentabilidade Ambiental e Índice de Sustentabilidade Social – por meio do agrupamento da pontuação dos países em 15 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os resultados indicam a existência de uma relação negativa e significante entre o IDE e os índices econômicos, ambientais e sociais. Com relação ao nível de regulação, também foi encontrada uma relação negativa, mas apenas para o índice econômico e social, mostrando que ambientes regulatórios mais liberais impactam negativamente o desenvolvimento econômico e social sustentável. O efeito moderador do ambiente regulatório não foi significativo em se tratando dos impactos ambientais associados ao IDE. Porém, os resultados apontam que o IDE em países com regulações mais liberais é um fator agravante dos impactos econômicos e sociais negativos do IDE. Esta pesquisa contribui para a compreensão das formas como as empresas multinacionais, por meio do IDE, impactam o desenvolvimento sustentável dos países hospedeiros. Os resultados laçam luz na insuficiência das medidas atuais, dos países e das empresas, para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os resultados referentes ao papel das instituições regulatórias expõem a necessidade de reformas institucionais em países latino-americanos, de modo que maior prudência seja verificada na adoção do liberalismo econômico, e que políticas focadas na atração de IDE sustentável sejam priorizadas.

Palavras-chave: investimento direto estrangeiro; empresas multinacionais; sustentabilidade; instituições regulatórias; mercados emergentes; países latino-americanos.

1. INTRODUÇÃO

O investimento direto estrangeiro (IDE) de empresas multinacionais (EMNs) em países de economia emergente e em desenvolvimento é considerado como uma importante fonte de crescimento econômico (Hansen; Rand, 2006). Nesses países, as EMNs são associadas ao aumento dos fluxos de capital, à entrada de tecnologia, à disseminação de conhecimento gerencial, à produtividade de empresas locais, e à criação de mercados eficientes (Buckley, 1988; Newman et al., 2015; Guimón et al., 2018). Com base nessa concepção, os governos de muitos países passaram a usar as externalidades do IDE como justificativa para fornecer incentivos fiscais e financeiros a investidores estrangeiros (Javorcik, 2008). Entretanto, com o reconhecimento de que as externalidades do IDE não são automáticas, o foco do debate mudou para a necessidade de compreensão das condições necessárias para que a presença de EMNs gere benefícios aos países hospedeiros (Blomström; Sjöholm, 1999; Javorcik, 2008; Zhang et al., 2020).

Com base na teoria institucional, pesquisadores passaram a sugerir que a geração de externalidades do IDE pode estar ligada a fatores institucionais como a liberdade econômica, os direitos de propriedade intelectual, e a estrutura regulatória (Herrera-Echeverri; Haar; Estévez-Bretón, 2014; Krammer, 2015). Um ambiente institucional favorável à condução de negócios tem sido associado ao aumento dos fluxos de IDE em economias emergentes (Buchanan; Le; Rishi, 2012; Contractor et al., 2020; Contractor et al., 2021), e à geração de externalidades, como transferência de conhecimento e tecnologia, e aumento de produtividade em empresas locais (Krammer, 2015; Bournakis; Christopoulos; Mallick 2018). No entanto, a atração de IDE com foco apenas nos aspectos econômicos pode ocasionar um crescimento unidimensional, resultando em externalidades sociais e ambientais negativas, como o crescimento da desigualdade e da poluição (Narula, 2012; Chipalkatti; Le; Rishi, 2021).

Com a adoção da Agenda 2030, pelos Estados-Membros das Nações Unidas (ONU), que conta com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a literatura de negócios internacionais tem buscado compreender de que forma o IDE contribui para o desenvolvimento sustentável de países menos desenvolvidos. Este debate é compatível à crença generalizada de que o IDE gera externalidades positivas para os países hospedeiros. Não obstante, é fundamental atrair IDE com características sustentáveis, e não apenas aumentar os fluxos de entrada (Sauvant; Mann, 2019). Contudo, governos de economias emergentes e em desenvolvimento muitas vezes atendem às pressões de EMNs por maior flexibilidade nas regulamentações para a condução de IDE mesmo considerando que os objetivos nacionais nem sempre são congruentes com os objetivos das EMNs (Contractor et al., 2020).

Os países da América Latina são exemplos da busca por externalidades positivas de IDE, especialmente a partir da década de 1990, com a adoção de políticas neoliberais, propostas pelo Consenso de Washington (Castellacci, 2015). Políticas mais liberais representaram a liberalização do comércio, a abertura para o IDE e a privatização de empresas estatais, entre outras reformas estruturais que tinham como objetivo principal atrair capital privado por meio do aumento da produção (Goldfajn; Martínez; Valdés, 2021). Os países latino-americanos buscaram, portanto, adotar sistemas regulatórios menos restritivos visando tornar o ambiente institucional mais favorável à condução de negócios para EMNs (Contractor et al., 2021). Se por um lado, a adoção de tais políticas representou uma grande transformação econômica na região, por outro a ausência de tópicos como políticas ambientais e um plano claro para o combate da pobreza gerou críticas que reverberam até os dias atuais (Goldfajn; Martínez; Valdés, 2021). Desse modo, apesar dessas reformas institucionais e fluxos de entrada de IDE significativos, a região ainda experencia problemas econômicos, sociais e ambientais que se refletem em dificuldades para a promoção do desenvolvimento sustentável (Sachs et al., 2021).

Sendo assim, torna-se importante analisar o impacto do IDE no alcance dos ODS econômicos, sociais e ambientais, e ao mesmo tempo, verificar o efeito do ambiente institucional regulatório, em termos de acentuar, ou atenuar, estes impactos – sejam eles positivos ou negativos – relacionados ao IDE. Portanto, este artigo tem como objetivo investigar os efeitos do IDE e do ambiente institucional regulatório em questões econômicas, ambientais e sociais que impactem o desenvolvimento sustentável de países da América Latina. Argumenta-se que, no cenário atual, se sobressaem os impactos negativos do IDE que podem refrear o alcance dos ODS (García-Alaminos et al., 2021; Khan; Yahong, 2022; Singhania; Saini, 2021), e que um ambiente regulatório mais liberal aos mercados de crédito, de trabalho e de negócios é favorável à entrada de EMNs que não possuem o desenvolvimento sustentável como parte de suas agendas (Belloc; Molina, 2023; Malanski; Póvoa, 2021; Reiter; Steensma, 2010). Em vista disso, a América Latina se mostra como um cenário de pesquisa adequado para a investigação do papel do IDE e do ambiente institucional regulatório no desenvolvimento sustentável.

Para atender ao objetivo de pesquisa, foram construídas três variáveis – Índice de Sustentabilidade Econômica, Índice de Sustentabilidade Ambiental e Índice de Sustentabilidade Social – por meio do agrupamento da pontuação dos países em 15 ODS (Carlsen; Bruggemann, 2022; Olabi et al., 2022). Ressalta-se que esta análise se difere de outras que refletem apenas aspectos unidimensionais de questões econômicas, ambientais e sociais, usualmente centradas apenas no crescimento econômico, na redução da emissão de gases

poluentes, e na redução da pobreza (e.g. Ma et al., 2023; Sahu, 2021; Song et al., 2021), ignorando aspectos como, por exemplo, as condições trabalhistas, a gestão sustentável de recursos naturais, e o acesso à alimentação de qualidade. Em seguida essas variáveis foram aplicadas em um modelo de regressão para examinar a influência do IDE no alcance dos ODS em suas dimensões econômicas, sociais e ambientais, sendo moderado pelo ambiente regulatório de 19 países latino-americanos.

São duas as principais contribuições desta pesquisa. A primeira contribuição está em analisar, segundo a teoria institucional, se os esforços de economias emergentes e em desenvolvimento em adequar sua estrutura regulatória para atração de IDE contribuem ou prejudicam o desenvolvimento sustentável. Frente às demandas do campo de negócios internacionais para a investigação das formas pelas quais as EMNs podem contribuir para o alcance dos ODS (van Tulder et al., 2021; van Zanten; van Tulder, 2018), espera-se que este artigo contribua para a literatura com o entendimento do papel do ambiente institucional nesse contexto. A segunda contribuição está na análise conjunta das dimensões econômicas, ambientais e sociais, buscando a integração e equilíbrio entre elas, em uma visão global abrangente, conforme proposto pela Agenda 2030 (ONU, 2016). Portanto, neste artigo é reconhecida a necessidade de uma abordagem multidimensional, ao contrário de grande parte das pesquisas sobre os impactos do IDE em países hospedeiros de economia emergente e em desenvolvimento que está concentrada no crescimento econômico (e.g. Nair-Reichert; Weinhold, 2001; Wijeweera; Villano; Dollery, 2010; Ramzan et al., 2019) e, mais recentemente, nos impactos ambientais (e.g. Hishan et al., 2019; Chipalkatti; Le; Rishi, 2021; Azam; Raza, 2022), enquanto os aspectos sociais têm sido abordados com menor frequência (Aust; Morais; Pinto 2020). Essa análise mais detalhada é vantajosa visto que o IDE pode gerar externalidades econômicas ou sociais positivas, e ao mesmo tempo gerar externalidades ambientais negativas, e vice-versa (Duque-Grisales; Aguilera-Caracuel, 2021).

O restante do estudo é estruturado da seguinte forma: a seção “Revisão de literatura e hipóteses” analisa estudos anteriores que fundamentam a construção das hipóteses do estudo. A seção “Metodologia” apresenta dados e variáveis, especificação do modelo e metodologia empírica. A seção “Resultados” fornece resultados empíricos. A seção “Discussão” discute os resultados empíricos encontrados em relação às hipóteses propostas com base na literatura prévia. Por fim, a seção “Considerações finais” conclui o estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA E HIPÓTESES

2.1. A Teoria Institucional nos Negócios Internacionais

A Teoria Institucional, aplicada aos negócios internacionais, é utilizada principalmente para analisar as estratégias e os comportamentos de IDE e das EMNs. As instituições são restrições construídas socialmente que moldam comportamentos humanos e empresariais (Contractor et al., 2021), sendo normalmente divididas em três pilares: regulatório, normativo e cognitivo (Scott, 1995). Instituições regulatórias são as leis e regulamentações voltadas à manutenção da estabilidade e ordem da sociedade; instituições normativas são normas e hábitos sociais que orientam a conduta dos indivíduos; e as instituições cognitivas são os valores e as crenças que predominam em uma sociedade (North, 1990; Palthe, 2014). As instituições normativas e cognitivas são informais, estando incorporadas na cultura de forma implícita, enquanto as instituições regulatórias são formais, sendo expressas por meio de regras e códigos de maneira explícita (Contractor et al., 2020). Comparadas às instituições informais, as instituições regulatórias são o principal método para a atração de IDE, dado que os países podem adaptar suas leis e regulamentações para facilitar ou restringir certos investimentos (Contractor et al., 2021).

Para a condução de negócios, a qualidade regulatória dos países é mensurada em termos do quão favorável são as leis e regulamentações para o desenvolvimento do setor privado. Dentre as principais características regulatórias capazes atrair investimentos estrangeiros estão: políticas de comércio internacional; regulamentos de mercado de crédito; regulamentos do mercado de trabalho; cargas tributárias; proteção de direitos de propriedade; custos burocráticos, dentre outros (Gwartney; Lawson; Murphy, 2023; Kaufmann; Kraay, 2023). Com base nessas características as EMNs podem avaliar o clima de negócios em vários países para assim decidir o local de investimento (Contractor et al., 2021).

A partir dos anos 1990, a maioria dos países em desenvolvimento passaram a adotar políticas regulatórias mais liberais, com o foco na atração de IDE (Wint; Williams, 2002). A necessidade de modernização dos processos de produção, acesso a tecnologias e a mercados internacionais, e a geração de emprego e renda estavam entre as principais justificativas para as diversas reformas regulatórias implementadas ao longo dessa década (Goldfajn; Martínez; Valdés, 2021). De fato, inicialmente o IDE foi fortemente associado aos seus impactos positivos em questões de ordem econômica (Kardos, 2014). No decorrer das últimas duas décadas, no entanto, tem crescido a preocupação de que a internacionalização de processos de produção possa promover desigualdades e criar problemas socioambientais. À vista disso, a busca por

maiores fluxos de entrada de IDE, se converteu em demanda por IDE que faça uma contribuição máxima para o desenvolvimento sustentável dos países hospedeiros, ou seja, IDE com características sustentáveis (Ketteni; Kottaridi, 2019; Sauvant; Mann, 2019).

Entretanto, as EMNs estão interessadas, antes de tudo, na obtenção de lucros, e não no desenvolvimento local (Reiter; Steeensma, 2010). Muitas empresas na tentativa de se esquivar de regulamentações socioambientais mais rigorosas, que aumentam os custos de produção, buscam países hospedeiros que contem com menores níveis de regulamentação nessas esferas (Lechner, 2018). Portanto, para que o IDE seja promotor do desenvolvimento sustentável, as reformas institucionais para aperfeiçoar infraestruturas, sistemas jurídicos e ambiente de negócios, deveriam preceder as políticas de atração (Wang et al., 2013; Jude; Levieuge, 2017), o que não ocorreu nos países latino-americanos.

Fundamentando-se nessas perspectivas, a construção das hipóteses a seguir considera que os impactos econômicos, ambientais e sociais do IDE dos 19 países latino-americanos analisados neste artigo sejam negativos, dado à fraca orientação legislativa para o desenvolvimento sustentável na maioria dos países da América Latina (Cimoli; Dosi; Stiglitz 2009; Guimón et al., 2018; Malanski; Póvoa, 2021; Belloc; Molina, 2023). Considera-se também que, uma vez que as reformas institucionais empreendidas na região não levaram em conta problemas econômicos, ambientais e sociais decorrentes das atividades de EMNs, as instituições regulatórias dos mercados de crédito, de trabalho, e de negócios menos restritivas podem acentuar os impactos negativos do IDE.

2.2. Impactos do investimento direto estrangeiro na sustentabilidade econômica

Pesquisas sobre o impacto econômico do IDE nas economias locais vem sendo desenvolvidas a partir da abertura comercial dos países nas últimas décadas. Os resultados sobre os impactos do IDE no crescimento econômico têm sido heterogêneos, com evidências positivas e negativas, além de estudos que não revelam nenhum tipo de efeito (Alfaro et al., 2010). Impactos positivos estão normalmente condicionados às características específicas dos países hospedeiros, como a qualificação da mão de obra (Borensztein; De Gregorio; Lee, 1998), a industrialização orientada para exportações (Zhang, 2001), o desenvolvimento do mercado financeiro (Alfaro et al., 2004), a abertura comercial (Azman-Saini; Baharumshah; Law, 2010), a capacidade de absorção das empresas locais (Bruhn, Calegario, 2014; Fu, 2008; Gorg; Greenway, 2004; Narula, 2002), dentre outros fatores. Contudo, países em desenvolvimento muitas vezes contam com estoques de capital insuficientes, mão de obra pouco qualificada e falta de tecnologias avançadas que os impede de se beneficiar dos transbordamentos de

conhecimento das EMNs (Dao; Ngo, 2023). Os impactos do IDE dependem também das características das EMNs, tais como setor, escopo, duração do investimento, e proporção de empresas nacionais atuando no mesmo setor (Dinh et al., 2019), de modo que controle dos impactos negativos relacionados às características das EMNs é altamente dependente da força das instituições regulatórias dos países hospedeiros (Wang et al., 2013). No entanto, a participação nas cadeias globais de valor força os países em desenvolvimento interessados em atrair IDE a competir entre si buscando oferecer às EMNs capacidades de produção ao menor custo possível (Mosley, 2008). Em geral, o poder de barganha das EMNs se mostra mais forte, como efeito, muitos governos deixam propositadamente lacunas regulatórias que sirvam de atrativo para a entrada de IDE (Narula; Dunning, 2000; Phillips; Mieres, 2015).

A América Latina, especificamente, conforme apontam Agosin e Machado (2005), sofreu com barreiras ao investimento doméstico com a entrada de maiores fluxos de IDE devido à falta de diligência dos governos em tentar atrair EMNs com perfis mais desejáveis aos interesses nacionais. Segundo os autores, o IDE na América Latina, ao invés de estimular novos investimentos ao longo da cadeia de suprimentos, deslocaram produtores nacionais ou tornaram escassas suas oportunidades de investimento. Já Alvarado, Iñiguez e Ponce (2017) indicam que o IDE não se mostra como um mecanismo adequado para impulsionar o crescimento econômico nos países latino-americanos, exceto em países de renda alta como Chile e Uruguai. Consequentemente a capacidade do IDE em promover o crescimento econômico nesses países é limitada, dado que ela depende do grau de complementaridade e substituição entre o IDE e o investimento doméstico (De Mello, 1999).

No entanto, estudos que analisam o impacto do IDE na sustentabilidade econômica dos países ainda são recentes, uma vez que no âmbito do desenvolvimento sustentável as questões econômicas abrangem também o fomento de inovações e a modernização da infraestrutura industrial, que estão relacionadas ao ODS 9. Resultados de pesquisas têm mostrado uma relação positiva de fluxos de entrada de IDE e o ODS 9 (e.g. Aust; Morais; Pinto 2020; Fang, Y., 2021; Edziah et al., 2022). Entretanto, assim como os demais potenciais benefícios do IDE, certas premissas devem ser observadas como nível de desenvolvimento de capital humano e social, instituições governamentais e não governamentais sólidas, competência gerencial, e capacidades técnicas (Kemeny, 2010; Fu, 2008; Lall; Narula, 2004). Países que não contam com tais características podem, por conseguinte, não observar os efeitos positivos do IDE. No caso da América Latina as políticas liberais adotadas nas décadas de 1980 e 1990 não foram bem-sucedidas em utilizar o IDE como alavanca para o acúmulo de capacidades e difusão de conhecimentos (Cimoli; Dosi; Stiglitz 2009). Guimón et al. (2018) estabelecem um paralelo

entre grandes países de economia emergente, como China e Índia, e países menores da América Latina, como o Chile, indicando que mesmo os mais recentes esforços políticos para atração de IDE tecnológico, visando o desenvolvimento de sistemas nacionais de inovação, têm sido ineficazes.

Além disso, no âmbito dos ODS as questões econômicas suplantam o puro crescimento econômico. O ODS 8 propõe que ações sejam tomadas para a erradicação do trabalho forçado e da escravidão moderna, devendo haver a garantia de ambientes de trabalho seguros, e a promoção de direitos trabalhistas (ONU, 2024). Tais pontos tocam em questões que geram, cada vez mais, preocupações em relação às decisões de IDE e mecanismos de atuação das EMNs (Blanton; Blanton 2012). García-Alaminos et al. (2021) avaliaram o papel das subsidiárias internacionais de propriedade majoritária de EMNs dos Estados Unidos nas más condições de trabalho nas cadeias globais de valor. Os resultados desse estudo indicam que as atividades das EMNs analisadas apresentaram tendências crescentes, entre 2009 e 2013, na utilização de trabalho forçado e em acidentes de trabalho fatais e não fatais, sendo que os maiores índices são de subsidiárias localizadas na Índia, na China e no Brasil. Desse modo, não só os investidores podem ser atraídos pela diminuição dos níveis de direitos trabalhistas em um país, mas o investimento subsequentemente também pode prejudicar os direitos trabalhistas (Blanton; Blanton, 2012).

Com base nessas considerações, argumenta-se que na América Latina, apesar do crescimento econômico associado ao IDE em determinados países (Zhang, 2001; Hermes; Lensink, 2003; Alvarado; Iñiguez; Ponce, 2017), outras questões econômicas foram, durante décadas, negligenciadas, prejudicando assim os índices de sustentabilidade econômica para o alcance dos ODS dos países latino-americanos. Portanto, é proposto que:

> **Hipótese 1a:** Os fluxos de entrada de IDE estão negativamente relacionados aos índices de sustentabilidade econômica dos países latino-americanos.

Considerando que a força institucional dos países é uma das formas de proteção contra os efeitos negativos do IDE, as instituições podem moldar ou até mesmo mudar o curso dos impactos do IDE explicando por que o IDE gera impactos diferentes entre países (Wang et al., 2013). Jude e Levieuge (2017) indicam que determinadas características institucionais podem favorecer sinergias entre o IDE e as empresas locais e, assim, promover transbordamentos de produtividade que possibilitem o desenvolvimento econômico. No entanto, o ambiente institucional de grande parte das economias emergentes e em desenvolvimento possui lacunas que podem ser prejudiciais ao desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito ao contexto chinês, Zhang (2017) sugere que uma distribuição altamente desigual de IDE leva a uma deficiência de inovação em regiões com maiores fluxos de IDE. Para o autor, são necessárias políticas futuras para ajustar os perfis de investimento com base nos resultados pretendidos, visando reduzir a ineficiência e os potenciais efeitos negativos de transbordamentos de conhecimento. Com relação à América Latina, Malanski e Póvoa (2021) verificaram que a corrupção é mais prejudicial ao crescimento econômico em países com maior liberdade econômica. Isso sugere que as reformas neoliberais de décadas atrás, visando atração de capital estrangeiro, não foram acompanhadas por políticas nacionais que favorecessem os países hospedeiros no âmbito econômico do desenvolvimento sustentável. Para Blanton e Blanton (2012), a entrada de IDE pode ser intensificada pela aceitação da redução nos níveis de direitos trabalhistas, o que é consistente com certos aspectos do Consenso de Washington.

Diante do exposto, argumenta-se que, em suas condições atuais, as instituições regulatórias na América Latina não foram concebidas e não progrediram de modo adequado a atenuar os efeitos negativos do IDE em questões sustentáveis de ordem econômica. Portanto, são propostas as seguintes hipóteses:

> **Hipótese 1b:** Ambientes regulatórios mais liberais estão negativamente relacionados aos índices de sustentabilidade econômica dos países latino-americanos.
>
> **Hipótese 1c:** Ambientes regulatórios mais liberais moderam negativamente a relação entre os fluxos de entrada de IDE e os índices de sustentabilidade econômica dos países latino-americanos.

2.3. Impactos do investimento direto estrangeiro na sustentabilidade ambiental

Em teoria, o IDE pode ter efeitos positivos e negativos na qualidade ambiental, o que deu origem à duas hipóteses: a hipótese de “paraísos de poluição” e a hipótese de “halos de poluição”. De acordo com a hipótese de “paraísos de poluição”, o IDE exacerba a poluição ambiental no país hospedeiro porque as indústrias intensivas em poluição são atraídas para os países com regulamentações mais fracas e padrões ambientais mais baixos (Hao et al., 2018; Esmaeili; Lorente; Anwar, 2023). Já segundo a hipótese de “halo de poluição”, o IDE contribui para a mitigação de problemas ambientais por meio de transbordamentos de conhecimento verde, transferência de tecnologias de baixa emissão e melhores práticas administrativas (Luo; Salman; Lu, 2021).

Grande parte das pesquisas, no entanto, aponta para a confirmação da hipótese de "paraísos de poluição". Chipalkatti, Le e Rishi (2021), analisando 161 países, também verificaram que níveis mais altos de emissões de dióxido de carbono per capita estão associados a níveis mais altos de entradas de IDE. Com base em dados de 125 países, Azam e Raza (2022), encontraram uma relação significativamente positiva entre IDE e as emissões de dióxido de carbono, revelando que o IDE é a causa da degradação ambiental em principalmente em países de renda baixa, média-baixa e média-alta. Hishan et al. (2019) também confirmaram a hipótese de "paraísos de poluição" analisando países da África Subsaariana. Utilizando dados de 1980 a 2010 para 14 países latino-americanos, os resultados do estudo de Sapkota e Bastola (2017) também concluíram que o IDE está positivamente relacionado com a poluição.

Países em desenvolvimento estão, especialmente, sujeitos a se tornarem "paraísos de poluição", uma vez que flexibilizam o nível de regulamentação ambiental para atrair IDE visando o desenvolvimento econômico (Xie; Wang; Cong, 2020). À vista disso, países em desenvolvimento são o principal destino das atividades mais poluentes de EMNs que buscam evitar os custos associados à adoção de tecnologias mais limpas, ou o pagamento de taxas aplicadas sobre a emissão de carbono em países com padrões ambientais rigorosos (Demena; Afesorgbor, 2020; Singhania; Saini, 2021). Essa tendência se mostra como um fator agravante no caso da América Latina, dado que grande parte do IDE na região está direcionado para a exploração de recursos naturais, particularmente no Brasil, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Chile, México, Argentina, Bolívia e Nicarágua (Alvarado; Iñiguez; Ponce, 2017).

Diante desse contexto, argumenta-se que a entrada de IDE, apesar de contribuir positivamente em certos aspectos ambientais como o acesso a tecnologias verdes, causam também impactos negativos os quais tendem a ser mais proeminentes em economias emergentes e em desenvolvimento, como é o caso dos países latino-americanos. Portanto, é proposto que:

> **Hipótese 2a:** Os fluxos de entrada de IDE estão negativamente relacionados aos índices de sustentabilidade ambiental dos países latino-americanos.

Diante dos impactos negativos do IDE na preservação ambiental, principalmente em economias emergentes e em desenvolvimento, o fortalecimento de leis ambientais e o foco na atração de IDE sustentável se torna substancial. O IDE sustentável está positivamente associado a melhorias em infraestrutura básica, em energia renovável, e em água potável e saneamento (Aust; Morais; Pinto 2020). Yu e Li (2020), analisando o caso da China, mostraram que o fortalecimento das políticas de regulamentação ambiental pode melhorar a qualidade do IDE e evitar tornar o país um "paraíso de poluição". Abbas et al. (2021) descreveram como, em países

asiáticos, a qualidade regulatória, as entradas de IDE direcionadas às instituições ambientais, e reformas nas políticas climáticas, têm impactado positivamente a redução de emissões de gases de efeito estufa. Sapkota e Bastola (2017) indicam que as políticas que se centram na atração de indústrias limpas e energeticamente eficientes, por meio do IDE, têm potencial para melhorar a saúde ambiental e, ao mesmo tempo, reforçar o crescimento econômico.

Contudo, apesar dos benefícios para a preservação ambiental, alguns países ainda relutam na adoção de leis mais restritas, uma vez que elas podem enfraquecer a atração do IDE, e potencialmente prejudicar o crescimento econômico (Hao et al., 2018; Xie; Wang; Cong, 2020). Desse modo, assim como ocorreram deficiências nas políticas de atração de IDE voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável, as instituições regulatórias na América Latina não se desenvolveram com foco em políticas ambientais (Belloc; Molina, 2023). Logo, argumenta-se que as instituições regulatórias em sua forma atual podem exacerbar os efeitos negativos do IDE no meio ambiente. Portanto, são propostas as seguintes hipóteses:

> **Hipótese 2b:** Ambientes regulatórios mais liberais estão negativamente relacionados aos índices de sustentabilidade ambiental dos países latino-americanos.
>
> **Hipótese 2c:** Ambientes regulatórios mais liberais moderam negativamente a relação entre os fluxos de entrada de IDE e os índices de sustentabilidade ambiental dos países latino-americanos.

2.4. Impactos do investimento direto estrangeiro na sustentabilidade social

Os ODS focados em questões sociais têm como foco a erradicação da pobreza, a promoção de saúde e bem-estar, a garantia de educação de qualidade, a igualdade de gênero, e a redução das desigualdades sociais (ONU, 2024). Economistas e formuladores de políticas acreditam que o IDE pode contribuir para o desenvolvimento social dos países hospedeiros ao contribuir para crescimento econômico que se dá por meio de transferências de habilidades gerenciais e tecnologias modernas, acesso a mercados exportadores, e desenvolvimento de capital humano (Rezk et al., 2022). Não obstante, pesquisas apontam que embora o IDE promova crescimento econômico, não necessariamente ele será convertido em desenvolvimento social, podendo ainda ser fonte de impactos sociais nocivos (Reiter; Steensma, 2010; Wang; Bui; Zhang, 2020).

Alguns estudos indicam que a presença do IDE nos países pode se converter no aumento da desigualdade. Asteriou, Dimelis e Moudatsou (2014) apontam que a maior contribuição para a desigualdade econômica, nos 27 países membros da União Europeia, provém do IDE quando

comparado a fatores como abertura comercial e capitalização do mercado de ações. Em se tratando de desigualdade de gênero, as pesquisas estão focadas nas diferenças salariais. Oostendorp (2009) constatou que a diferença salarial de gênero tende a diminuir com o IDE em países mais ricos, mas encontrou poucas evidências de que o IDE também reduza a diferença salarial de gênero em países mais pobres. Vahter e Masso (2019) destacaram que as EMNs na Estônia, em média, exibem uma diferença salarial entre gêneros substancialmente maior do que as empresas locais, principalmente em cargos mais elevados, como gestores.

Estudos também relatam que os indicadores da dimensão social são afetados por questões relacionadas às outras dimensões. Em relação aos impactos ambientais negativos do IDE, verificou-se que eles podem também levar à prejuízos sociais, visto que as mudanças climáticas atingem primeiramente e principalmente os países mais pobres (Mendelsohn; Dinar; Williams, 2006; Diffenbaugh; Burke, 2019), e a degradação ambiental pode afetar a saúde e o sustento das pessoas (Wang; Bui; Zhang, 2020). Qamruzzaman, Karim e Kor (2023) apontam que ao mesmo tempo em que o IDE no Marrocos e na Tunísia tem impactado positivamente os níveis educacionais, levando à redução da pobreza, o custo da degradação ambiental, também associado ao IDE, tem um efeito prejudicial no aumento da pobreza. De modo semelhante, Khan e Yahong (2022) verificaram que, em países asiáticos em desenvolvimento, maiores desigualdades de renda estão relacionadas à degradação ambiental, enquanto o aumento do nível de emissões de carbono e da pegada ecológica também leva ao aumento da desigualdade de renda. Com base em tal cenário, argumenta-se que o IDE pode provocar efeitos sociais negativos, particularmente em economias emergentes e em desenvolvimento. Portanto, é proposto que:

> **Hipótese 3a:** Os fluxos de entrada de IDE estão negativamente relacionados aos índices de sustentabilidade social dos países latino-americanos.

Como relatado por pesquisas antecedentes, o IDE pode contribuir para a mitigação de problemas sociais, como a pobreza e desigualdade de renda, porém essa contribuição não é automática, sendo dependente de fatores suplementares, como a qualidade institucional (Teixeira; Loureiro, 2019). Nam e Ryu (2023) constataram que o impacto positivo do IDE no desenvolvimento humano é condicional a uma boa governança institucional que regule a ética do IDE e proteja contra o IDE nocivo. Nguyen (2021) também demonstra a importância da seletividade de IDE, por meio de políticas e regulamentos planejados, formulados e implementados, para eliminar possíveis impactos negativos do IDE na desigualdade de renda. Lai e Sarkar (2017) verificaram que as restrições impostas pela legislação sobre igualdade de

gênero em Taiwan surtiram impactos nas condições de trabalho nas indústrias intensivas em IDE. Os autores enfatizam que, apesar das ações de boa parte do poder legislativo em prol da manutenção da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, a aprovação de uma nova lei, voltada à igualdade de gênero, tem a capacidade de finalmente reduzir desigualdades salariais entre os trabalhadores das indústrias intensivas em IDE. No caso dos países latino-americanos, os governos historicamente se concentraram nas prioridades macroeconômicas de curto prazo, com políticas de atração de IDE focadas na oferta de mão de obra barata e na exploração de recursos naturais, desconsiderando objetivos de longo prazo para a atração de IDE de qualidade, por meio de investimentos em educação e na especialização da mão de obra (Rios-Morales; O'Donovan, 2006).

Com base nessas perspectivas percebe-se que em economias emergentes e em desenvolvimento, as reformas políticas voltadas ao controle do IDE potencialmente nocivo ao desenvolvimento social ainda são incipientes. Nesse contexto, as instituições regulatórias, que remetem à capacidade dos governos em implementar políticas e regulamentações voltadas ao desenvolvimento do setor privado (Kaufmann; Kraay, 2023), podem favorecer EMNs que busquem seguir livremente suas agendas sem a preocupação com os impactos negativos que geram nos países hospedeiros (Reiter; Steensma, 2010). Portanto, são propostas as seguintes hipóteses:

> **Hipótese 3b:** Ambientes regulatórios mais liberais estão negativamente relacionados aos índices de sustentabilidade social dos países latino-americanos.
>
> **Hipótese 3c:** Ambientes regulatórios mais liberais moderam negativamente a relação entre os fluxos de entrada de IDE e os índices de sustentabilidade social dos países latino-americanos.

3. METODOLOGIA

3.1. Amostra de pesquisa e coleta de dados

A amostra da pesquisa é composta por países pertencentes a América Latina que tenham recebido fluxos de entrada de IDE, durante o período de 2000 a 2021. O ano de 2000, além de registrar o primeiro pico de crescimento global, marca também a adoção da Declaração do Milênio, na Cúpula do Millennium, realizada na sede da ONU em Nova York, que intensificou os esforços internacionais de monitoramento global de desenvolvimento sustentável. Dezenove países compõem a amostra, são eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica,

Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Haiti, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Para testar as hipóteses da pesquisa foram coletados dados de várias fontes secundárias. Os indicadores referentes aos ODS utilizados para a composição dos índices de sustentabilidade econômica, ambiental e social que constituem as variáveis dependentes, foram coletados das bases de dados disponibilizada por Sachs, Lafortune e Fuller (2023). Os fluxos de entrada de IDE que constituem a variável independente foram coletados da base de dados do Banco Mundial. O indicador do nível de regulação dos países é disponibilizado pelo Instituto de Economia Fraser, como parte do índice de liberdade econômica. As variáveis de controle foram coletadas das bases de dados do Banco Mundial e da UNCTAD. A Tabela 3 apresenta as variáveis dependentes, independentes e de controle, juntamente com suas respectivas descrições e a fonte dos dados.

Tabela 3 - Variáveis dependentes, independentes e de controle.

Variável	Descrição	Fonte
	Variáveis dependentes	
Índice de S. Social (ISSc)	Pontuação dos países nos ODS 1, 2, 3, 4 e 5	*Sustainable Development Report*
Índice de S. Econômica (ISEc)	Pontuação dos países nos ODS 7, 8, 9, 10 e 11	
Índice de S. Ambiental (ISAb)	Pontuação dos países nos ODS 6, 12, 13, 14 e 15	
	Variáveis independentes	
Investimento direto estrangeiro (IDE)	Entradas líquidas de investimento em dado país por parte de investidores estrangeiros, divido pelo PIB	Banco Mundial
Nível de regulação (REG)	Pontuação para os países em relação às restrições regulatórias que limitam os mercados de crédito, de trabalho e de atividades empresariais. Pontuações mais altas, em uma escala de 0 a 10, são atribuídas à países com regulações mais liberais	*Fraser Institute*
	Variáveis de controle	
Comércio Internacional (COM)	Logaritmo natural da média das exportações e importações como percentagem do PIB nominal	UNCTAD
Taxa de Inflação (TXI)	Média ponderada dos preços de uma cesta de bens de consumo e serviços, adquiridas por um consumidor	Banco Mundial
Exportação de Tecnologia (TEC)	Logaritmo natural da proporção do valor agregado da indústria de média e alta tecnologia no valor agregado total da indústria manufatureira	Banco Mundial
Gastos do Governo (GOV)	Pagamentos em dinheiro (% do PIB) para atividades operacionais do governo no fornecimento de bens e serviços.	Banco Mundial
Gastos Militares (MIL)	Todas as despesas (% dos gastos do governo) correntes e de capital das forças armadas	Banco Mundial
Crescimento Populacional (POP)	Taxa anual de crescimento populacional	Banco Mundial
Classificação de Renda (REN)	Variável binária que assume o valor 1 se o país é classificado como um país de renda alta ou média alta e 0 se o país é classificado como um país de renda média baixa ou baixa	Banco Mundial
Países Amazônicos (AMZ)	Variável binária que assume o valor 1 se o país possui parte da Floresta Amazônica localizada em seu território e 0 caso contrário	*World Wide Fund for Nature*

Fonte: elaborado pela autora.

3.2. Variáveis dependentes

As variáveis dependentes utilizadas neste estudo são três: o índice de sustentabilidade econômica (ISEc), o índice de sustentabilidade ambiental (ISAb), e o índice de sustentabilidade social (ISSc). Os três índices derivam dos 5 pilares (pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria) propostos pela ONU, tendo sido utilizados três dos cinco pilares (pessoas, planeta e prosperidade). O ISEc refere-se ao pilar prosperidade; o ISSc refere-se ao pilar de pessoas; e o ISAb refere-se ao pilar planeta. Para a construção das variáveis foram utilizadas as pontuações dos países para 15 ODS disponibilizadas no Relatório de Desenvolvimento Sustentável, elaborado por Sachs, Lafortune e Fuller (2023). Para a construção do ISSc foram utilizadas as pontuações nos ODS 1, 2, 3, 4 e 5; para a construção do ISEc foram utilizadas as pontuações nos ODS 7, 8, 9, 10 e 11; e para a construção do ISAb foram utilizadas as pontuações nos ODS 6, 12, 13, 14 e 15 (Carlsen; Bruggemann, 2022; Olabi et al., 2022). A classificação das variáveis dependentes de acordo com os ODS é apresentada na Tabela 4. A classificação foi confirmada por meio da avaliação da consistência interna dos indicadores. A avaliação da consistência interna indicou uma boa confiabilidade (alfa de Cronbach $0,7 \leq \alpha < 0,8$), para os indicadores que compõem o ISEc (alfa de Cronbach de 0,7619), e para os indicadores que compõem o ISAb (alfa de Cronbach de 0,7629), e uma confiabilidade muito boa (alfa de Cronbach $0,8 \leq \alpha < 0,9$) para os indicadores que compõem o ISSc (alfa de Cronbach de 0,8638). Após a checagem das consistências internas dos indicadores, foi realizada uma análise fatorial que indicou a solução de um único fator nos três casos. As pontuações dos fatores constituem os valores para as variáveis dependentes.

Tabela 4 - Classificação das variáveis de acordo com os ODS.

Variável	**ODS**	**Descrição**
Índice de Sustentabilidade Social (ISSc)	ODS 1	Erradicação da pobreza
	ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável
	ODS 3	Saúde e bem-estar
	ODS 4	Educação de qualidade
	ODS 5	Igualdade de gênero
Índice de Sustentabilidade Econômica (ISEc)	ODS 7	Energia limpa e acessível
	ODS 8	Trabalho decente e crescimento econômico
	ODS 9	Indústria, Inovação e Infraestrutura
	ODS 10	Redução das desigualdades
	ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis
Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISAb)	ODS 6	Água potável e saneamento
	ODS 12	Consumo e produção responsáveis
	ODS 13	Ação contra mudança global do clima
	ODS 14	Vida na água
	ODS 15	Vida terrestre

Fonte: baseado em Carlsen e Bruggemann (2022) e Olabi et al. (2022).

3.3. Variáveis independentes

A primeira variável independente são os fluxos de entrada de IDE na economia hospedeira. Essa variável mensura a proporção de entradas de IDE como porcentagem de produto interno bruto (PIB). Os dados foram coletados da base disponibilizada pelo Banco Mundial. A segunda variável independente é o nível de regulação do país hospedeiro. Essa variável busca mensurar as restrições regulatórias em termos de liberdade econômica, uma vez que o objetivo neste estudo é analisar o impacto da adoção de políticas neoliberais visando a atração de capital estrangeiro no desenvolvimento sustentável de países latino-americanos. Para tanto, foi selecionado o indicador de regulação que compõe o Índice de Liberdade Econômica do Instituto de Economia Fraser. O Instituto Fraser é uma instituição canadense de pesquisa cuja postura ideológica tem sido descrita como libertária, conservadora e de direita (Madariaga, 2019). Segundo essa perspectiva, a qualidade regulatória dos países é determinada pelo nível de restrições regulatórias que limitam a liberdade de troca nos mercados de crédito, de trabalho e de produtos.

O índice de regulação do Instituto Fraser é formado por três componentes: regulações do mercado de crédito, regulações do mercado de trabalho, e regulações de negócios. O primeiro componente reflete as condições no mercado de crédito doméstico. Países que utilizam um sistema bancário privado para alocar crédito para partes privadas e se abstêm de controlar as taxas de juros recebem classificações mais altas para este componente regulatório. O componente do mercado de trabalho é projetado para medir a extensão em que regulamentações do mercado de trabalho estão presentes. Países com notas altas nesse componente permitem que as forças de mercado determinem os salários e estabeleçam as condições de contratação e demissão, e se abstém do uso de recrutamento militar obrigatório. O terceiro e último componente, a regulamentação das atividades empresariais, capta a extensão de regulamentações e procedimentos burocráticos. Pontuações mais altas ocorrem para países que permitem que os mercados determinem os preços, e que se abstêm de atividades regulatórias que retardem o estabelecimento de negócios e aumentem custos de produção.

3.4. Variáveis de controle

Foram selecionadas variáveis de controle que podem impactar questões sociais, econômicas e ambientais dos países, conforme a literatura de negócios internacionais. As variáveis de controle incluem comércio internacional, taxa de inflação, gastos do governo,

gastos militares, crescimento populacional, nível de renda, e países amazônicos (Abdo et al., 2020; Aust; Morais; Pinto 2020; Contractor et al., 2021; Chipalkatti; Le; Rishi, 2021).

3.5. Equações

As hipóteses deste estudo foram analisadas usando modelos de regressão de dados em painel para examinar o efeito do IDE e do ambiente institucional regulatório nos índices econômicos, ambientais e sociais de países latino-americanos. Os modelos básicos de análise são representados pelas Equações a seguir:

$$ISEc_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDE_{it} + \beta_2 REG_{it} + \beta_3 (IDE_{it} \times REG_{it}) + \beta_4 COM_{it} + \beta_5 TXI_{it} + \beta_6 TEC_{it} + \beta_7 GOV_{it} + \beta_8 MIL_{it} + \beta_9 POP_{it} + \beta_{10} REN_{it} + \beta_{11} AMZ_{it} + \beta_{12} EFano_i + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$ISAb_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDE_{it} + \beta_2 REG_{it} + \beta_3 (IDE_{it} \times REG_{it}) + \beta_4 COM_{it} + \beta_5 TXI_{it} + \beta_6 TEC_{it} + \beta_7 GOV_{it} + \beta_8 MIL_{it} + \beta_9 POP_{it} + \beta_{10} REN_{it} + \beta_{11} AMZ_{it} + \beta_{12} EFano_i + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$ISSc_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDE_{it} + \beta_2 REG_{it} + \beta_3 (IDE_{it} \times REG_{it}) + \beta_4 COM_{it} + \beta_5 TXI_{it} + \beta_6 TEC_{it} + \beta_7 GOV_{it} + \beta_8 MIL_{it} + \beta_9 POP_{it} + \beta_{10} REN_{it} + \beta_{11} AMZ_{it} + \beta_{12} EFano_i + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Nas Equações (1)–(3), *i* representa o país hospedeiro, e *t* o ano de observação; $ISEc_{it}$, $ISAb_{it}$ e $ISSc_{it}$ são as variáveis dependentes referentes aos índices de sustentabilidade econômica, ambiental e social, respectivamente; IDE_{it}são os fluxos de entrada de investimento direto estrangeiro; REG_{it} é o nível de regulação; $IDE_{it} \times REG_{it}$ é o termo de interação entre fluxos de investimento direto estrangeiro e o nível de regulação; COM_{it} representa o comércio internacional; TXI_{it} é a taxa de inflação; TEC_{it} é a exportação de produtos de alta e média tecnologia; GOV_{it} são os gastos com atividades operacionais do governo; MIL_{it} são os gastos militares do governo; POP_{it} é referente ao crescimento populacional; REN_{it} é a classificação do nível de renda do país; AMZ_{it} é uma varável binária para países amazônicos; $EFano_i$ são os efeitos fixos dos anos; e ε_{it} é o termo de erro.

Para controlar problemas de heterocedasticidade, as estimativas foram realizadas com erro padrão robusto. Dado que o teste de Hausman não lida com erros-padrão robustos, que são

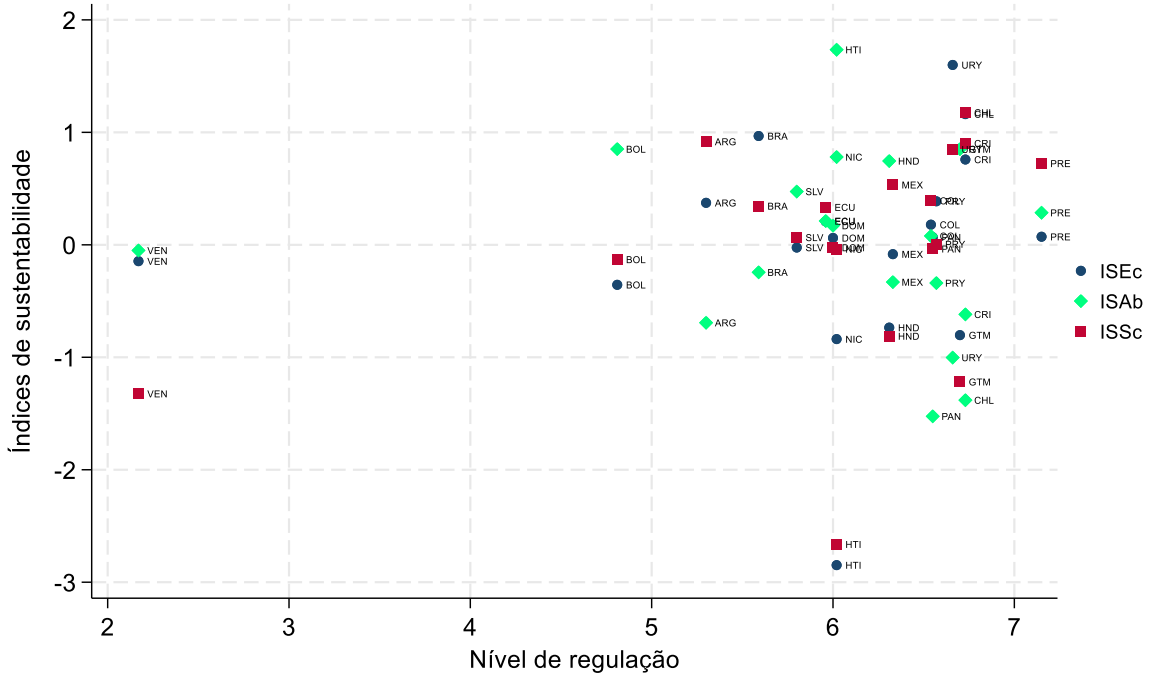
usados para lidar com potenciais heterocedasticidade e correlação serial, para escolher entre o modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios, optou-se por empregar o teste de restrições de sobreidentificação (teste de Sargan-Hansen) como uma ferramenta para selecionar entre os estimadores de efeitos aleatórios e efeitos fixos (Immurana, 2020). Os testes indicaram que o estimador de efeitos aleatórios é adequado para todos os modelos. As análises foram realizadas no software estatístico Stata.

4. RESULTADOS

A Figura 6 mostra o gráfico de dispersão das médias das variáveis ISEc, ISAb e ISSc em relação à média do nível de regulação dos 19 países da amostra. Conforme o gráfico, os países latino-americanos, de modo geral, apresentam piores desempenhos nos índices de sustentabilidade econômica. Em média, os melhores desempenhos são verificados nos índices ambientais. O gráfico mostra que os níveis de regulação dos países são bastante homogêneos, com exceção da Venezuela, que apresenta regulações menos liberais, seguida por Bolívia, Argentina, Brasil e El Salvador. Na média, entre os anos de 2000 e 2021, o Haiti apresentou o melhor desempenho ambiental, o Uruguay apresentou o melhor desempenho econômico, e o Chile o melhor desempenho social.

A Tabela 5 apresenta as estatísticas descritivas. Os resultados na Tabela 5 mostram que os países latino-americanos apresentam, em média, desempenhos consideravelmente mais baixos nos índices econômicos do que nos índices de sustentabilidade ambiental e social. Isso sinaliza que problemas de ordem econômica podem ser as maiores barreiras para o alcance dos ODS na América Latina. Os valores mínimos das três variáveis dependentes ISEc, ISAb e ISSc são referentes ao Haiti. Já os valores máximos das variáveis ISEc e ISAb são referentes ao Uruguai, e da variável ISSc é referente ao Chile. Os valores mínimo e máximo da variável REG mostram que existem grandes diferenças institucionais na região, sendo Chile e Venezuela os países que contam com os níveis de regulação mais divergentes. Ou seja, o Chile é o país com as políticas mais liberais, e a Venezuela o país com as políticas mais restritivas. Já o desvio padrão e a média da variável REG sugerem que os países latino-americanos são relativamente homogêneos no que diz respeitos às regulações dos mercados de crédito, de trabalho de negócios. Por outro lado, o desvio padrão e a média da variável IDE indica que a parcela da entrada de capital estrangeiro na constituição do PIB varia bastante entre os países latino-americanos.

Figura 6 – Gráfico de dispersão dos índices de sustentabilidade pela regulação.



Legenda: Países= ARG: Argentina; BOL: Bolívia; BRA: Brasil; CHL: Chile; COL: Colômbia; CRI: Costa Rica; DOM: República Dominicana; ECU: Equador; GTM: Guatemala; HTI: Haiti; HND: Honduras; MEX: México; NIC: Nicarágua; PAN: Panamá; PRY: Paraguai; PRE: Peru; SLV: El Salvador; URY: Uruguai; VEN: Venezuela.
Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 5 - Estatísticas descritivas.

Variável	Observações	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
ISEc	418	-4.12e-11	0,95	-2,93	2,30
ISAb	418	1.63e-09	0,96	-3,03	1,60
ISSc	418	9.25e-11	0,98	-3,36	1,58
IDE	411	3,38	2,69	-5,08	16,22
IDE_alt	411	7,39	1,82	0,69	11,48
REG	418	6,11	0,94	2,03	7,84
REG_alt	399	-0,15	0,70	-2,37	1,54
COM	320	10,01	1,28	7,11	13,20
TXI	411	7,99	9,37	-7,71	91,38
TEC	396	2,75	0,60	1,40	3,82
GOV	267	20,91	6,32	10,71	39,21
MIL	338	5,22	2,86	0,22	13,37
POP	418	16,49	1,09	14,91	19,18
REN	418	0,55	0,49	0	1
AMZ	418	0,31	0,46	0	1

Fonte: elaborado pela autora.

A Tabela 6 apresenta a matriz de colinearidade, sendo que todos os coeficientes de correlação (desconsiderando as três variáveis dependentes entre si) foram inferiores a 0,7, o que indica ausência de problemas de multicolinearidade. Também foi realizado o teste de inflação

de variância (VIF), que indicou que o maior valor de VIF e valor médio foram 4,19 e 2,50, respectivamente. Esses valores são inferiores ao limite de 10, indicando que a multicolinearidade não é um problema nos modelos de regressão (Hair et al., 2009).

Na Tabela 7 são apresentados os resultados dos modelos de regressão. Os modelos 1, 2 e 3 são referentes às hipóteses 1a, 1b e 1c, os modelos 4, 5 e 6 são referentes às hipóteses 2a, 2b e 2c, e os modelos 7, 8 e 9 são referentes às hipóteses 3a, 3b e 3c. O Modelo 1 mostra que o coeficiente para a variável IDE é negativo e estatisticamente significativo (β= -0,033, p<0,01). Sendo assim, o IDE está negativamente relacionado aos ODS relativos à dimensão econômica (ISEc), oferecendo suporte para a Hipótese 1a. No Modelo 2, o coeficiente para a variável REG é negativo e significativo (β= -0,147, p<0,01), portanto, os resultados oferecem suporte para a Hipótese 3b. Portanto, de acordo com os resultados, regulações menos restritivas do mercado de crédito, do mercado de trabalho e das atividades empresariais estão negativamente relacionadas ao desenvolvimento econômico sustentável dos países da América Latina. O Modelo 3 analisou o efeito da interação entre o IDE e o nível de regulação nos índices econômicos (ISEc). O termo de interação (IDE*REG) também apresentou coeficiente negativo e significativo (β= -0,020, p<0,10). Conforme a Hipótese 1c, esperava-se que o nível de regulação acentuaria os efeitos negativos do IDE nos índices de sustentabilidade econômica, assim sendo, os resultados oferecem suporte para a Hipótese 1c.

O Modelo 4 mostra que o coeficiente para a variável IDE é negativo e estatisticamente significativo (β= -0,012, p<0,01). Dessa forma, o IDE está negativamente relacionado aos ODS relativos à dimensão ambiental (ISAb), oferecendo suporte para a Hipótese 2a. Nos Modelos 4 e 5, o coeficiente para a variável REG e para a interação entre IDE e o ambiente institucional regulatório (IDE*REG) apresentaram coeficientes negativos, porém não significativos para os índices ambientais (ISAb). Logo, os resultados não oferecem suporte para a Hipótese 2b e 2c. Portanto, não é possível inferir que o nível de regulação e sua interação com o IDE produziram efeitos negativos do IDE em questões ambientais que afetam o desenvolvimento sustentável de países latino-americanos.

Tabela 6 - Matriz de correlação.

Variável	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**
1 Índice de S. Social (ISSc)	1														
2 Índice de S. Econômica (ISEc)	0,96 [0,00]	1													
3 Índice de S. Ambiental (ISAb)	0,90 [0,00]	0,90 [0,00]	1												
4 Investimento direto estrangeiro (IDE)	0,21 [0,00]	0,25 [0,00]	0,23 [0,00]	1											
5 Investimento direto estrangeiro (IDE_alt)	0,57 [0,00]	0,66 [0,00]	0,66 [0,00]	0,32 [0,00]	1										
6 Nível de regulação (REG)	0,12 [0,00]	0,12 [0,01]	0,28 [0,00]	0,41 [0,00]	0,125 [0,01]	1									
7 Nível de regulação (REG_alt)	0,53 [0,00]	0,51 [0,00]	0,59 [0,00]	0,48 [0,00]	0,49 [0,00]	0,75 [0,00]	1								
8 Comércio Internacional (COM)	0,63 [0,00]	0,63 [0,00]	0,67 [0,00]	0,23 [0,00]	0,27 [0,00]	0,37 [0,00]	0,43 [0,00]	1							
9 Taxa de Inflação (TXI)	-0,04 [0,37]	-0,01 [0,77]	-0,08 [0,06]	-0,17 [0,00]	-0,06 [0,18]	-0,39 [0,00]	-0,33 [0,00]	0,02 [0,65]	1						
10 Exportação de Tecnologia (TEC)	0,53 [0,00]	0,55 [0,00]	0,53 [0,00]	-0,15 [0,00]	0,63 [0,00]	-0,18 [0,00]	0,13 [0,00]	0,54 [0,00]	0,12 [0,01]	1					
11 Gastos do Governo (GOV)	0,55 [0,00]	0,50 [0,00]	0,52 [0,00]	0,04 [0,51]	0,38 [0,00]	-0,12 [0,03]	0,29 [0,00]	0,43 [0,00]	0,02 [0,66]	0,16 [0,00]	1				
12 Gastos Militares (MIL)	0,28 [0,00]	0,36 [0,00]	0,32 [0,00]	0,14 [0,00]	0,09 [0,08]	0,35 [0,00]	0,42 [0,00]	0,05 [0,33]	-0,18 [0,00]	-0,06 [0,22]	0,20 [0,00]	1			
13 Crescimento Populacional (POP)	-0,41 [0,00]	-0,35 [0,00]	-0,31 [0,00]	-0,21 [0,00]	-0,20 [0,00]	-0,27 [0,00]	-0,04 [0,35]	0,55 [0,00]	0,12 [0,00]	0,62 [0,00]	0,21 [0,00]	-0,03 [0,46]	1		
14 Classificação de Renda (REN)	0,66 [0,00]	0,69 [0,00]	0,62 [0,00]	0,17 [0,00]	0,60 [0,00]	0,09 [0,06]	0,36 [0,00]	0,65 [0,00]	0,05 [0,28]	0,47 [0,00]	0,42 [0,00]	0,09 [0,08]	0,27 [0,00]	1	
15 Países Amazônicos (AMZ)	0,01 [0,69]	0,03 [0,43]	0,05 [0,24]	-0,17 [0,00]	0,25 [0,00]	-0,45 [0,00]	-0,28 [0,00]	0,03 [0,57]	-0,01 [0,97]	0,15 [0,00]	0,36 [0,00]	0,42 [0,00]	0,49 [0,00]	0,03 [0,51]	1

Legenda: p-valor entre colchetes.
Fonte: elaborado pela autora.

O Modelo 7 mostra que o coeficiente para a variável IDE é negativo e estatisticamente significativo (β= -0,017, p<0,05). Logo, o IDE está negativamente relacionado aos ODS relativos à dimensão social (ISc), oferecendo suporte para a Hipótese 3a. No Modelo 8, o coeficiente para a variável REG é negativo e significativo (β= -0,153, p<0,05), portanto, os resultados oferecem suporte para a Hipótese 3b. Desse modo, de acordo com os resultados, regulações menos restritivas do mercado de crédito, do mercado de trabalho e das atividades empresariais estão negativamente relacionadas ao desenvolvimento social sustentável nos países latino-americanos. O Modelo 9 analisou o efeito da interação entre o IDE e o ambiente institucional regulatório nos índices sociais (ISSc). O termo de interação (IDE*REG) também apresentou coeficiente negativo e significativo (β= -0,025, p<0,05), o que corrobora a relação proposta na Hipótese 3c. Esse resultado indica que regulações menos restritivas acentuam os efeitos negativos do IDE nos índices de sustentabilidade social, ou ainda, que os fluxos de IDE acentuam o efeito negativo da liberalização regulatória no desempenho social.

Tabela 7 - Modelos de regressão de efeitos aleatórios.

Variáveis	ISEc			ISAb			*ISSc*		
	Modelo 1	**Modelo 2**	**Modelo 3**	**Modelo 4**	**Modelo 5**	**Modelo 6**	*Modelo 7*	*Modelo 8*	*Modelo 9*
Investimento direto estrangeiro (IDE)	-0,033***		0,108	-0,012***		-0,001	-0,017**		0,169*
	(0,004)		(0,081)	(0,004)		(0,072)	(0,008)		(0,092)
Nível de regulação (REG)		-0,147***	-0,018		-0,039	0,015		-0,153**	0,086
		(0,035)	(0,082)		(0,030)	(0,051)		(0,072)	(0,133)
IDE * REG			-0,020*			-0,001			-0,025**
			(0,011)			(0,010)			(0,012)
Comércio internacional (COM)	0,462***	0,398***	0,444***	0,251***	0,219***	0,235***	0,384***	0,435***	0,440***
	(0,044)	(0,079)	(0,048)	(0,020)	(0,031)	(0,026)	(0,091)	(0,072)	(0,076)
Taxa de inflação (TXI)	0,0003	-0,002	-0,001	-0,001	-0,001	-0,001	-0,004	-0,004	-0,005
	(0,002)	(0,003)	(0,002)	(0,001)	(0,001)	(0,002)	(0,005)	(0,005)	(0,004)
Exportação de tecnologia (TEC)	-0,092	-0,201**	-0,204*	0,092**	0,109**	0,133***	0,034	0,006	0,005
	(0,095)	(0,099)	(0,112)	(0,038)	(0,048)	(0,041)	(0,116)	(0,093)	(0,099)
Gastos do governo (GOV)	0,031***	0,036**	0,037***	0,018***	0,021***	0,016***	0,021***	0,026***	0,022***
	(0,006)	(0,014)	(0,011)	(0,004)	(0,005)	(0,004)	(0,004)	(0,006)	(0,004)
Gastos militares (MIL)	-0,012	-0,017	0,012	0,047***	0,051***	0,044***	-0,009	0,007	0,003
	(0,013)	(0,024)	(0,011)	(0,008)	(0,009)	(0,009)	(0,015)	(0,015)	(0,015)
População (POP)	-0,001	-0,083	-0,042	0,063	0,039	0,046	0,035	0,064	0,037
	(0,101)	(0,141)	(0,111)	(0,060)	(0,083)	(0,071)	(0,088)	(0,087)	(0,089)
Nível de renda (REN)	0,129***	0,259***	0,232***	0,184***	0,195***	0,170***	0,194***	0,300***	0,285***
	(0,043)	(0,056)	(0,034)	(0,028)	(0,025)	(0,022)	(0,069)	(0,069)	(0,075)
Países amazônicos (AMZ)	-0,492	-0,848***	-0,718**	-0,419*	-0,503**	-0,416*	-0,284	-0,589**	-0,544*
	(0,308)	(0,263)	(0,284)	(0,246)	(0,230)	(0,236)	(0,242)	(0,291)	(0,294)
Intercepto	-3,824***	-3,200***	-3,451***	-2,993***	-2,489***	-2.559***	-3,394***	-2,557***	-2,719***
	(0,592)	(0,763)	(0,834)	(0,302)	(0,391)	(0,403)	(0,912)	(0,858)	(0,896)
EF ano	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído
R^2	0,425	0,636	0,555	0,548	0,605	0,564	0,423	0,403	0,500
Teste de Sargan-Hansen	15,51	16,75	17,21	14,10	14,67	15,96	17,34	16,58	17,14
P-valor teste de Sargan-Hansen	0,756	0,710	0,772	0,729	0,702	0,732	0,747	0,754	0,771

Legenda: erro padrão robusto entre parênteses; ***p<0,01; **p<0,05; *p<0,10.
Fonte: elaborado pela autora.

Em se tratando dos resultados das variáveis de controle, três variáveis apresentaram coeficientes positivos e significativos em todos os modelos: comércio internacional, gastos do governo, e nível de renda. Esses resultados sugerem que a abertura comercial de um país pode impactar positivamente as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, os resultados apontam que os dispêndios realizados pelo governo, o que inclui investimentos em educação, saúde, segurança e infraestrutura, são fundamentais para que um país se desenvolva de modo sustentável (Azam; Khan; Ali, 2023). Já a classificação do nível de renda do país se mostrando positivamente relacionada aos índices econômicos, ambientais e sociais, indica que países de renda alta e média-alta podem realizar maiores investimentos voltados à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como suas populações possuem melhores condições econômicas de investir em produtos socio e ambientalmente responsáveis, que usualmente possuem preços mais elevados (Nekmahmud; Fekete-Farkas, 2020; Sana, 2020). As variáveis, taxa de inflação e crescimento populacional, não foram significativas em nenhum dos modelos de regressão. A exportação de tecnologia apresentou coeficiente positivo e significativo em relação aos índices de sustentabilidade ambiental. Considerando o papel de inovações tecnológicas para o enfrentamento das mudanças climáticas (Ahmed et al., 2022), esse resultado expõe uma das formas pelas quais as empresas podem contribuir para o alcance dos ODS de economias emergentes e em desenvolvimento. Os coeficientes dos gastos militares se mostraram significativos e positivamente relacionados aos índices de sustentabilidade ambiental. Isso implica que dispêndios governamentais destinados às forças armadas contribuem para o desenvolvimento ambiental sustentável. Apesar de críticas ao envolvimento de forças militares na obstrução de políticas climáticas, e de danos ambientais decorrentes da conduta militar, a atuação militar também tem sido associada ao alívio de impactos por meio de uma série de medidas de mitigação e adaptação, incluindo a resposta militar a desastres (Vogler, 2024). A variável binária que representa os países com territórios cobertos pela floresta Amazônica, apresentou coeficiente negativo e significante em relação aos três índices de sustentabilidade, em sete dos nove modelos de regressão. Esse resultado é um indicativo de que os países amazônicos (Brasil, Colômbia, Equador, Bolívia e Venezuela) possuem indicadores inferiores de desenvolvimento econômico, ambiental e social, em comparação aos demais países da região. A relação negativa em relação ao índice ambiental é especialmente alarmante, pois demonstra a necessidade de maior comprometimento dos países para a preservação da maior floresta tropical do mundo.

4.1. Análises de robustez

Para testar a robustez dos resultados, foram utilizadas medidas alternativas para as duas variáveis independentes, o IDE e o nível de regulação, respectivamente: o logaritmo natural das entradas de IDE em dólares dos Estados Unidos em preço corrente (Mijiyawa, 2017); e a qualidade regulatória, um dos seis indicadores de governança mundial (*Worldwide Governance Indicators*) disponibilizados pelo Banco Mundial (Dima; Dima; Lobont, 2013; Kunawotor; Ahiabor; Yobo, 2024). Os resultados das regressões utilizando as medidas alternativas são apresentados na Tabela 8. Os coeficientes negativos e significativos da variável IDE_alt nos Modelos 1, 4 e 7, indicam uma relação negativa entre as entradas de IDE e os índices de sustentabilidade econômica, ambiental e social nos países latino-americanos. Já os coeficientes negativos e significativos da variável REG_alt, nos Modelo 2 e 8, indicam uma relação negativa entre instituições regulatórias mais liberais nos índices de sustentabilidade econômica e social dos países latino-americanos. Por fim, os coeficientes negativos e significativos do termo de interação IDE_alt*REG_alt, no Modelo 3 e 9, indicam que as entradas de IDE em países com regulações mais liberais, os efeitos negativos nos índices de sustentabilidade econômica e social se tornam mais pronunciados. Essas descobertas são semelhantes aos resultados apresentados na Tabela 7. Desse modo, as medidas alternativas para as variáveis independentes na Tabela 8 não afetam os principais resultados apresentados na Tabela 7.

Para aprofundar a análise da robustez dos resultados encontrados é necessário tratar potenciais problemas de endogeneidade. Dados em painel geralmente apresentam problemas de endogeneidade que podem levar à erros de estimação do modelo estatístico (Khan; Yu; Sharif, 2021). Estimadores como os modelos de Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios não lidam com problemas de endogeneidade. Geralmente, tal problema nos dados pode ser resolvido utilizando o Método dos Momentos Generalizados (GMM). O estimador GMM, desenvolvido por Arellano e Bond (1991), usa a primeira diferença para remover os efeitos fixos invariantes no tempo e emprega variáveis instrumentais para formar condições de momento. Posteriormente, Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998) desenvolveram o GMM *System* que supera o estimador Arellano-Bond fazendo uma suposição adicional de que as primeiras diferenças de variáveis instrumentais não estão correlacionadas com os efeitos fixos, o que permite a introdução de mais variáveis instrumentais e pode melhorar a eficiência das estimações (Roodman, 2009). Dessa forma, o *System* GMM permite lidar com os problemas de endogeneidade devido à variável dependente defasada e à correlação potencial das variáveis explicativas com o termo de erro (D'Amelio; Garrone; Piscitello, 2016).

Tabela 8 - Modelos de regressão de efeitos aleatórios com medidas alternativas.

Variáveis	ISEc			ISAb			*ISSc*		
	Modelo 1	**Modelo 2**	**Modelo 3**	**Modelo 4**	**Modelo 5**	**Modelo 6**	*Modelo 7*	*Modelo 8*	*Modelo 9*
Investimento direto estrangeiro (IDE_alt)	-0,093***		-0,020	-0,038*		0,006	-0,039**		0,141*
	(0,025)		(0,040)	(0,021)		(0,059)	(0,017)		(0,085)
Nível de regulação (REG_alt)		-0,238**	0,608**		0,010	-0,369		-0,151**	-0,939*
		(0,112)	(0,285)		(0,049)	(0,655)		(0,076)	(0,569)
IDE_alt * REG_alt			-0,064**			0,090			0,136**
			(0,029)			(0,072)			(0,059)
Comércio internacional (COM)	0,524***	0,471***	0,538***	0,292***	0,241***	0,063	0,469***	0,425***	0,488***
	(0,049)	(0,041)	(0,047)	(0,041)	(0,023)	(0,083)	(0,093)	(0,077)	(0,089)
Taxa de inflação (TXI)	-0,0003	0,001	0,001	-0,001	-0,001	0,009**	-0,005	-0,003	-0,005
	(0,002)	(0,002)	(0,001)	(0,001)	(0,001)	(0,004)	(0,005)	(0,005)	(0,005)
Exportação de tecnologia (TEC)	-0,154	-0,159	-0,138	0,093***	0,088***	0,074	-0,224**	-0,210**	-0,238**
	(0,105)	(0,111)	(0,091)	(0,031)	(0,031)	(0,136)	(0,099)	(0,097)	(0,094)
Gastos do governo (GOV)	0,034***	0,042***	0,050***	0,011***	0,022***	0,051***	0,027***	0,029***	0,028***
	(0,008)	(0,010)	(0,009)	(0,004)	(0,005)	(0,008)	(0,006)	(0,006)	(0,006)
Gastos militares (MIL)	-0,003	0,006	0,010	0,045***	0,051***	0,035**	0,006	0,009	0,016
	(0,012)	(0,012)	(0,016)	(0,012)	(0,009)	(0,017)	(0,017)	(0,014)	(0,017)
População (POP)	0,018	0,066	-0,044	0,071	0,080	-0,256***	0,045	0,071	0,064
	(0,115)	(0,118)	(0,106)	(0,066)	(0,066)	(0,075)	(0,079)	(0,082)	(0,080)
Nível de renda (REN)	0,140***	0,197***	0,161***	0,155***	0,193***	0,476***	0,238***	0,278***	0,267***
	(0,049)	(0,041)	(0,044)	(0,029)	(0,025)	(0,173)	(0,078)	(0,069)	(0,071)
Países amazônicos (AMZ)	-0,479	-0,693**	-0,527**	-0,320	-0,272	-0,408***	-0,514**	-0,586**	-0,614**
	(0,302)	(0,335)	(0,305)	(0,265)	(0,227)	(0,131)	(0,253)	(0,275)	(0,272)
Intercepto	-3,681***	-4,224***	-4,054***	-3,105***	-3,077***	-2,103***	-3,247***	-3,352***	-3,521***
	(0,606)	(0,476)	(0,618)	(0,299)	(0,279)	(0,436)	(0,879)	(0,823)	(0,858)
EF ano	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído
R^2	0,452	0,409	0,498	0,542	0,626	0,875	0,538	0,510	0,515
Teste de Sargan-Hansen	14,13	13,34	19,50	10,23	14,80	13,81	16,30	17,26	14,75
P-valor teste de Sargan-Hansen	0,708	0,719	0,736	0,722	0,768	0,726	0,737	0,743	0,754

Legenda: erro padrão robusto entre parênteses; ***p<0,01; **p<0,05; *p<0,10.
Fonte: elaborado pela autora.

Com base nessas considerações, foram realizadas estimações alternativas empregando o *System* GMM para checar a robustez dos resultados obtidos na análise de regressão de efeitos aleatórios. Além disso, vários testes pós-diagnósticos são realizados para validar os modelos estimados. Para cada modelo, são documentados o coeficiente estimado e o teste de validade de Hansen, teste de primeira ordem (AR1), e teste de segunda ordem (AR2). O valor significativo ou não significativo dos testes diagnósticos determina a validade de diferentes instrumentos. Com base nos testes pós-diagnósticos, conclui-se que os modelos e instrumentos estimados são adequadamente especificados. Os resultados são apresentados na Tabela 9. Embora seja possível observar algumas divergências, os principais resultados dos Modelos da Tabela 9 são consistentes com os resultados dos Modelos da Tabela 7. Logo, os resultados são robustos usando procedimentos de mensuração alternativos. Portanto, os principais resultados encontrados são robustos usando e tanto mensurações de variáveis, quanto técnicas de estimativa alternativas.

Tabela 9 - Modelos de regressão *System* GMM.

Variáveis	ISEc			ISAb			*ISSc*		
	Modelo 1	**Modelo 2**	**Modelo 3**	**Modelo 4**	**Modelo 5**	**Modelo 6**	*Modelo 7*	*Modelo 8*	*Modelo 9*
L1.	0,462***	1,064**	0,448**	1,099**	0,740***	0,522*	0,667***	0,722***	0,979***
	(0,089)	(0,503)	(0,224)	(0,576)	(0,188)	(0,305)	(0,205)	(0,062)	(0,191)
Investimento direto estrangeiro (IDE)	-0,032**		0,079**	-0,030***		0,035	-0,026**		0,791**
	(0,016)		(0,034)	(0,010)		(0,184)	(0,012)		(0,307)
Nível de regulação (REG)		-0,807**	0,922**		-0,097	0,054		-0,166**	0,431*
		(0,318)	(0,410)		(0,073)	(0,098)		(0,080)	(0,252)
IDE * REG			-0,352**			-0,005			-0,116**
			(0,169)			(0,027)			(0,045)
Comércio internacional (COM)	0,364***	0,424***	0,644*	0,258*	0,232**	0,352*	0,121**	0,244***	0,334***
	(0,114)	(0,118)	(0,358)	(0,137)	(0,092)	(0,182)	(0,060)	(0,093)	(0,128)
Taxa de inflação (TXI)	-0,022*	0,015	-0,042***	-0,027***	-0,027***	-0,011*	-0,006	-0,023*	0,005
	(0,011)	(0,009)	(0,015)	(0,008)	(0,005)	(0,006)	(0,010)	(0,012)	(0,005)
Exportação de tecnologia (TEC)	-0,105	-0,189	-0,283	0,776**	0,491**	0,618***	0,043	0,004	0,068
	(0,086)	(0,172)	(0,692)	(0,300)	(0,220)	(0,192)	(0,196)	(0,377)	(0,043)
Gastos do governo (GOV)	0,070***	0,063***	0,048**	0,172*	0,248***	0,034**	0,667**	0,045	0,010
	(0,018)	(0,013)	(0,019)	(0,103)	(0,079)	(0,016)	(0,292)	(0,222)	(0,011)
Gastos militares (MIL)	-0,021	0,040	0,019	0,011	0,020	0,074	0,038	0,005**	0,065**
	(0,041)	(0,057)	(0,023)	(0,022)	(0,017)	(0,066)	(0,033)	(0,002)	(0,028)
População (POP)	-0,167	-0,424***	-0,424**	0,019	-0,073	-0,036	-0,316**	-0,363**	-0,559**
	(0,114)	(0,087)	(0,176)	(0,071)	(0,536)	(0,950)	(0,130)	(0,156)	(0,244)
Nível de renda (REN)	-0,126	0,364	0,316**	-0,110	-0,093	-0,299	0,309**	0,247***	0,525*
	(0,331)	(0,243)	(0,128)	(0,569	(0,390)	(0,220)	(0,134)	(0,073)	(0,306)
Países amazônicos (AMZ)	-0,634***	-0,450	-1,600***	-1,050***	-1,130***	-0,493*	0,495**	0,363**	-0,299*
	(0,183)	(0,540)	(0,553)	(0,275)	(0,171)	(0,299)	(0,218)	(0,172)	(0,164)
Intercepto	-8,347**	-9,563***	-4,570***	-2,844**	-2,496**	-3,946**	2,584*	5,131**	-6,305**
	(0,775)	(3,487)	(0,761)	(1,256)	(1,181)	(2,005)	(1,562)	(2,401)	(3,140)
EF ano	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído
Teste de Hansen	0,784	0,855	0,819	0,844	0,859	0,887	0,895	0,895	0,725
AR1	0,015	0,024	0,003	0,014	0,002	0,047	0,021	0,007	0,016
AR2	0,694	0,232	0,472	0,693	0,524	0,327	0,767	0,800	0,549

Legenda: erro padrão robusto entre parênteses; ***p<0,01; **p<0,05; *p<0,10.
Fonte: elaborado pela autora.

5. DISCUSSÃO

Com a adoção da Agenda 2030, o campo dos negócios internacionais passou a buscar compreender de que forma as EMNs por meio do IDE podem contribuir para o alcance dos 17 ODS. Países de economia emergente e em desenvolvimento constituem um cenário apropriado para essa investigação em virtude de dificuldades específicas para a promoção do desenvolvimento sustentável (Sachs et al., 2021), e da relação desses países com o IDE. A atração de IDE é uma estratégia amplamente usada pelos governos de economias emergentes e em desenvolvimento visando o crescimento econômico (Goldfajn; Martínez; Valdés, 2021). A literatura prévia, entretanto, não chegou a um consenso no que diz respeito aos ganhos ou danos resultantes do IDE nos países hospedeiros com respeito ao desenvolvimento sustentável (Alfaro et al., 2010). A teoria institucional oferece uma das possíveis explicações para essa incompatibilidade de resultados, partindo do entendimento de que o ambiente institucional tem a capacidade de moldar e alterar o curso dos impactos do IDE (Wang et al., 2013). Buscando analisar essa questão, essa pesquisa fornece um panorama do papel moderador das instituições regulatórias nos impactos de sustentabilidade econômica, ambiental e social do IDE no contexto latino-americano.

Na América Latina, a partir dos anos 1990, várias economias implementaram reformas institucionais por meio de privatizações e da adoção de políticas liberais de comércios, buscando a estabilização financeira e macroeconômica para atrair IDE e tornar os mercados domésticos mais abertos, competitivos e eficientes (Castellacci, 2015). De fato, os fluxos de IDE na região aumentaram consideravelmente com o passar dos anos impactando positivamente no crescimento do PIB (Alvarado; Iñiguez; Ponce, 2017; Hermes; Lensink, 2003; Zhang, 2001). Contudo, a replicação de políticas dos países desenvolvidos sem as devidas adaptações às particularidades locais pode ter contribuído para o aumento da condição de incerteza e insegurança, impactando negativamente os resultados de desenvolvimento sustentável (Zapata-Cantú; González, 2021; Zawislak et al., 2017). Consequentemente, mesmo em países com ambientes institucionais regulatórios mais próximos dos indicadores de países desenvolvidos, ainda são observados grandes problemas de ordem econômica, ambiental e social. Apesar de Chile e Uruguai contarem, ao mesmo tempo com os ambientes regulatórios mais liberais e com os melhores indicadores de desenvolvimento sustentável da América Latina, países como Guatemala e Honduras, que contam com níveis de regulação mais liberais, se encontram muito atrás nos indicadores de desenvolvimento sustentável quando comparados

à países com regulações mais restritivas, como Argentina e Brasil (Gwartney; Lawson; Murphy, 2023; Sachs; Lafortune; Fuller, 2023).

Apesar de grande parte da literatura indicar um efeito positivo do IDE em questões econômicas (Gherghina; Simionescu; Hudea, 2019; Giwa et al., 2020; Goel et al., 2021), os resultados desta pesquisa mostram o IDE negativamente relacionado aos indicadores de sustentabilidade econômica. Esse resultado remete, principalmente, ao fato de que no âmbito dos ODS as questões econômicas vão além do simples aumento do PIB, incluindo também o desenvolvimento industrial e tecnológico, e condições de trabalho satisfatórias, sendo estas duas últimas medidas, utilizadas para diferenciar o desenvolvimento econômico sustentável do simples desenvolvimento econômico. Esses resultados condizem com as conclusões de Alvarado, Iñiguez e Ponce (2017) que denotam que, no caso latino-americano, o IDE não é um artifício ideal para impulsionar o crescimento econômico. Verificou-se também um efeito negativo de regulações mais liberais nos índices econômicos, bem como uma relação negativa da interação entre os fluxos de entrada de IDE com regulações mais liberais e os índices econômicos. Esses resultados estão interligados às reformas institucionais que a maioria dos países latino-americanos adotou para a liberalização econômica, e para a atração de capital estrangeiro, visando o desenvolvimento econômico mais acelerado. A partir dos anos 1980, pressionados por grandes potências econômicas, principalmente os Estados Unidos, por meio do Consenso de Washington, países em desenvolvimento adotaram muitas das mesmas regulações que regiam a economia de países desenvolvidos, apesar de se encontrarem em níveis de desenvolvimento econômico exorbitantemente inferiores (Goldfajn; Martínez; Valdés, 2021; Rodrik, 2006). Isto é, a liberalização da economia não foi adequada para as necessidades específicas dos países menos desenvolvidos. Exemplificativamente, grande parte dos países da América Latina enfrentam graves problemas relacionados à corrupção, que tende a ser exacerbada em contextos com maior liberdade econômica (Malanski; Póvoa, 2021). Por conseguinte, os países latino-americanos carecem de reformas políticas que sejam condizentes com as particularidades econômicas da região, e que tenham como prioridade o bem-estar da população, o desenvolvimento tecnológico das indústrias locais, e a preservação ambiental.

Em se tratando dos impactos ambientais negativos do IDE, os resultados convergem com a maioria das pesquisas, dando respaldo à hipótese de "paraísos de poluição" (Hao et al., 2018; Hishan et al., 2019; Chipalkatti; Le; Rishi, 2021; Esmaeili; Lorente; Anwar, 2023). O IDE é reconhecidamente associado à degradação da qualidade ambiental, sendo que os países de economia emergente e em desenvolvimento são os principais atingidos por serem destinos

de indústrias intensivas em energia e poluição oriundas de países desenvolvidos (Sapkota; Bastola, 2017). Quanto ao ambiente institucional regulatório, não foi verificada uma relação significativa entre regulações mais liberais e o desempenho ambiental, como apontado por pesquisas anteriores onde a relação foi positiva (e.g. Wendling et al., 2022). Também não foi encontrada uma relação significativa da interação entre os fluxos de entrada de IDE com regulações mais liberais e os índices ambientais. A relação negativa entre o IDE e os índices de sustentabilidade ambiental atesta a necessidade de regulamentações mais rígidas, aliadas à maior diligência na aplicação de padrões ambientais e punição de condutas indesejáveis de EMNs. Contudo, não se pode esquecer que o impacto ambiental positivo do IDE também pode ocorrer por meio de transferências e transbordamentos de conhecimento das EMNs para as empresas locais (Luo; Salman; Lu, 2021). Desse modo, é fundamental fortalecer as políticas de atração de IDE para que sejam direcionadas às EMNs com altos padrões de conduta ambiental e que adotem tecnologias mais limpas em seus processos produtivos.

Com relação aos impactos sociais, os resultados indicam um efeito negativo do IDE nos índices sociais. Esse resultado converge com pesquisas como as de Wang, Bui e Zhang (2020), que encontraram evidências, para o caso dos BRICS, de que o IDE está associado à redução do desenvolvimento humano. Outros estudos indicam ainda a relação do IDE com o crescimento de desigualdades (Asteriou; Dimelis; Moudatsou, 2014; Vahter; Masso, 2019). É inegável os efeitos positivos do IDE nos países hospedeiros, no entanto, muitas vezes os malefícios superam os benefícios. Por exemplo, a geração de empregos – um dos efeitos positivos mais notórios do IDE –, apesar de essencial para a erradicação da pobreza, pode vir acompanhada por violações de direitos trabalhistas e humanos por parte das EMNs (Blanton; Blanton, 2012; García-Alaminos et al., 2021). Em se tratando do efeito do ambiente institucional regulatório, os resultados apontam que regulações menos restritivas podem prejudicar o desenvolvimento social sustentável tanto diretamente, quanto indiretamente ao acentuar os efeitos negativos do IDE. Assim sendo, é possível inferir que leis e regulamentações dos mercados de crédito, de trabalho e de negócios mais liberais podem refrear impactos positivos do IDE no âmbito social. Reiter e Steeensma (2010) concluíram que os fluxos de IDE estão mais fortemente relacionados com a melhoria do desenvolvimento humano quando a política de IDE restringe a entrada de investidores estrangeiros em determinados setores econômicos, e quando discrimina os investidores estrangeiros em relação aos investidores nacionais. Logo, a regulação do IDE, principalmente em economias emergentes e em desenvolvimento, é essencial visto que os recursos financeiros de EMNs são capazes de moldar a política nos países hospedeiros,

favorecendo uma elite minoritária local em detrimento do desenvolvimento social, enquanto a maior parte dos benefícios é revertida aos países de origem (Mahutga; Jorgenson, 2016; Reiter; Steensma, 2010). Wang , Bui e Zhang (2020) enfatizam também que a redução de padrões ambientais para atrair IDE pode transformar os países em "paraísos de poluição", atraindo indústrias altamente poluentes e tecnologias desatualizadas de países desenvolvidos o que, consequentemente, afeta a saúde e o sustento da população. Assim como no caso dos impactos negativos econômicos e ambientais, é necessário, portanto, que os governos busquem estabelecer e fortalecer políticas para regulação do IDE e da atuação das EMNs.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar os efeitos do IDE e do ambiente institucional regulatório em questões econômicas, ambientais e sociais que impactem o desenvolvimento sustentável de países da América Latina. A motivação para a realização desta pesquisa parte da necessidade de compreensão das formas pelas quais as empresas, especificamente as EMNs, podem contribuir para a consecução da Agenda 2030. Para atender aos objetivos delineados foram analisados 19 países da América Latina que receberam IDE, entre os anos 2000 e 2021. Argumentou-se que o IDE gera impactos econômicos, ambientais e sociais negativos, que são agravados em países hospedeiros com ambientes institucionais regulatórios mais liberais.

Foi verificado que os fluxos de entrada de IDE na América Latina têm gerado impactos negativos em questões econômicas, ambientais e sociais. Tais resultados reforçam a necessidade de que a atração de IDE deve estar focada na qualidade do investimento, e não na quantidade (Guimón et al., 2018), visto que as externalidades do IDE são significativas, mas não são garantidas, nem automáticas (Blomström; Sjöholm, 1999). Constatou-se que estruturas institucionais regulatórias menos restritivas aos mercados de crédito, de trabalho e de negócios podem acentuar os impactos econômicos e sociais negativos do IDE. No entanto, o mesmo efeito não foi observado para os impactos ambientais. Os benefícios do IDE estiveram, durante décadas, voltados ao crescimento econômico. Mais recentemente, diante das mudanças climáticas, verifica-se a preocupação eminente com as consequências ambientais do IDE. Contudo, conforme enfatizado pela Agenda 2030, o desenvolvimento sustentável demanda uma abordagem multidimensional. Assim, os resultados deste estudo lançam luz para a necessidade de que maior atenção seja dada aos aspectos sociais dos ODS, para que sejam também uma preocupação das empresas e dos países.

Este estudo tem importantes implicações políticas e gerenciais. É fundamental que os formuladores de políticas compreendam que apenas proporcionar um ambiente favorável às empresas, com redução do ônus burocrático e garantia de retorno financeiro para investidores, não implica na geração de externalidades positivas e na mitigação de externalidades negativas do IDE. Portanto, o liberalismo econômico deve ser adotado com cautela, sendo essencial que sejam investigados quais tipos de empresas oferecerão os maiores benefícios para a economia nacional, de modo que políticas dedicadas à atração de IDE sejam acompanhadas por iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável. Economias emergentes e em desenvolvimento devem, a título de exemplo, buscar atrair EMNs reconhecidas pela adoção de tecnologias verdes em seus processos de produção, e que empreendam esforços que garantam a supressão de práticas de trabalho abusivas ao longo de sua cadeia de produção global. É necessário também que políticas de atração de IDE sejam reformuladas considerando o contexto institucional. Os governos devem atuar em prol do aprimoramento da qualidade de suas estruturas de governança dedicadas ao controle da corrupção e eficiência da estrutura legal que coíbam a geração de externalidade negativas do IDE, além de punir com maior rigidez empresas que adotem condutas dissidentes em relação aos padrões sociais, ambientais e econômicos que prejudiquem o alcance dos ODS.

Por sua vez, gestores de EMNs devem adequar suas ações em prol do desenvolvimento sustentável em âmbito internacional. Empresas que, de fato, estejam comprometidas com o alcance dos ODS devem buscar se diferenciar de empresas que buscam vincular suas marcas aos ODS visando apenas ganhos de legitimidade, por meio da divulgação de ações sustentáveis inexistentes ou insuficientes (Ullah et al., 2021). Um ponto fundamental para as EMNs é que as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável não devem estar condicionadas às estruturas de governança locais, apresentando resultados altamente díspares a depender do país hospedeiro, como ocorre com EMNs de países desenvolvidos que cumprem as exigências ambientais legais em seus países de origem, mas que utilizam países menos desenvolvidos como “paraísos de poluição” (Esmaeili; Lorente; Anwar, 2023). Isso também se aplica para as questões econômicas e sociais. Desse modo, as EMNs devem apresentar condutas consistentes, independente do ambiente institucional no qual estejam inseridas. Para mais, o real engajamento com a Agenda 2030 deve incluir a assunção de responsabilidades concretas diante de reveses sociais, ambientais e econômicos, e não apenas o cumprimento de penalidades legais. São numerosos os casos de empresas envolvidas em grandes escândalos de violação de direitos trabalhistas e ambientais que alegam desconhecimento da situação, terceirizando sua parcela de

culpa (Hoffmann; Yin; Hoffmann, 2020). Diferentes grupos de *stakeholders* questionam cada vez mais a forma como grandes EMNs declaram não possuir controle sob os elos de suas cadeias de produção, ao mesmo tempo em que cumprem suas agendas de maximização de lucros (Clarke; Boersma, 2017; Ullah et al., 2021). Nesse sentido, gestores devem implementar estruturas de governança corporativa robustas o suficiente que impossibilitem a insipiência das consequências operacionais de seus processos produtivos que prejudiquem o alcance dos ODS.

Uma das limitações deste estudo é referente ao uso de dados dos fluxos agregados de IDE, uma vez que determinados setores produtivos são intrinsicamente mais propensos à geração de externalidade negativas. Pesquisas futuras podem, portanto, investigar os fluxos desagregados do IDE visando o discernimento dos impactos de cada setor industrial nas diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. Apesar das inúmeras semelhanças entres os países latino-americanos, também são observadas grandes diferenças que podem ser mais bem exploradas por meio de estudos em um único país hospedeiro, de modo a possibilitar a compreensão aprofundada dos efeitos das políticas de atração de IDE e de suas consequências dentro de um contexto particular. Estudos futuros podem também investigar políticas específicas de atração de IDE e seus efeitos no desenvolvimento sustentável dos países hospedeiros.

REFERÊNCIAS

ABBAS, H. S. M. et al. Sustainable use of energy resources, regulatory quality, and foreign direct investment in controlling GHGs emissions among selected Asian economies. **Sustainability**, v. 13, n. 3, p. 1123, 2021.

ABDO, A. B. et al. Influence of FDI on environmental pollution in selected Arab countries: a spatial econometric analysis perspective. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 27, n. 22, p. 28222-28246, 2020.

AGOSIN, M. R.; MACHADO, R. Foreign investment in developing countries: does it crowd in domestic investment?. **Oxford Development Studies**, v. 33, n. 2, p. 149-162, 2005.

AHMED, Z. et al. How do green energy technology investments, technological innovation, and trade globalization enhance green energy supply and stimulate environmental sustainability in the G7 countries?. **Gondwana Research**, v. 112, p. 105-115, 2022.

ALFARO, L. et al. FDI and economic growth: the role of local financial markets. **Journal of International Economics**, v. 64, n. 1, p. 89-112, 2004.

ALFARO, L. et al. Does foreign direct investment promote growth? Exploring the role of financial markets on linkages. **Journal of Development Economics**, v. 91, n. 2, p. 242-256, 2010.

ALVARADO, R.; IÑIGUEZ, M.; PONCE, P. Foreign direct investment and economic growth in Latin America. **Economic Analysis and Policy**, v. 56, p. 176-187, 2017.

ARELLANO, M.; BOND, S. Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. **The Review of Economic Studies**, v. 58, n. 2, p. 277-297, 1991.

ARELLANO, M.; BOVER, O. Another look at the instrumental variable estimation of error-components models. **Journal of Econometrics**, v. 68, n. 1, p. 29-51, 1995.

ASTERIOU, D.; DIMELIS, S.; MOUDATOS, A. Globalization and income inequality: A panel data econometric approach for the EU27 countries. **Economic Modelling**, v. 36, p. 592-599, 2014.

AUST, V.; MORAIS, A. I.; PINTO, I. How does foreign direct investment contribute to Sustainable Development Goals? Evidence from African countries. **Journal of Cleaner Production**, v. 245, p. 118823, 2020.

AZAM, W.; KHAN, I.; ALI, S. A. Alternative energy and natural resources in determining environmental sustainability: a look at the role of government final consumption expenditures in France. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 30, n. 1, p. 1949-1965, 2023.

AZAM, M.; RAZA, A. Does foreign direct investment limit trade-adjusted carbon emissions: fresh evidence from global data. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 29, n. 25, p. 37827-37841, 2022.

AZMAN-SAINI, W. N. W.; BAHARUMSHAH, A. Z.; LAW, S. H. Foreign direct investment, economic freedom and economic growth: International evidence. **Economic Modelling**, v. 27, n. 5, p. 1079-1089, 2010.

BULLOCK, I.; MOLINA, J. A. Are greenhouse gas emissions converging in Latin America? Implications for environmental policies. **Economic Analysis and Policy**, v. 77, p. 337-356, 2023.

BLANTON, R. G.; BLANTON, S. L. Labor rights and foreign direct investment: Is there a race to the bottom?. **International Interactions**, v. 38, n. 3, p. 267-294, 2012.

BLOMSTRÖM, M.; SJÖHOLM, F. Technology transfer and spillovers: Does local participation with multinationals matter?. **European Economic Review**, v. 43, n. 4-6, p. 915-923, 1999.

BLUNDELL, R.; BOND, S. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. **Journal of Econometrics**, v. 87, n. 1, p. 115-143, 1998.

BORENSZTEIN, E.; DE GREGORIO, J.; LEE, J. W. How does foreign direct investment affect economic growth?. **Journal of International Economics**, v. 45, n. 1, p. 115-135, 1998.

BOURNAKIS, I.; CHRISTOPOULOS, D.; MALLICK, S. Knowledge spillovers and output per worker: an industry-level analysis for OECD countries. **Economic Inquiry**, v. 56, n. 2, p. 1028-1046, 2018.

BRUHN, N. C. P.; CALEGARIO, C. L. L. Productivity spillovers from foreign direct investment in the Brazilian processing industry. **BAR-Brazilian Administration Review**, v. 11, n. 1, p. 22-46, 2014.

BUCHANAN, B. G.; LE, Q. V.; RISHI, M. Foreign direct investment and institutional quality: Some empirical evidence. **International Review of Financial Analysis**, v. 21, p. 81-89, 2012.

BUCKLEY, P. J. The Limits of Explanation: Testing the Internalisation Theory of the Multinational Enterprise. **Journal of International Business Studies**, v. 19, n. 2, p. 181-193, 1988.

CARLSEN, L.; BRUGGEMANN, R. The 17 United Nations' sustainable development goals: A status by 2020. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 29, n. 3, p. 219-229, 2022.

CASTELLACCI, F. Institutional voids or organizational resilience? Business groups, innovation, and market development in Latin America. **World Development**, v. 70, p. 43-58, 2015.

CHIPALKATTI, N.; LE, Q. V.; RISHI, M. Sustainability and Society: Do Environmental, Social, and Governance Factors Matter for Foreign Direct Investment? **Energies**, v. 14, n. 19, p. 6039, 2021.

CIMOLI, M.; DOSI, G.; STIGLITZ, J. E. **Industrial policy and development: The political economy of capabilities accumulation**. New York: Oxford University Press, 2009.

CLARKE, T.; BOERSMA, M. The governance of global value chains: Unresolved human rights, environmental and ethical dilemmas in the apple supply chain. **Journal of Business Ethics**, v. 143, p. 111-131, 2017.

CONTRACTOR, F. J.; DANGOL, R.; NURUZZAMAN, N.; RAGHUNATH, S. How do country regulations and business environment impact foreign direct investment (FDI) inflows? **International Business Review**, v. 29, n. 2, p. 101640, 2020.

CONTRACTOR, F. J.; NURUZZAMAN, N.; DANGOL, R.; RAGHUNATH, S. How FDI inflows to emerging markets are influenced by country regulatory factors: an exploratory study. **Journal of International Management**, v. 27, n. 1, p. 100834, 2021.

D'AMELIO, M.; GARRONE, P.; PISCITELLO, L. Can multinational enterprises light up developing countries?: Evidences from the access to electricity in sub-Saharan Africa. **World Development**, v. 88, p. 12-32, 2016.

DAO, T. B. T.; NGO, V. D. Does foreign direct investment stimulate the output growth of the formal economic sector in Vietnam: a subnational-level analysis. **International Journal of Emerging Markets**, v. 18, n. 11, p. 5523-5541, 2023.

DE MELLO, L. R. Foreign direct investment-led growth: evidence from time series and panel data. **Oxford Economic Papers**, v. 51, n. 1, p. 133-151, 1999.

DEMENA, B. A.; AFESORGBOR, S. K. The effect of FDI on environmental emissions: Evidence from a meta-analysis. **Energy Policy**, v. 138, p. 111192, 2020.

DIFFENBAUGH, N. S.; BURKE, M. Global warming has increased global economic inequality. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 116, n. 20, p. 9808-9813, 2019.

DIMA, B.; DIMA, S. M.; LOBONT, O. R. New empirical evidence of the linkages between governance and economic output in the European Union. **Journal of Economic Policy Reform**, v. 16, n. 1, p. 68-89, 2013.

DINH, T. T. H. et al. Foreign direct investment and economic growth in the short run and long run: Empirical evidence from developing countries. **Journal of Risk and Financial Management**, v. 12, n. 4, p. 176, 2019.

DUQUE-GRISALES, E.; AGUILERA-CARACUEL, J. Environmental, social and governance (ESG) scores and financial performance of multilatinas: Moderating effects of geographic international diversification and financial slack. **Journal of Business Ethics**, v. 168, n. 2, p. 315-334, 2021.

EDZIAH, B. K. et al. The role of exogenous technological factors and renewable energy in carbon dioxide emission reduction in Sub-Saharan Africa. **Renewable Energy**, v. 196, p. 1418-1428, 2022.

ESMAEILI, P.; LORENTE, D. B.; ANWAR, A. Revisiting the environmental Kuznetz curve and pollution haven hypothesis in N-11 economies: Fresh evidence from panel quantile regression. **Environmental Research**, v. 228, p. 115844, 2023.

FANG, Y. Influence of foreign direct investment from China on achieving the 2030 Sustainable Development Goals in African countries. **Chinese Journal of Population, Resources and Environment**, v. 19, n. 3, p. 213-220, 2021.

FU, X. Foreign direct investment, absorptive capacity and regional innovation capabilities: evidence from China. **Oxford Development Studies**, v. 36, n. 1, p. 89-110, 2008.

GARCÍA-ALAMINOS, Á. et al. Reassembling social defragmented responsibilities: the indecent labour footprint of US multinationals overseas. **Economic Systems Research**, v. 33, n. 4, p. 536-554, 2021.

GHERGHINA, Ș. C.; SIMIONESCU, L. N.; HUDEA, O. S. Exploring foreign direct investment–economic growth nexus—Empirical evidence from central and eastern European countries. **Sustainability**, v. 11, n. 19, p. 5421, 2019.

GIWA, B. A. et al. Empirical analysis of the effects of foreign direct investment inflows on Nigerian real economic growth: Implications for sustainable development goal-17. **Cogent Social Sciences**, v. 6, n. 1, p. 1727621, 2020.

GOEL, N. et al. Sustainable development goals and economic growth in emerging economies: A study of sustainability through international investments. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, v. 15, n. 5, p. 41, 2021.

GOLDFAJN, I.; MARTÍNEZ, L.; VALDÉS, R. O. Washington Consensus in Latin America: from raw model to straw man. **Journal of Economic Perspectives**, v. 35, n. 3, p. 109-132, 2021.

GORG, H.; GREENAWAY, D. Much ado about nothing? Do domestic firms really benefit from foreign direct investment?. **World Bank Research Observer**, v. 19, n. 2, p. 171-197, 2012.

GUIMÓN, J. et al. Policies to attract R&D-related FDI in small emerging countries: Aligning incentives with local linkages and absorptive capacities in Chile. **Journal of International Management**, v. 24, n. 2, p. 165-178, 2018.

GWARTNEY, J.; LAWSON, R.; MURPHY, R. **Economic Freedom of the World: 2023 Annual Report**. Fraser Institute, 2023.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HANSEN, H.; RAND, J. On the causal links between FDI and growth in developing countries. **World Economy**, v. 29, n. 1, p. 21-41, 2006.

HAO, Y. U. et al. Is environmental regulation effective in China? Evidence from city-level panel data. **Journal of Cleaner Production**, v. 188, p. 966-976, 2018.

HERMES, N.; LENSINK, R. Foreign direct investment, financial development and economic growth. **The Journal of Development Studies**, v. 40, n. 1, p. 142-163, 2003.

HERRERA-ECHEVERRI, H.; HAAR, J.; ESTÉVEZ-BRETÓN, J. B. Foreign direct investment, institutional quality, economic freedom and entrepreneurship in emerging markets. **Journal of Business Research**, v. 67, n. 9, p. 1921-1932, 2014.

HISHAN, S. et al. Access to clean technologies, energy, finance, and food: environmental sustainability agenda and its implications on Sub-Saharan African countries. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 26, n. 16, p. 16503-16518, 2019.

HOFFMANN, N. C.; YIN, J.; HOFFMANN, S. Chain of blame: A multi-country study of consumer reactions towards supplier hypocrisy in global supply chains. **Management International Review**, v. 60, n. 2, p. 247-286, 2020.

IMMURANA, M. How does FDI influence health outcomes in Africa?. **African Journal of Science, Technology, Innovation and Development**, v. 13, n. 5, p. 583-593, 2021.

JAVORCIK, B. S. Can survey evidence shed light on spillovers from foreign direct investment?. **The World Bank Research Observer**, v. 23, n. 2, p. 139-159, 2008.

JUDE, C.; LEVIEUGE, G. Growth effect of foreign direct investment in developing economies: The role of institutional quality. **The World Economy**, v. 40, n. 4, p. 715-742, 2017.

KARDOS, M. The relevance of Foreign Direct Investment for sustainable development. Empirical evidence from European Union. **Procedia Economics and Finance**, v. 15, p. 1349-1354, 2014.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A. **Worldwide Governance Indicators**, 2023. 2023.

KEMENY, T. Does foreign direct investment drive technological upgrading?. **World Development**, v. 38, n. 11, p. 1543-1554, 2010.

KETTENI, E.; KOTTARIDI, C. The impact of regulations on the FDI-growth nexus within the institution-based view: A nonlinear specification with varying coefficients. **International Business Review**, v. 28, n. 3, p. 415-427, 2019.

KHAN, S.; YAHONG, W. Income inequality, ecological footprint, and carbon dioxide emissions in Asian developing economies: what effects what and how?. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 29, n. 17, p. 24660-24671, 2022.

KHAN, S. A. R.; YU, Z.; SHARIF, A. No silver bullet for de-carbonization: preparing for tomorrow, today. **Resources Policy**, v. 71, p. 101942, 2021.

KRAMMER, S. M. Do good institutions enhance the effect of technological spillovers on productivity? Comparative evidence from developed and transition economies. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 94, p. 133-154, 2015.

KUNAWOTOR, M.; AHIABOR, G.; YOBO, E. Government size, institutional quality and economic welfare in Africa. **International Journal of Social Economics**, 2024.

LAI, Y. C.; SARKAR, S. Gender equality legislation and foreign direct investment: Evidence from the labour market of Taiwan ROC. **International Journal of Manpower**, v. 38, n. 2, p. 160-179, 2017.

LALL, S.; NARULA, R. Foreign direct investment and its role in economic development: do we need a new agenda?. **The European Journal of Development Research**, v. 16, p. 447-464, 2004.

LECHNER, L. Good for some, bad for others: US investors and non-trade issues in preferential trade agreements. **The Review of International Organizations**, v. 13, n. 2, p. 163-187, 2018.

LUO, Y.; SALMAN, M.; LU, Z. Heterogeneous impacts of environmental regulations and foreign direct investment on green innovation across different regions in China. **Science of the Total Environment**, v. 759, 143744, 2021.

MA, N. et al. The effects of different forms of FDI on the carbon emissions of multinational enterprises: A complex network approach. **Energy Policy**, v. 181, 113731, 2023.

MADARIAGA, A. The politics of Neoliberalism (in Europe's periphery). **Comparative European Politics**, v. 17, p. 797-811, 2019.

MAHUTGA, M. C.; JORGENSON, A. K. Production networks and varieties of institutional change: the inequality upswing in post-socialism revisited. **Social Forces**, v. 94, n. 4, p. 1711-1741, 2016.

MALANSKI, L. K.; PÓVOA, A. C. S. Economic growth and corruption in emerging markets: does economic freedom matter?. **International Economics**, v. 166, p. 58-70, 2021.

MENDELSOHN, R.; DINAR, A.; WILLIAMS, L. The distributional impact of climate change on rich and poor countries. **Environment and Development Economics**, v. 11, n. 2, p. 159-178, 2006.

MIJIYAWA, A. G. Does foreign direct investment promote exports? Evidence from African countries. **The World Economy**, v. 40, n. 9, p. 1934-1957, 2017.

MOSLEY, L. Workers' rights in open economies: Global production and domestic institutions in the developing world. **Comparative Political Studies**, v. 41, n. 4-5, p. 674-714, 2008.

NAIR-REICHERT, U.; WEINHOLD, D. Causality tests for cross-country panels: a New look at FDI and economic growth in developing countries. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v. 63, n. 2, p. 153-171, 2001.

NAM, H. J.; RYU, D. FDI and human development: The role of governance, ODA, and national competitiveness. **Journal of International Financial Markets, Institutions and Money**, v. 85, 101769, 2023.

NARULA, K. 'Sustainable Investing' via the FDI route for sustainable development. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 37, p. 15-30, 2012.

NARULA, R. Innovation systems and 'Inertia' in R&D location: Norwegian firms and the role of systemic lock-in. **Research Policy**, v. 31, n. 5, p. 795-816, 2002.

NARULA, R.; DUNNING, J. H. Industrial development, globalization and multinational enterprises: new realities for developing countries. **Oxford Development Studies**, v. 28, n. 2, p. 141-167, 2000.

NEKMAHMUD, M.; FEKETE-FARKAS, M. Why not green marketing? Determinates of consumers' intention to green purchase decision in a new developing nation. **Sustainability**, v. 12, n. 19, 7880, 2020.

NEWMAN, C.; RAND, J.; TALBOT, T.; TARP, F. Technology transfers, foreign investment and productivity spillovers. **European Economic Review**, v. 76, p. 168-187, 2015.

NGUYEN, V. B. The difference in the FDI inflows–Income inequality relationship between developed and developing countries. **The Journal of International Trade & Economic Development**, v. 30, n. 8, p. 1123-1137, 2021.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLABI, A. G. et al. Assessment of the pre-combustion carbon capture contribution into sustainable development goals SDGs using novel indicators. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 153, 111710, 2022.

ONU. **SDG Progress Report 2016**. New York: United Nations, 2016.

OOSTENDORP, R. H. Globalization and the gender wage gap. **The World Bank Economic Review**, v. 23, n. 1, p. 141-161, 2009.

PALTHE, J. Regulative, normative, and cognitive elements of organizations: Implications for managing change. **Management and Organizational Studies**, v. 1, n. 2, p. 59-66, 2014.

PHILLIPS, N.; MIERES, F. The governance of forced labour in the global economy. **Globalizations**, v. 12, n. 2, p. 244-260, 2015.

QAMRUZZAMAN, M.; KARIM, S.; KOR, S. Does environmental degradation matter for poverty? Clarifying the nexus between FDI, environmental degradation, renewable energy, education, and poverty in Morocco and Tunisia. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 30, n. 18, p. 52872-52894, 2023.

RAMZAN, M.; SHENG, B.; FATIMA, S.; JIAO, Z. Impact of FDI on economic growth in developing countries: Role of human capital. **Seoul Journal of Economics**, v. 32, n. 3, 2019.

REITER, S. L.; STEENSMA, H. K. Human development and foreign direct investment in developing countries: the influence of FDI policy and corruption. **World Development**, v. 38, n. 12, p. 1678-1691, 2010.

REZK, H.; AMER, G.; FATHI, N.; SUN, S. The impact of FDI on income inequality in Egypt. **Economic Change and Restructuring**, v. 55, n. 3, p. 2011-2030, 2022.

RIOS-MORALES, R.; O'DONOVAN, D. Can the Latin American and Caribbean countries emulate the Irish model of FDI attraction? **CEPAL Review**, n. 88, p. 49-66, 2006.

RODRIK, D. Goodbye Washington consensus, hello Washington confusion? A review of the World Bank's economic growth in the 1990s: learning from a decade of reform. **Journal of Economic Literature**, v. 44, n. 4, p. 973-987, 2006.

ROODMAN, D. How to do xtabond2: An introduction to difference and system GMM in Stata. **The Stata Journal**, v. 9, n. 1, p. 86-136, 2009.

SACHS, J.; KROLL, C.; LAFORTUNE, G.; FULLER, G.; WOELM, F. The Decade of Action for the Sustainable Development Goals. **Sustainable Development Report 2021**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

SACHS, J. D.; LAFORTUNE, G.; FULLER, G.; DRUMM, E. Implementing the SDG Stimulus. **Sustainable Development Report 2023**. Paris: SDSN; Dublin: Dublin University Press, 2023.

SAHU, J. P. Does inflow of foreign direct investment stimulate economic growth? Evidence from developing countries. **Transnational Corporations Review**, v. 13, n. 4, p. 376-393, 2021.

SANA, S. S. Price competition between green and non green products under corporate social responsible firm. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 55, p. 102118, 2020.

SAPKOTA, P.; BASTOLA, U. Foreign direct investment, income, and environmental pollution in developing countries: Panel data analysis of Latin America. **Energy Economics**, v. 64, p. 206-212, 2017.

SAUVANT, K. P.; MANN, H. Making FDI more sustainable: Towards an indicative list of FDI sustainability characteristics. **The Journal of World Investment & Trade**, v. 20, n. 6, p. 916-952, 2019.

SCOTT, R. **Institutions and Organizations.** Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

SINGHANIA, M.; SAINI, N. Demystifying pollution haven hypothesis: Role of FDI. **Journal of Business Research**, v. 123, p. 516-528, 2021.

SONG, Y.; PARAMATI, S. R.; UMMALLA, M.; ZAKARI, A.; KUMMITHA, H. R. The effect of remittances and FDI inflows on income distribution in developing economies. **Economic Analysis and Policy**, v. 72, p. 255-267, 2021.

TEIXEIRA, A. A.; LOUREIRO, A. S. FDI, income inequality and poverty: a time series analysis of Portugal, 1973–2016. **Portuguese Economic Journal**, v. 18, n. 3, p. 203-249, 2019.

ULLAH, S.; ADAMS, K.; ADAMS, D.; ATTAH-BOAKYE, R. Multinational corporations and human rights violations in emerging economies: Does commitment to social and environmental responsibility matter?. **Journal of Environmental Management**, v. 280, p. 111689, 2021.

UNCTAD. **World Investment Report 2021**. 2021.

VAHTER, P.; MASSO, J. The contribution of multinationals to wage inequality: foreign ownership and the gender pay gap. **Review of World Economics**, v. 155, p. 105-148, 2019.

VAN TULDER, R.; RODRIGUES, S. B.; MIRZA, H.; SEXSMITH, K. The UN's sustainable development goals: Can multinational enterprises lead the decade of action?. **Journal of International Business Policy**, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2021.

VAN ZANTEN, J. A.; VAN TULDER, R. Multinational enterprises and the Sustainable Development Goals: An institutional approach to corporate engagement. **Journal of International Business Policy**, v. 1, n. 3, p. 208-233, 2018.

VOGLER, A. On (in-) secure grounds: how military forces interact with global environmental change. **Journal of Global Security Studies**, v. 9, n. 1, p. ogad026, 2024.

WANG, D. T.; GU, F. F.; DAVID, K. T.; YIM, C. K. B. When does FDI matter? The roles of local institutions and ethnic origins of FDI. **International Business Review**, v. 22, n. 2, p. 450-465, 2013.

WANG, Z.; BUI, Q.; ZHANG, B. The relationship between biomass energy consumption and human development: Empirical evidence from BRICS countries. **Energy**, v. 194, p. 116906, 2020.

WENDLING, Z. A.; JACOB, M.; ESTY, D. C.; EMERSON, J. W. Explaining environmental performance: Insights for progress on sustainability. **Environmental Development**, v. 44, p. 100741, 2022.

WIJEWEERA, A.; VILLANO, R.; DOLLERY, B. Economic growth and FDI inflows: A stochastic frontier analysis. **The Journal of Developing Areas**, p. 143-158, 2010.

WINT, A. G.; WILLIAMS, D. A. Attracting FDI to developing countries: A changing role for government?. **International Journal of Public Sector Management**, v. 15, n. 5, p. 361-374, 2002.

XIE, Q.; WANG, X.; CONG, X. How does foreign direct investment affect CO2 emissions in emerging countries? New findings from a nonlinear panel analysis. **Journal of Cleaner Production**, v. 249, p. 119422, 2020.

YU, X.; LI, Y. Effect of environmental regulation policy tools on the quality of foreign direct investment: An empirical study of China. **Journal of Cleaner Production**, v. 270, p. 122346, 2020.

ZAPATA-CANTÚ, L.; GONZÁLEZ, F. Challenges for innovation and sustainable development in Latin America: the significance of institutions and human capital. **Sustainability**, v. 13, n. 7, p. 4077, 2021.

ZAWISLAK, P. A.; TELLO-GAMARRA, J.; FRACASSO, E. M.; CASTELLANOS, O. Innovation beyond technology: perspectives from Latin America. **Academia Revista Latinoamericana de Administración**, v. 30, n. 4, p. 434-443, 2017.

ZHANG, K. H. Does foreign direct investment promote economic growth? Evidence from East Asia and Latin America. **Contemporary Economic Policy**, v. 19, n. 2, p. 175-185, 2001.

ZHANG, L. The knowledge spillover effects of FDI on the productivity and efficiency of research activities in China. **China Economic Review**, v. 42, p. 1-14, 2017.

ZHANG, W.; LI, G.; UDDIN, M. K.; GUO, S. Environmental regulation, foreign investment behavior, and carbon emissions for 30 provinces in China. **Journal of Cleaner Production**, v. 248, p. 119208, 2020.

ARTIGO 3 – COMPROMISSO DE MULTINACIONAIS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ECONOMIAS EMERGENTES: O PAPEL DA GOVERNANÇA CORPORATIVA E DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Resumo

Este estudo se baseia na visão institucional da teoria da legitimidade para analisar o impacto da estrutura de governança corporativa de empresas multinacionais (EMNs) atuantes na América Latina e da governança institucional do país de origem no compromisso com o desenvolvimento sustentável. Especificamente, investigou-se como o compromisso das EMNs com o desenvolvimento sustentável é impactado: (1) pelo tamanho e independência dos conselhos administrativos; e (2) pelos indicadores de governança institucional do país de origem. A amostra de pesquisa é composta por EMNs atuantes em países latino-americanos que divulgaram relatórios de sustentabilidade entre os anos de 2018 e 2022. Para análise dos dados foi adotada uma metodologia quantitativa baseada na regressão de dados em painel dinâmico por meio do Método dos Momentos Generalizados Sistêmico (*System* GMM). Os resultados indicaram a existência de uma relação significativa negativa entre o tamanho do conselho de administração e o compromisso sustentável, e uma relação não significativa da independência do conselho com o compromisso sustentável. Em relação à governança institucional do país de origem e o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a relação encontrada foi significativa e negativa. Esses resultados mostram que características da governança corporativa das EMNs e da governança institucional do país de origem podem variar contextualmente, especialmente em países hospedeiros de economia emergente, e são relevantes para a compreensão do papel das EMNs no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Palavras-chave: relatórios de sustentabilidade; empresas multinacionais; governança corporativa; mercados emergentes.

1. INTRODUÇÃO

A teoria dos negócios internacionais destaca que ao se internacionalizarem as empresas necessitam superar as "desvantagens de estrangeiro" (Zaheer, 1995), que estão associadas aos diferentes padrões no julgamento das empresas multinacionais (EMNs) em relação às empresas domésticas (Kostova; Zaheer, 1999). A obtenção de legitimidade é, nesse cenário, uma das principais preocupações das EMNs para manter uma boa reputação em seus países hospedeiros (Kuswantoro; Sholihin; Djajadikerta, 2022) e provém da aceitação social das empresas e suas atividades, sendo um recurso de grande importância para a manutenção de um negócio (Delgado-Márquez; Pedauga, 2017; Deegan, 2018). Diante de ameaças de legitimidade as EMNs adotam melhores práticas sociais, ambientais e financeiras que vão além de seus interesses econômicos diretos (Park; Chidlow; Choi, 2014; Duque-Grisales; Aguilera-Caracuel, 2021). Tais práticas, divulgadas em relatórios de sustentabilidade, têm o objetivo de lidar com as demandas dinâmicas e complexas dos variados grupos de *stakeholders* aos quais as EMNs estão expostas (Delgado-Márquez; Pedauga, 2017; Tashman; Marano; Kostova, 2019; Maksimov; Wang; Yan, 2022).

Com a adoção da Agenda 2030, que abrange 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pela Organização das Nações Unidas (ONU) e seus Estados-Membros em 2015, tem sido verificada uma tendência crescente entre as empresas de mencionar os ODS em seus relatórios de sustentabilidade (Curtó-Pagès et al., 2021). As empresas têm demonstrado interesse nos ODS como uma estrutura comum que elas adotam para demonstrar os impactos sociais, ambientais e econômicos mais amplos de suas operações (De Villiers; Kuruppu; Dissanayake, 2021). A Agenda 2030 destaca a importância do estabelecimento de parcerias que mobilizem todos os recursos disponíveis dos governos, sociedade civil, e setor privado. As EMNs são particularmente importantes uma vez que mantêm operações em diferentes países (Kiefner; Mohr; Schumacher, 2022), podendo atuar como agentes estratégicos para alcançar os ODS ao redor do globo (Van Tulder et al., 2021). Entretanto, como o envolvimento corporativo nos ODS é um fenômeno novo, estudos empíricos ainda são escassos e dispersos, e existem poucas evidências sobre as circunstâncias em que as empresas buscam se associar aos ODS (Van der Waal; Thijssens, 2020).

A boa governança corporativa tem sido associada a um desempenho sustentável satisfatório, uma vez que o processo de tomada de decisões estratégicas das empresas é baseado em sua estrutura de governança corporativa (Maier, 2005). Estudos indicam que as características da governança corporativa influenciam o envolvimento em ações de

responsabilidade social, e a qualidade da divulgação de relatórios de sustentabilidade (Jizi, 2017; Chams; García-Blandón, 2019; Pizzi; Rosati; Venturelli, 2021). Entretanto, a governança corporativa não surge no vácuo (Jones; Pollitt, 2004), podendo estar associada ao ambiente institucional do país de origem, e ao ambiente institucional do país hospedeiro (Schwab, 2017; Khan; Al-Jabri; Saif, 2021). Nesse sentido, a teoria institucional explora como formas organizacionais específicas são adotadas para trazer legitimidade a uma organização (Deegan, 2018).

As divulgações de relatórios de sustentabilidade são comparáveis a um sistema socialmente construído de valores e crenças, e a conformidade institucional é um meio pelo qual os gerentes corporativos podem manter a legitimidade organizacional (Chelli; Durocher; Richard, 2014). De acordo com a visão institucional da teoria da legitimidade, a necessidade de atuar conforme o ambiente institucional pode ser alinhada à oportunidade de aumentar suas vantagens competitivas (Chelli; Durocher; Richard, 2014). O ambiente institucional desempenha um papel central ao incentivar as empresas a investirem na transição para modelos de negócios mais sustentáveis, o que representa um passo crucial para a consecução dos ODS (Pizzi; Rosati; Venturelli, 2021; Van Zanten; Van Tulder, 2018). Este artigo segue essa abordagem teórica, considerando que a contribuição para o desenvolvimento sustentável está ligada à busca por legitimidade institucional.

Em seus processos de internacionalização, a legitimidade de EMNs de países de economias emergentes é mais frequentemente questionada, por parte de *stakeholders* globais, devido aos problemas institucionais em seus países de origem (Doh et al., 2017; Tashman; Marano; Kostova, 2019). Por outro lado, o ambiente institucional do país de origem das EMNs de economias desenvolvidas é considerado um ativo importante na obtenção de legitimidade no país hospedeiro (Jung; Lee, 2018; Liou; Rao-Nicholson, 2021). Contudo, na busca por atrair EMNs de economias desenvolvidas, visando externalidades positivas, muitos países de economia emergente abrem, propositadamente, lacunas regulatórias (Narula; Dunning, 2000; Phillips; Mieres, 2015) que concedem margem para ações exploratórias por parte dessas EMNs, como a utilização de trabalho forçado (García-Alaminos et al., 2021), o deslocamento de produtores locais (Agosin; Machado, 2005), a criação de dependência tecnológica e econômica (Pavlínek, 2018), e a exploração desenfreada de recursos naturais (Alvarado; Iñiguez; Ponce, 2017), que perpetuam problemas econômicos, ambientais e sociais. Em vista disso, é questionável até que ponto o ambiente institucional do país de origem influencia a conduta de

EMNs em país hospedeiros de economia menos desenvolvida, e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Ante o exposto, este artigo tem como objetivo analisar o impacto da estrutura de governança corporativa de EMNs atuantes na América Latina e da governança institucional do país de origem no compromisso com o desenvolvimento sustentável. Considerando a importância da divulgação de informações confiáveis para avaliar o real impacto das ações das empresas, pesquisadores têm relatado como um dos desafios, a mensuração da contribuição das EMNs para o alcance dos ODS (Kornieieva, 2020). Este artigo aborda essa lacuna ao mensurar a evolução das informações divulgadas em relatórios de sustentabilidade, de modo a verificar quais fatores influenciam as empresas a aumentarem seu engajamento em ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, reduzindo a geração de externalidades negativas, e aumentando a geração de externalidades positivas. A América Latina se mostra um contexto adequado para essa investigação quando considerado que os países da região enfrentam diversas dificuldades para o alcance dos ODS (Sachs et al., 2021), são predominantemente destino de investimento direto estrangeiro em setores de alto impacto socioambiental (Alvarado; Iñiguez; Ponce, 2017), e contam com ambientes institucionais que passaram por significativas reformas econômicas neoliberais que, no entanto, não foram acompanhadas por políticas sociais e ambientais adequadas (Goldfajn; Martínez; Valdés, 2021). Além disso, os países latino-americanos tendem a possuir uma baixa proteção aos direitos de acionistas minoritários e baixa orientação para *stakeholders* (Husted; Sousa-Filho, 2019). Todas essas características em conjunto fazem da América Latina um contexto único para a compreensão da relação entre a governança corporativa e a adoção de práticas sustentáveis pelas EMNs.

São três as contribuições principais deste estudo. Primeiramente, pesquisas anteriores sobre o comprometimento de EMNs com o desenvolvimento sustentável se concentraram em um número limitado de contextos geográficos. Este estudo aborda o contexto latino-americano, sendo relevante dado que as necessidades e expectativas dos *stakeholders* são contextuais (Lindman; Ranängen; Kauppila, 2020). Em segundo lugar, este estudo se propôs a desenvolver uma estrutura metodológica para avaliar o nível de compromisso das EMNs com o desenvolvimento, avançando a discussão da avaliação da qualidade dos relatórios de sustentabilidade, para a avaliação do progresso das informações divulgadas, buscando capturar possíveis avanços, estagnações ou retrocessos. Por fim, este estudo contribui com a literatura de negócios internacionais, ao aplicar a visão institucional da teoria da legitimidade para analisar o potencial de uma empresa em transferir as estruturas de governanças do país de

origem para um país hospedeiro (Jung; Lee, 2018). Dado que ainda existem poucas pesquisas focadas na sustentabilidade de EMNs analisando fatores como as características dos países de origem (Linnenluecke, 2022), esta análise pode contribuir para a discussão sobre como muitas EMNs, na tentativa de se esquivar de estruturas de governança mais robustas, buscam países hospedeiros com ambientes institucionais mais fracos (Lechner, 2018).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Visão institucional da teoria da legitimidade

A legitimidade é considerada um recurso estratégico que os gerentes das empresas buscam extrair de seu ambiente externo, fornecendo divulgação de suas ações sociais e ambientais simbólicas (Chelli; Durocher; Richard, 2014). Suchman (1995, p. 574) define a legitimidade como "uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições". Dado que as expectativas sociais mudam, a teoria da legitimidade sugere que as organizações devem se adaptar à essas mudanças ou sua sobrevivência será ameaçada ocasionando dificuldades na atração de capital, funcionários e clientes (Deegan, 2018).

A noção de um "contrato social" é central na teoria da legitimidade, sendo usada para descrever o conjunto de expectativas que uma sociedade possui sobre como uma organização deve conduzir suas operações (Deegan, 2018). Assim, espera-se que as organizações "cumpram" os termos (expectativas) incorporados no contrato social (Deegan, 2018). Contudo, Schuman (1995) argumenta que ocasionalmente, uma organização pode se afastar das normas sociais, mas manter a legitimidade. Para o autor isso pode acontecer pois a legitimidade é possuída objetivamente, mas criada subjetivamente, representando a visão que uma sociedade possui em relação àquela organização. Dessa forma, uma organização pode divergir das normas sociais, mas manter a legitimidade porque essa divergência passa despercebida (Schuman, 1995).

Suchman (1995) argumenta que a legitimidade organizacional pode ser vista por meio de abordagens institucionais e estratégicas. Segundo o autor, a abordagem institucional enfatiza as maneiras pelas quais as dinâmicas de estruturação geram pressões que transcendem o controle intencional das organizações. Já a abordagem estratégica enfatiza as maneiras pelas quais as organizações manipulam e implantam símbolos buscando apoio social. Entretanto, para Chelli, Durocher e Richard (2014) as visões estratégicas e institucionais da legitimidade não

são mutuamente exclusivas uma vez que as organizações enfrentam desafios estratégicos e pressões institucionais simultaneamente. Nesse contexto, as empresas podem lançar mão de estratégias – como a divulgação de relatórios não-financeiros – para a obtenção de legitimidade institucional.

Para DiMaggio e Powell (1983), o conceito de isomorfismo institucional é uma ferramenta útil para entender práticas e protocolos que permeiam boa parte da vida organizacional, incluindo a busca por legitimidade. De acordo com os autores, o isomorfismo institucional ocorre por meio de três mecanismos: 1) isomorfismo coercitivo, que decorre de pressões formais, como leis e regulamentos; 2) isomorfismo mimético, que resulta de respostas padronizadas à incerteza, como a imitação de estratégias de concorrentes; e 3) isomorfismo normativo, que está associado a pressões de redes profissionais, como ONGs e a mídia de notícias (DiMaggio; Powell, 1983; Zhang; Pan; Janardhanan, 2022). Por conseguinte, a obtenção de legitimidade organizacional perpassa a conformidade com mecanismos institucionais coercitivos, miméticos ou normativos. Um exemplo da adoção e difusão de práticas semelhantes entre empresas que resultam de pressões isomórficas é a divulgação de relatórios de sustentabilidade e a adoção de práticas de responsabilidade social corporativa (Arena; Azzone; Mapelli, 2018).

Conforme Deegan (2018), a teoria da legitimidade está interligada à teoria institucional. Enquanto a teoria da legitimidade discute como as estratégias de divulgação específicas podem ser realizadas para ganhar, manter ou recuperar a legitimidade, a teoria institucional analisa em um nível mais amplo, como obter legitimidade por meio da adoção de formas organizacionais (Deegan, 2018). Considerando que um dos pilares da teoria institucional são as forças que operam dentro de uma sociedade que provocam as estruturas organizacionais a se tornarem parecidas, Deegan (2018) argumenta que a falha em seguir essas mesmas estruturas pode criar problemas de legitimidade para as organizações. A visão institucional da teoria da legitimidade, segundo Chelli, Durocher e Richard (2014), assume que as normas e crenças sociais interpenetram as organizações e que a conformidade com essas crenças institucionais confere legitimidade e sobrevivência. Posto de outra forma, a visão institucional da teoria da legitimidade ilustra a maneira como uma empresa pode gerenciar estrategicamente seus comportamentos de resposta para obter um senso de legitimidade mais institucionalmente definido (Kuruppu; Milne; Tilt, 2019).

As EMNs, especialmente, sofrem com questões de legitimidade por atuarem em diferentes contextos institucionais, e estarem sujeitas às “desvantagens de estrangeiro” (Zaheer,

1995). As desvantagens de ser estrangeiro surgem do desconhecimento, riscos relacionais e discriminatórios que EMNs podem enfrentar ao fazer negócios no exterior, e que geram custos sociais adicionais, em relação aos custos enfrentados por empresas locais dos países hospedeiros (Eden; Miller, 2004). As EMNs utilizam diferentes estratégias para superar as desvantagens de ser estrangeiro como, por exemplo, a escolha da entrada em locais com empresas semelhantes, e atuantes na mesma indústria, visando efeitos de aglomeração devido à proximidade (Head; Ries; Swenson, 1995), ou o estabelecimento de *joint ventures* com empresas locais (Chen; Griffith; Hu, 2006). Recentemente a literatura aponta também que para superar as desvantagens de estrangeiro, as EMNs têm focado em estratégias proativas, criando externalidades positivas, ou atenuando externalidades negativas (Crilly; Ni; Jiang, 2016). As EMNs têm buscado, por exemplo, maior envolvimento em ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, se comprometendo com os ODS (Campbell; Eden; Miller, 2012; DasGupta; Kumar; Pathak, 2022).

3. HIPÓTESES E MODELO CONCEITUAL

As principais decisões estratégicas das empresas são tomadas com base em sua estrutura de governança corporativa, que abrange leis, regulamentos, regras e práticas voluntárias, que permitem a atração de capital, uma atuação eficiente, a geração de lucro, e o cumprimento de obrigações legais e de expectativas sociais (Maier, 2005). A governança corporativa, para os acionistas, pode proporcionar maior confiança de um retorno equitativo de seu investimento; e para os *stakeholders*, pode garantir que a empresa gerencie seu impacto no meio ambiente e na sociedade de maneira responsável (Maier, 2005). Frente às demandas de diferentes grupos de *stakeholders* pelo comprometimento das empresas com o desenvolvimento sustentável, a eficácia das estruturas de governança corporativa tem sido associada a um desempenho sustentável satisfatório, incluindo o envolvimento em ações de responsabilidade social, e a divulgação de relatórios de sustentabilidade de qualidade (Jizi, 2017; Chams; García-Blandón, 2019; Pizzi; Rosati; Venturelli, 2021).

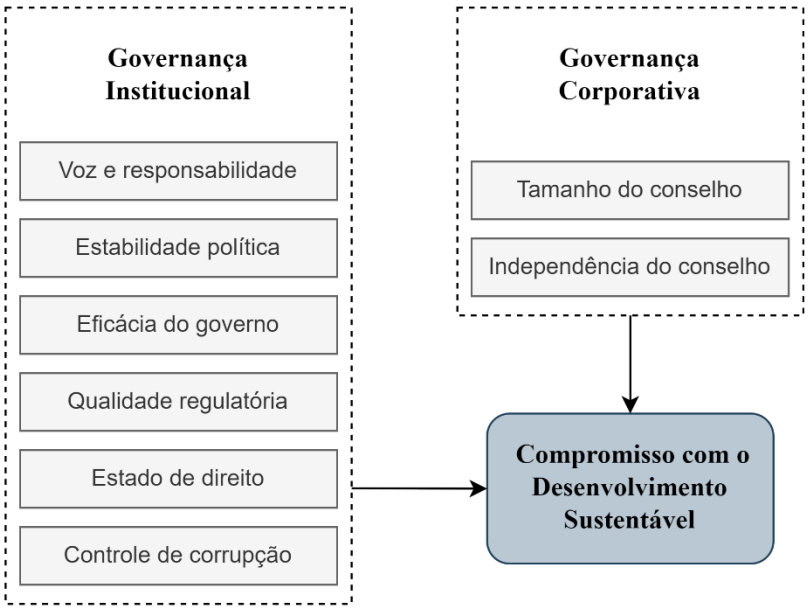
A governança corporativa é um reflexo do ambiente institucional no qual as empresas estão inseridas (Jones; Pollitt, 2004). O ambiente institucional determina padrões contábeis, de relatórios e de transparência que são fundamentais para impedir fraudes e má administração, garantir uma boa governança e manter a confiança dos investidores e dos consumidores (Schwab, 2017). Logo, a implementação de estruturas de governança eficazes pode ser facilitada pela existência de regras e regulamentos que promovam a transparência corporativa

em âmbito nacional (Khan; Al-Jabri; Saif, 2021). Com base nessas perspectivas, neste artigo são analisados indicadores da governança corporativa das EMNs e da governança institucional do país de origem que possam influenciar o compromisso com o desenvolvimento sustentável de EMNs atuantes na América Latina.

A pesquisa de governança corporativa concentra-se no estudo do poder e influência sobre a tomada de decisões dentro da empresa (Aguilera; Jackson, 2010), sendo que o conselho de administração desempenha um papel estratégico essencial nas EMNs (Duque-Grisales; Aguilera-Caracuel, 2021). Isto posto, as características do conselho de administração potencialmente influenciam no comportamento das EMNs em relação ao desenvolvimento sustentável. Já a governança do país, leva em conta o contexto institucional em que as práticas empresariais emergem (Jones; Pollitt, 2004; Agyei et al., 2022). Em se tratando de EMNs, o ambiente institucional do país de origem exerce grande influência na forma como as operações globais são conduzidas. Nesse sentido, a governança institucional do país de origem das EMNs pode estar relacionada ao nível de compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável.

A Figura 7 apresenta o modelo conceitual de pesquisa que fundamenta as hipóteses.

Figura 7 – Modelo conceitual de pesquisa.



Fonte: elaborado pela autora.

3.1. Governança corporativa

A governança corporativa além de representar a estrutura pela qual as empresas são direcionadas e controladas, também define um conjunto de relacionamentos entre a gerência de uma empresa, seu conselho, seus acionistas e demais *stakeholders* (Maier, 2005). Dado que todas as principais decisões operacionais ou estratégicas de grandes empresas devem ser aprovadas pelo conselho de administração (Kassinis; VaFeas, 2002), estruturas de governança relacionadas aos conselhos de administração como tamanho, independência, diversidade de gênero, e frequência de reuniões desempenham um papel importante nas boas práticas de responsabilidade social corporativa (Disli; Yilmaz; Mohamed, 2022; Frias-Aceituno; Rodriguez-Ariza; Garcia-Sanchez, 2013). Tais estruturas sinalizam a intenção de ser responsável e comprometido com a sustentabilidade (Hahn; Kühnen, 2013), por exemplo, por meio da inclusão de políticas de envolvimento dos *stakeholders*, e a implementação de processos gerenciais transparentes (Frias-Aceituno; Rodriguez-Ariza; Garcia-Sanchez, 2013).

O papel e eficácia da governança corporativa pode variar conforme os contextos institucionais nos quais as empresas estão inseridas (Disli; Yilmaz; Mohamed, 2022). Assim sendo, o ambiente institucional de economias emergentes pode não ser favorável à implementação dos modelos de governança corporativa de economias desenvolvidas. Problemas como a corrupção, interferência política e domínio familiar são particularmente significativos em economias emergentes (Uddin; Choudhury, 2008). Em tais contextos, os conselhos de administração das empresas desempenham um papel significativo no atendimento aos interesses das famílias ou do governo (Simpson, 2014; Thompson; Alleyne, 2023; Uddin; Choudhury, 2008), e os direitos de acionistas minoritários podem ser preteridos, frente aos objetivos de governança do acionista dominante (Husted; Sousa-Filho, 2019).

Tamanho do conselho de administração

Nas empresas contemporâneas, o papel tradicional dos conselhos administrativos – atender apenas os interesses dos acionistas – deu espaço para a necessidade dos diretores de equilibrar melhor os interesses dos *stakeholders* na tomada de decisões econômicas, que muitas vezes são apenas indiretamente em favor dos interesses dos acionistas (Waring, 2008). Nesse novo cenário, o papel dos conselhos administrativos envolve, portanto, enfrentar as preocupações emergentes em relação ao desenvolvimento sustentável (Chams; García-Blandón, 2019). O tamanho do conselho é referente ao número de diretores que são membros do conselho (Husted; Souza-Filho, 2019), que tem sido associado às decisões que impactam as

práticas de sustentabilidade das empresas. Contudo, não há um consenso claro na literatura existente sobre a relação entre o tamanho do conselho e a sustentabilidade empresarial (Hussain; Rigoni; Orij, 2018).

Conselhos de administração maiores são normalmente percebidos como um grupo diversificado, que normalmente se inclina às preocupações dos *stakeholders* (Chams; García-Blandón, 2019). Resultados empíricos de alguns estudos revelam uma correlação positiva entre o tamanho do conselho administrativo e ações de sustentabilidade. Ntim e Soobaroyen (2013), considerando uma visão de busca por legitimidade, indicam que conselhos maiores podem ser uma forma de melhorar a reputação e a imagem corporativas, visto que as empresas com conselhos administrativos maiores tendem a buscar uma agenda mais socialmente responsável. Frias-Aceituno, Rodriguez-Ariza e Garcia-Sanchez (2013) mostram que empresas com conselhos administrativos maiores têm maior tendência em divulgar relatórios de sustentabilidade. Segundo esses autores, o aporte de diretores com diferentes tipos de especialização, e uma variedade maior de pontos de vista, para a elaboração de relatórios não financeiros, é mais comum em conselhos maiores. E os resultados obtidos por Chams e García-Blandón (2019) indicam que as empresas com conselhos maiores apresentam melhor desempenho sustentável.

Outros estudos apresentam resultados divergentes. Disli, Yilmaz e Mohamed (2022) não encontraram uma relação significativa do tamanho do conselho com desempenho de sustentabilidade, e indicaram uma relação negativa do tamanho do conselho com o desempenho de governança. Já Martínez-Ferrero e García-Sánchez (2017) indicam que a probabilidade de empresas realizarem auditoria de seus relatórios de sustentabilidade diminuiu com o tamanho do conselho, contudo essa relação se torna contrária com um número mínimo de cerca de 12 membros no conselho, sugerindo que conselhos muito grandes sejam contraproducentes para a tomada de decisões referentes à sustentabilidade. Conselhos muito grandes podem ser menos efetivos no monitoramento e controle da gerência, ocasionados por problemas de comunicação que prejudicam o processo de tomada de decisões (Hussain; Rigoni; Orij, 2018).

Não obstante, no contexto latino-americano, Husted e Sousa-Filho (2019), enfatizam a predominância de empresas familiares e a baixa orientação para *stakeholders* da região, indicando que as empresas e a lei estão geralmente mais preocupadas com os acionistas do que com outros *stakeholders*. Nesse sentido, os autores argumentam que os conselhos de administração maiores trazem perspectivas mais amplas na tomada de decisões, exigindo maior debate e negociação, o que beneficia o desempenho sustentável das empresas que atuam na

América Latina. Dessa forma, neste estudo, espera-se que um maior número de diretores tenha um efeito positivo na contribuição das EMNs para o alcance dos ODS. Assim sendo, a seguinte hipótese é proposta:

> **Hipótese 1a:** O tamanho do conselho administrativo está positivamente relacionado ao nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável das multinacionais que atuam na América Latina.

Independência do conselho de administração

A independência do conselho está relacionada à presença de diretores não executivos, ou externos nos conselhos de administração (Frias-Aceituno; Rodriguez-Ariza; Garcia-Sanchez, 2013). De um modo geral, os diretores internos e externos têm valores, interesses e horizontes de tempo diferentes (Post; Rahman; Rubow, 2011). Os diretores internos são, usualmente, mais atenciosos do que os independentes para as metas de desempenho econômico de curto prazo (Post; Rahman; Rubow, 2011). Diretores externos, por sua vez, podem estar mais focados na proteção dos *stakeholders* e no retorno de longo prazo, sendo mais provável que esses diretores desenvolvam objetivos organizacionais além dos interesses financeiros, devido à ausência de uma relação monetária entre esses diretores e as empresas (Chams; García-Blandón, 2019; Pizzi; Rosati; Venturelli, 2021).

Algumas pesquisas indicam uma relação de não significância entre a independência do conselho e ações sustentáveis (e.g. Benomran et al., 2015; Walls; Berrone, 2017). Outra possibilidade, identificada na América Latina, são situações em que membros independentes não seriam considerados independentes pelos padrões de economias desenvolvidas, o que pode torná-los menos eficazes no monitoramento das decisões tomadas pelos gestores (Lefort, 2005; Sáenz González; García-Meca; 2014; Santiago-Castro; Baek, 2004). Entretanto, de modo geral, diretores independentes têm sido associados a um maior comprometimento com o desenvolvimento sustentável (e.g. Husted; Sousa-Filho, 2019). Pizzi, Rosati e Venturelli (2021), por exemplo, revelam que os diretores independentes desempenham um papel central no apoio e na defesa dos interesses dos *stakeholders* externos, e que a quantidade de membros independentes está associada à melhor qualidade das informações nos relatórios de sustentabilidade. Assim sendo, a seguinte hipótese é proposta:

> **Hipótese 1b:** A independência do conselho administrativo está positivamente relacionada ao nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável das multinacionais que atuam na América Latina.

3.2. Governança institucional do país de origem

A governança de um país pode ser definida como as tradições e instituições pelas quais a autoridade em um país é exercida, isso inclui os processos pelo quais os governos são eleitos, monitorados e substituídos; a capacidade do governo de formular e implementar efetivamente políticas sólidas; e o respeito dos cidadãos e do estado pelas instituições que governam as interações sociais e econômicas (Kaufmann; Kraay, 2023). Questões relacionadas à governança dos países passaram a ser discutidas na literatura acadêmica nos anos 1990, e se tornaram uma preocupação dos formuladores de políticas, reguladores, acadêmicos e investidores em todo o mundo (Ngobo; Fouda, 2012). Na literatura de negócios internacionais é amplamente reconhecido a importância da boa governança para a tomada de decisões estratégicas e para o desempenho das EMNs (Chang; Kao; Kuo, 2014; Globerman; Shapiro, 2002; Liou; Chao; Yang, 2016; Nippa; Patnaik; Taussig, 2021). Mais recentemente, a boa governança também tem sido considerada essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável (Adikpo; Usman, 2023; Alsaleh; Abdul-Rahim; Abdulwakil, 2021; Ofori et al., 2023).

Neste artigo a governança institucional dos países é dada pelos seis indicadores de governança mundial (*Worldwide Governance Indicators)*: voz e responsabilidade, estabilidade política e ausência de violência, eficácia do governo, qualidade regulatória, estado de direito e controle de corrupção. Conforme Kaufmann e Kraay (2023), cada um desses indicadores representa diferentes características institucionais dos países. A voz e responsabilidade captura percepções da extensão em que os cidadãos de um país podem participar da seleção de seu governo, bem como da liberdade de expressão, da liberdade de associação e de uma mídia livre. A estabilidade política e a ausência de violência capturam as percepções da probabilidade de o governo ser desestabilizado ou derrubado por meios inconstitucionais e violentos, incluindo violência doméstica e terrorismo. A eficácia do governo captura percepções da qualidade dos serviços públicos e do grau de sua independência das pressões políticas, e da qualidade da formulação e implementação de políticas e a credibilidade do compromisso do governo com essas políticas. A qualidade regulatória captura percepções da capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitam e promovem o desenvolvimento do setor privado. O estado de direito captura percepções da extensão em que os agentes respeitam as regras da sociedade, e têm confiança na aplicação de contratos, em direitos de propriedade, na polícia e no sistema judiciário, bem como a probabilidade de crime e violência. O controle da corrupção captura percepções da extensão em que o poder público é

exercido para ganho privado, incluindo formas de corrupção maiores e menores, bem como a manipulação do estado por elites e interesses privados.

O engajamento de empresas em boas práticas econômicas, sociais e ambientais é uma das formas pelas quais a governança institucional impulsiona o desenvolvimento sustentável. Segundo Kiliç; Uyar; Karaman (2019), países com ambientes de governança mais fortes possuem mais incentivos para que empresas divulguem relatórios de sustentabilidade como resposta às demandas por transparência e prestação de contas. Corroborando esse argumento, Orazalin e Mahmood (2021), utilizando dados de empresas europeias que operam em 22 países, sendo 21 deles economias desenvolvidas, mostram que as diferenças nos mecanismos institucionais nacionais como a eficácia do governo, a qualidade regulatória e o estado de direito, explicam a variação no desempenho ambiental das empresas analisadas. Para os autores, mecanismos eficazes de governança nacional contribuem para o desenvolvimento de práticas sólidas de sustentabilidade. Por outro lado, a falta de suporte institucional para tornar iniciativas de sustentabilidade mais visíveis, o que ocorre em muitas economias emergentes e em desenvolvimento, é relacionada às maiores dificuldades de implementação de iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável (Duque-Grisales; Aguilera-Caracuel, 2021).

Nesse cenário, alguns estudos sugerem que a boa governança institucional do país de origem possa ser transferida para um país hospedeiro, como um tipo de vantagem específica da firma (Jung; Lee, 2018). Mooneeapen, Abhayawansa e Mamode Khan (2022) encontraram evidências de que EMNs trabalham proativamente para alcançar a sustentabilidade em países onde o cenário de governança do país é ineficaz e inadequado para viabilizá-la. Isto é, os autores indicam que as EMNs podem ajudar a aliviar problemas sociais e ambientais, especialmente em países mais instáveis politicamente. Em contrapartida, Anderson (2021) indica que EMNs de economias desenvolvidas tendem a se comportar de maneira mais irresponsável em questões ambientais e sociais em países hospedeiros de economia emergente do que em seus países de origem, enquanto as EMNs de economias emergentes se comportam de forma mais responsável quando operam em mercados desenvolvidos.

Efetivamente, estudos têm mostrado o envolvimento de EMNs de economias desenvolvidas adotando práticas econômicas, ambientais e sociais nocivas em países hospedeiros de economia emergente (Agosin; Machado, 2005; Nam; Ryu, 2023; Pavlínek, 2018; Singhania; Saini, 2021). Isso ocorre especialmente quando EMNs de economias desenvolvidas buscam países hospedeiros com problemas institucionais para se esquivar de regulamentações socioambientais mais rígidas em seus países de origem (Lechner, 2018;

Narula; Dunning, 2000; Phillips; Mieres, 2015). Consequentemente, os fluxos de investimento direto estrangeiro para economias emergentes estão concentrados em setores voltados à extração de recursos naturais, com más condições de trabalho, e indústrias e fases de produção com geração de renda relativamente baixa (Alvarado; Iñiguez; Ponce, 2017; García-Alaminos et al., 2021).

Em linha com os argumentos apresentados, pode-se esperar que as EMNs com origem em países com melhores indicadores de governança institucional tenham menor probabilidade de se comprometer com práticas sustentáveis em países hospedeiros de economia emergente, como é o caso dos países latino-americanos. Assim sendo, a seguinte hipótese é proposta:

> **Hipótese 2:** A governança institucional do país de origem está negativamente relacionada ao nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável das multinacionais que atuam na América Latina.

4. METODOLOGIA

4.1. Amostra de pesquisa e coleta de dados

Para a seleção da amostra de pesquisa deste estudo foram consideradas apenas EMNs atuantes na América Latina incluídas no ranking *500 Mayores Empresas de América Latina*, divulgado anualmente pela revista *América Economía*. A classificação deste ranking é feita com base nas vendas (em milhões de dólares) de empresas que mantenham operações em algum país latino-americano, portanto, inclui também empresas domésticas, e não apenas EMNs. Dessa forma, foram selecionadas apenas EMNs, tomando como base os rankings de 2021 e 2022. A amostra final de pesquisa é composta por 50 EMNs, com origem em 15 países diferentes: Argentina, Bélgica, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Países Baixos, Peru e Suécia. Para as EMNs com origem em países fora da América Latina, foram selecionados os relatórios de sustentabilidade voltados aos países latino-americanos em que atuam. A Tabela 10 apresenta a relação das EMNs e os países de origem, ou o país em que está localizada a matriz – nos casos de EMNs com origem em dois ou mais países –, e o número de países em que as EMNs possuem subsidiárias. O mapa da Figura 8 mostra os países hospedeiros das EMNs que compõem a amostra, e quantas das 50 EMNs estão localizadas em cada um.

Tabela 10 - Países de origem das EMNs e quantidade de países hospedeiros na América Latina.

País de origem	Empresa	Países hospedeiros	Empresa	Países hospedeiros
Argentina	Mercado Livre	6	Ternium	5
	Tenaris	4	YPF	4
Bélgica	Ambev	9		
Brasil	Braskem	2	Marfrig	6
	BRF	2	Natura	7
	CSN	1	Petrobras	3
	Iochpe-Maxion	4	Suzano	1
	Itaú	6	Vale	4
	JBS	4	Votorantim	4
Chile	Arauco	4	Falabella	6
	Cencosud	3	Latam	6
	Copec	9	SQM	4
Colômbia	Ecopetrol	3	Grupo Argos	3
Espanha	Iberdrola	2	Telefônica	9
	Santander	6		
Estados Unidos	Bunge	2	Walmart	9
	General Motors	8	Whirlpool	1
França	Carrefour	3	Engie	6
	Casino	4	Renault	3
Itália	Enel	9	Telecom Italia	3
Japão	Honda	3		
Luxemburgo	ArcelorMittal	10		
México	América Móvil	10	Grupo México	3
	Cemex	8	Nemak	1
	Grupo Bimbo	3	Orbia	6
Países Baixos	Stellantis	3		
Peru	Alicorp	3	Ferreycorp	6
Suécia	Electrolux	3		

Fonte: elaborado pela autora.

As 50 EMNs selecionadas divulgaram relatórios independentes de sustentabilidade entre anos de 2017 a 2022. As tendências de divulgação de relatórios de sustentabilidade têm se modificado continuamente no decorrer dos anos. Na década de 1970, os relatórios financeiros tradicionais nos países ocidentais às vezes eram complementados por relatórios sociais adicionais; na década de 1980, o foco mudou para questões ambientais, como poluição e geração de resíduos, muitas vezes substituindo os relatórios sociais anteriores; a partir do final da década de 1990, os relatórios passaram a considerar cada vez mais a dimensão social e ambiental simultaneamente em um único relatório, à parte dos relatórios financeiros tradicionais (Hahn; Kühnen, 2013). Dentro da tendência atual, a adoção de estruturas comuns de divulgação, como o padrão *Global Reporting Index* (GRI), e a incorporação dos ODS

constituíram um marco importante, tanto para a prática quanto para a pesquisa envolvendo os relatórios de sustentabilidade (Sardianou et al., 2021). Dessa forma, optou-se por analisar apenas os relatórios que adotem os padrões do GRI devido ao maior número de empresas que os utilizam (Pizzi; Rosati; Venturelli, 2020), o que possibilita a comparação entre as empresas. Além disso, o padrão GRI é uma das estruturas de avaliação de relatórios mais amplamente reconhecidas, fornecendo as orientações mais robustas para realizar uma análise de materialidade da sustentabilidade (Whitehead, 2017).

Figura 8 – Mapa dos países hospedeiros.

Legenda: os números representam a quantidade de EMNs da amostra presentes em cada país= Argentina: 34; Bolívia: 5; Brasil: 42; Chile: 20; Colômbia: 23; Costa Rica: 3; El Salvador: 3; Equador: 7; Guatemala: 7; Haiti: 1; Honduras: 3; México: 23; Nicarágua: 3; Panamá: 9; Paraguai: 6; Peru: 16; República Dominicana: 3; Uruguai: 13; Venezuela: 2.
Fonte: elaborado pela autora.

Para a coleta de dados dos relatórios sustentabilidade foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, seguindo estudos anteriores sobre relatórios não financeiros (Nikolaou; Tsalis, 2013; Pizzi; Rosati; Venturelli, 2020; Kuswantoro; Sholihin; Djajadikerta, 2022). A análise de conteúdo pode ser definida como qualquer mensuração metodológica aplicada ao texto (ou outros materiais simbólicos) para fins de ciências sociais (Shapiro; Markoff, 1997). Essa definição pode ser dividida em duas abordagens: o registro estatístico do texto para avaliar seu conteúdo; e a interpretação do conteúdo para extrair significados e ideias subjacentes (Sauer; Seuring, 2017). Para este artigo foi adotada a primeira abordagem.

4.2. Variável dependente

A variável dependente é o nível de compromisso das EMNs com o alcance dos ODS. Para mensuração desse compromisso foi criada uma proxy chamada Índice de Compromisso Sustentável (ICS). Para a construção desta variável foi adotado um sistema de mensuração, baseado nos trabalhos de Tsalis et al. (2020) e Pizzi, Rosati e Venturelli (2021), para quantificar o progresso das informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidade. Nos relatórios de sustentabilidade que adotam o padrão GRI, as informações são relatadas por meio de indicadores que cobrem questões relacionadas aos impactos econômicos, ambientais e sociais das operações empresariais (Tsalis et al., 2020). Os indicadores GRI foram utilizados para descrever aspectos específicos relacionados aos ODS 1–16, em uma iniciativa desenvolvida em conjunto pela GRI, ONU e Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável que introduziu o *SDG Compass* (Pizzi; Rosati; Venturelli, 2020). O ODS 17 não foi considerado por não possuir indicador equivalente no GRI (Pizzi; Rosati; Venturelli, 2020). Ademais, o ODS 17 é um ODS abrangente que cobre todos os ODS, de modo que sua quantificação pode ser difícil, se não impossível, por meio de relatórios corporativos e de sustentabilidade (Betti; Consolandi; Eccles, 2018; Sardianou et al., 2021). Para esta pesquisa foram selecionados 27 indicadores GRI, por serem os indicadores mais frequentemente relatados pelas empresas que compõem a amostra de pesquisa. A Tabela 11 apresenta esses 27 indicadores GRI selecionados para análise de acordo com os ODS, conforme a classificação de Pizzi, Rosati e Venturelli (2020), sendo que alguns indicadores são classificados dentro de mais de um ODS. E a Tabela 12 apresenta as variáveis utilizadas neste estudo.

Tabela 11 - Classificação dos indicadores GRI de acordo com os ODS.

ODS	Descrição	Indicadores GRI utilizados	Total de indicadores
ODS 1	Erradicação da pobreza	202-1; 203-2	2
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	413-2	1
ODS 3	Saúde e bem-estar	203-2; 305-1; 305-2; 305-3; 305-4; 306-3; 306-5	7
ODS 4	Educação de qualidade	404-1; 404-2	2
ODS 5	Igualdade de gênero	405-1; 405-2	2
ODS 6	Água potável e saneamento	303-3; 303-4; 306-3; 306-4	4
ODS 7	Energia limpa e acessível	302-1; 302-3; 302-4	3
ODS 8	Trabalho decente e crescimento econômico	201-1; 203-2; 204-1; 401-1; 401-3; 404-1; 404-2; 404-3; 405-1; 405-2	10
ODS 9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	201-1; 203-1	2
ODS 10	Redução das desigualdades	401-1; 404-1; 404-2; 404-3; 405-2	5
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	203-1	1
ODS 12	Consumo e produção responsáveis	301-1; 301-2; 302-1; 302-3; 303-3; 305-1; 305-2; 305-3; 306-3; 306-4; 417-1	11
ODS 13	Ação contra mudança global do clima	302-1; 302-3; 302-4; 305-1; 305-2; 305-3; 305-4; 305-5	8
ODS 14	Vida na água	305-1; 305-2; 305-3; 305-4; 305-5; 306-3; 306-4	7
ODS 15	Vida terrestre	305-1; 305-2; 305-3; 305-4; 305-5; 306-3; 306-4	7
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	404-1	1
ODS 17	Parcerias e meios de implementação	-	0

Fonte: adaptado de Pizzi, Rosati eVenturelli (2021)

O primeiro passo para mensurar o ICS foi a avaliação de potenciais retrocessos, estagnações ou avanços nas informações fornecidas por meio de um relatório de sustentabilidade, em relação ao relatório do ano anterior, para cada indicador GRI. Por exemplo, foi verificado se, em relação ao ano anterior, houve implementação de novas políticas para redução de discriminação no ambiente de trabalho, redução do consumo de energia de fontes não renováveis, implementação de ações sociais voltadas aos *stakeholders* externos etc. Cada indicador relatado será ponderado usando um sistema de pontuação de 3 pontos: 0 pontos, quando identificados retrocessos nas informações fornecidas sobre um tópico de divulgação específico, em relação ao ano anterior, ou quando determinado indicador não for relatado; 1 ponto, quando não forem identificadas alterações nas informações fornecidas sobre um tópico de divulgação específico, em relação ao ano anterior; e 2 pontos, quando identificados avanços nas informações fornecidas sobre um tópico de divulgação específico, em relação ao ano anterior. Em seguida, para cada empresa, conforme a Equação 1, foi calculada a razão entre o somatório dos 27 indicadores ponderados e a pontuação máxima a ser obtida. Considerando o

sistema de ponderação de três pontos e o total de indicadores analisados (27), o total dos indicadores ponderados é 81. Logo, o ICS pode variar de 0 a 1.

$$\text{ICS} = \frac{\sum_{i=1}^{27} IndicadorPonderado_i}{Total\ dos\ Indicadores\ Ponderados} \quad (1)$$

Em que: *i* representa o número do indicador entres os 27 indicadores analisados.

Tabela 12 - Variáveis dependente, independentes e de controle.

Variável	Descrição e mensuração	Fonte
Índice de Compromisso Sustentável (ICS)	Captura o compromisso com o desenvolvimento sustentável por meio da análise da evolução das informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidade. É dado pela razão entre o somatório da ponderação dos indicadores GRI relatados e a pontuação máxima do total de indicadores analisados	Relatórios de sustentabilidade
Tamanho do conselho (COM)	Número de integrantes do conselho administrativo	
Independência do conselho (IND)	Razão entre o número de membros independentes que fazem parte do conselho administrativo e o número total de integrantes	
Governança institucional (IST)	Média dos seis indicadores de governança mundial: voz e responsabilidade; estabilidade política e ausência de violência; eficácia do governo; qualidade regulatória; estado de direito; e controle da corrupção	Banco Mundial
Tamanho da empresa (TAM)	Logaritmo natural dos ativos totais da empresa	Relatórios financeiros
Experiência na América Latina (EXP)	Número de anos de atuação da empresa em algum país latino-americano	-
Auditoria externa do relatório (AUD)	Variável binária que assume valor 1 se o relatório de sustentabilidade é auditado por uma das 4 grandes empresas (PWC, Deloitte, EY e KPMG), e valor 0 em caso contrário	Relatórios de sustentabilidade
Setor sensível (SET)	Variável binária que assume valor 1 se a empresa pertence a um setor sensível (alto impacto social ou ambiental), e valor 0 em caso contrário	-
COVID-19 (COV)	Variável binária que assume valor 1 para o ano 2020, quando foi deflagrada a pandemia de COVID-19, e valor 0 para os demais anos	-

Fonte: elaborado pela autora.

4.3. Variáveis independentes

As variáveis independentes relativas à governança da empresa são duas. A primeira variável é o tamanho do conselho administrativo, dada pela quantidade de membros do conselho (Disli; Yilmaz; Mohamed, 2022; Husted; Sousa-Filho, 2019; Martínez-Ferrero; García-Sánchez, 2017). A segunda variável é a independência do conselho, que descreve a

porcentagem de membros independentes que fazem parte do conselho administrativo (Chams; García-Blandón, 2019; Disli; Yilmaz; Mohamed, 2022; Husted; Sousa-Filho, 2019; Pizzi; Rosati; Venturelli, 2021). Ambas as variáveis foram coletadas dos relatórios de sustentabilidade.

A terceira variável independente é a governança institucional referente aos países de origem das EMNs. A boa governança é essencial para o desenvolvimento, e ajuda os países a melhorarem o crescimento econômico, a construir capital humano e fortalecer a coesão social (Kaufmann; Kraay, 2023). Essa variável é dada pela média dos seis indicadores de governança mundial (*Worldwide Governance Indicators*) desenvolvidos por Kaufmann e Kraay (2023) e disponibilizados pelo Banco Mundial. Os seis indicadores são: voz e responsabilidade; estabilidade política e ausência de violência; eficácia do governo; qualidade regulatória; estado de direito; e controle da corrupção. Considerando a alta correlação desses seis indicadores entre si, optou-se por combiná-los em uma única variável por meio de uma análise fatorial, que indicou a solução de um fator. As cargas fatoriais para todos os itens são superiores a 0,8. Os seis itens apresentam coeficiente alfa de Cronbach de 0,9.

4.4. Variáveis de controle

Foram selecionadas cinco variáveis de controle que, de acordo com a literatura, influenciam questões relacionadas ao desempenho sustentável de uma empresa. Cinco variáveis de controle compõem o modelo: tamanho da empresa, experiência na América Latina, auditoria externa do relatório, atuação em setor sensível, e COVID-19. A primeira variável de controle é o tamanho da empresa que pode ser relevante pois empresas maiores podem aumentar a qualidade de seus relatórios de sustentabilidade (Farooq et al., 2021), e estão sujeitas à maiores cobranças por parte de *stakeholders* externos para que realizem investimentos que impactem positivamente o desenvolvimento sustentável (Kalbuana et al., 2022). O tamanho da empresa foi dado pelo logaritmo natural dos ativos totais da empresa (Naeem; Cankaya; Bildik, 2022; Bhaskaran et al., 2020). A experiência na América Latina foi calculada pela idade da empresa, no caso de Multilatinas, e pelo número de anos desde o estabelecimento da primeira subsidiária em algum país latino-americano, para as demais EMNs (Shirodkar; Konara, 2017). Com o aumento da experiência de atuação em um dado país as EMNs podem estar mais capacitadas para contribuir para a resolução de problemas que impactem o desenvolvimento sustentável, como a criação de programas filantrópicos para atender as necessidades de saúde e educação das comunidades locais (Rao-Nicholson; Thein; Zhong, 2024). A literatura indica que a

contratação de empresas de auditoria reconhecidas internacionalmente para auditar relatórios de sustentabilidade aumenta a qualidade e a confiança das informações relatadas (Hodge; Subramaniam; Stewart, 2009; Cheng; Green; Ko, 2015). A variável para auditoria externa do relatório é dada por uma dummy, que assume valor 1 se o relatório de sustentabilidade é auditado por uma das 4 grandes empresas de auditoria (PWC, Deloitte, EY e KPMG), e valor 0 em caso contrário (Al-Lawati; Hussainey, 2022; Sierra-García; Bollas-Araya; García-Benau, 2022). A atuação em setores sensíveis pode gerar impactos ambientais e sociais negativos. As empresas que atuam em setores de grande impacto ambiental, como os setores energético, petróleo e gás, químico, papel e celulose, mineração, e siderurgia, e as empresas que atuam em setores de grande impacto social, como o setor financeiro, podem ser classificadas como sensíveis (Garcia; Mendes-Da-Silva; Orsato, 2017; Seguí-Mas; Polo-Garrido; Bollas-Araya, 2018). A variável para setor sensível é dada por uma dummy, que assume valor 1 para empresas atuantes em setores sensíveis, e 0 em caso contrário. Por fim, foi incluído como controle uma variável binária para o ano 2020, ano de deflagração da pandemia de COVID-19 que impactou diretamente a queda de emissões de gases de efeito estufa e outros indicadores ambientais devido à redução de atividades de produção em todo mundo (Le Quéré et al., 2021), e o aumento de ações de cunho social por parte das empresas (García-Sánchez; García-Sánchez, 2020).

4.5. Análise dos dados

A análise do papel da governança corporativa da empresa e do país de origem na contribuição das EMNs para o alcance dos ODS foi realizada por meio de modelos de regressão de dados em painel. Foi empregado o Método dos Momentos Generalizados (GMM), que é considerado eficiente para lidar com problemas de correlação, endogeneidade e heterocedasticidade, geralmente presentes em dados em painel, e que podem levar à erros de estimação do modelo estatístico (Khan; Yu; Sharif, 2021). O estimador GMM permite modelar os aspectos dinâmicos da variável dependente adicionando a variável dependente defasada como variável explicativa, e leva em conta a natureza endógena das variáveis explicativas incluídas na análise (Baltagi, 2005). O GMM funciona melhor em uma situação em que há poucas unidades de tempo e muitos indivíduos (Roodman, 2009). Portanto, esse estimador se mostra adequado para este estudo, uma vez que, o período de análise é relativamente pequeno (2018–2022). Os modelos de regressão foram estimados utilizando o *System* GMM, que demonstrou ter ganhos consideráveis de eficiência sobre o GMM básico de primeira diferença

(Baltagi, 2005), e permite simultaneamente a introdução de mais variáveis instrumentais (Roodman, 2009). O modelo dinâmico de estimação básico é apresentado na Equação 2.

$$ICS_{it} = \beta_0 + \beta_1 ICS_{it-1} + \beta_2 Governança\ Corporativa_{it} + \beta_3 Governança\ Institucional_{kt} + \beta_4 Variáveis\ de\ Controle_{ikt} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Em que: *i* representa a multinacional, *k* é o país de origem da multinacional, e *t* o ano de observação; ICS_{it} representa a variável dependente referente ao índice de compromisso sustentável; ICS_{it-1} é a defasagem da variável dependente; $Governança\ Corporativa_{it}$ é referente ao tamanho do conselho, e à independência do conselho; $Governança\ Institucional_{kt}$ é referente à média dos indicadores de governança mundial; $Variáveis\ de\ Controle_{ikt}$ são o tamanho da empresa, a experiência na América Latina, a auditoria externa do relatório de sustentabilidade, a atuação da empresa em setor sensível, e o ano de início da pandemia de COVID-19; e ε_{it} é o termo de erro.

5. RESULTADOS

A Tabela 13 apresenta as estatísticas descritivas e a matriz de correlação. A pontuação máxima na variável ICS que poderia ser obtida pelas empresas é 1, e a média de pontuação foi de 0,29, isso indica que o nível médio de compromisso com o alcance dos ODS foi de aproximadamente 29%. O tamanho médio dos conselhos de administração é de 10 membros, enquanto a independência dos conselhos gira em torno de 53%. A média da variável que representa a governança institucional dos países de origem das EMNs que compõem a amostra é 0,31, sendo que o valor máximo (1,7) é referente à Luxemburgo no ano 2018, e o valor mínimo (-0,53) ao México no ano 2021. Isso indica que Luxemburgo e México apresentaram as melhores e piores estruturas de governança institucional dentre os países da amostra, respectivamente. Das 50 empresas que compõem a amostra, 37% pertencem a setores industriais de alto impacto socioambiental. Com relação à matriz de correlação, a Tabela 13 mostra que as variáveis não apresentam altos índices de correlação entre si. A ausência de problemas de multicolinearidade foi confirmada pelo teste VIF que indicou que o maior valor VIF é de 1,29 a média VIF é de 1,15, portanto valores inferiores ao limite de 10 (Hair et al., 2009).

Tabela 13 - Estatística descritivas e matriz de correlação.

Variável	Méd.	DP	Mín.	Máx.	1	2	3	4	5	6	7	8	9
(1) ICS	0,29	0,09	0,03	0,50	1								
(2) CON	10,23	2,53	3	19	-0,03 [0,63]	1							
(3) IND	0,53	0,20	0,11	1	0,16 [0,01]	-0,03 [0,65]	1						
(4) GOV	0,31	0,68	-0,53	1,7	-0,15 [0,01]	-0,10 [0,10]	-0,11 [0,07]	1					
(5) TAM	3,39	1,44	0,40	7,52	0,17 [0,00]	0,15 [0,02]	-0,02 [0,77]	0,37 [0,00]	1				
(6) EXP	68,96	31,4	18	143	-0,18 [0,00]	0,04 [0,48]	0,09 [0,16]	-0,08 [0,18]	-0,12 [0,05]	1			
(7) AUD	0,50	0,47	0	1	0,58 [0,00]	0,01 [0,95]	0,17 [0,00]	-0,10 [0,08]	0,14 [0,03]	-0,08 [0,16]	1		
(8) SET	0,37	0,48	0	1	-0,32 [0,00]	-0,11 [0,06]	-0,20 [0,00]	-0,07 [0,22]	-0,11 [0,09]	0,23 [0,00]	-0,17 [0,00]	1	
(9) COV	0,20	0,40	0	1	0,27 [0,00]	-0,07 [0,27]	-0,01 [0,98]	0,00 [0,95]	-0,01 [0,91]	-0,01 [0,94]	0,06 [0,30]	-0,01 [0,96]	1

Legenda: Méd.= média; DP= desvio padrão; Mín.= mínimo; Máx.= máximo. P-valor entre colchetes.
Fonte: elaborado pela autora.

A Tabela 14 apresenta os resultados dos modelos de regressão. Os resultados da variável referente ao tamanho do conselho no Modelo 1 (β= -0,021, p<0,01), e no Modelo 4 (β= -0,015, p<0,01) mostram valores de coeficientes negativos e significativos que contrapõem a Hipótese 1a, determinando que o aumento de uma pessoa no conselho reduz entre 1,5% e 2% o nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável. Na Hipótese 1a, argumentou-se que o tamanho do conselho de administração estaria positivamente relacionado ao compromisso com o alcance dos ODS. Os resultados indicam, porém, uma relação negativa entre o tamanho do conselho e o compromisso com o desenvolvimento sustentável. No Modelo 2, e no Modelo 4 os coeficientes da variável referente à independência do conselho não são significativos. Portanto, os resultados não oferecem suporte à Hipótese 1b, na qual argumentou-se que a independência do conselho estaria positivamente relacionada ao compromisso com o alcance dos ODS. A Hipótese 2 propôs que a governança institucional do país de origem influenciaria negativamente o compromisso com o alcance dos ODS. Argumentou-se que EMNs oriundas de economias desenvolvidas, com melhores indicadores de governança, estariam menos comprometidas com o desenvolvimento sustentável em economias emergentes em decorrência da adoção de práticas econômicas, ambientais e sociais mais irresponsáveis nesses países. Os resultados do Modelo 3 (β= -0,054, p<0,01) e do Modelo 4 (β= -0,054, p<0,05) mostram um efeito negativo e significativo dos indicadores de governança com o compromisso sustentável, oferecendo suporte à Hipótese 2.

Tabela 14 - Resultados das regressões.

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
L1.ICS	0,173***	0,115**	0,129**	0,097**
	(0,049)	(0,053)	(0,047)	(0,049)
Variáveis independentes				
Tamanho do conselho	-0,021***			-0,015***
	(0,005)			(0,004)
Independência do conselho		0,017		0,051
		(0,046)		(0,041)
Governança do país de origem			-0,054***	-0,054**
			(0,016)	(0,024)
Variáveis de controle				
Tamanho da empresa	0,033***	0,012	0,024**	0,033***
	(0,010)	(0,010)	(0,011)	(0,012)
Experiência na América Latina	-0,0006	-0,0001	0,001	0,0001
	(0,001)	(0,001)	(0,001)	(0,0009)
Auditoria externa do relatório	0,024**	0,031***	0,028**	0,024**
	(0,011)	(0,012)	(0,011)	(0,011)
Setor sensível	-0,061	-0,097***	-0,137***	-0,038***
	(0,040)	(0,034)	(0,037)	(0,032)
COVID-19	0,032***	0,037***	0,041***	0,038***
	(0,006)	(0,007)	(0,005)	(0,005)
Intercepto	0,419***	0,250**	0,153*	0,318***
	(0,116)	(0,105)	(0,088)	(0,090)
Observações	194	194	194	194
Teste de Hansen	0,384	0,247	0,268	0,351
AR (1)	0,005	0,014	0,013	0,010
AR (2)	0,118	0,226	0,138	0,204

Legenda: erro padrão entre parênteses; *p<0,10; **p<0,05; ***p<0,01.
Fonte: elaborado pela autora.

Em se tratando das variáveis de controle, o tamanho da empresa apresentou coeficiente positivo e significativo no Modelo 1, no Modelo 3 e no Modelo 4. Esse resultado corrobora a visão de que empresas maiores sofrem mais pressão para investir em ações de sustentabilidade (Kalbuana et al., 2022). A auditoria externa do relatório também se mostrou positivamente relacionada ao compromisso com o desenvolvimento sustentável, apresentando coeficiente positivo e significativo em todos os modelos. Esse resultado demonstra que a auditoria dos relatórios de sustentabilidade por firmas reconhecidas internacionalmente é um indício de que a preocupação com a divulgação de informações de qualidade (Hodg; Subramaniam; Stewart, 2009; Cheng; Green; Ko, 2015) também é uma forma de as empresas demostrarem o compromisso com o desenvolvimento sustentável. O setor sensível apresentou coeficiente negativo e significativo em todos os modelos. Esse resultado indica que embora empresas que atuam em setores de alto impacto social e ambiental buscarem se envolver mais com metas dos ODS do que empresas de outros setores (Van Zanten; Van Tulder, 2018), elas podem ter mais dificuldades de contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável devido à natureza

de suas operações de produção. A variável COVID-19, que representa o ano 2020, quando foi deflagrada a pandemia, apresentou coeficiente positivo e significativo. Isso sugere que a redução das atividades de produção na pandemia, bem como o aumento de ações filantrópicas resultaram na diminuição da geração de externalidades negativas, e no aumento de externalidades positivas, de modo que as empresas apresentaram melhores indicadores ambientais e sociais nesse período, como a redução do consumo de energia e da geração de emissões de gases de efeito (Le Quéré et al., 2021), e aumento da doação de recursos financeiros para saúde, alimentação e pesquisa (García-Sánchez; García-Sánchez, 2020). Os coeficientes estimados para a experiência na América Latina são estatisticamente não significativos e, portanto, indicam que a experiência na região não tem influência no compromisso com o desenvolvimento sustentável.

6. DISCUSSÃO

Com a adoção da Agenda 2030 em 2015, tem crescido a cobrança por um envolvimento mais proativo das EMNs para o alcance dos ODS (Van Zanten; Van Tulder, 2018). A manutenção de operações de produção em diferentes países reforça a necessidade do envolvimento das EMNs com o desenvolvimento sustentável (Kiefner; Mohr; Schumacher, 2022; Van Tulder et al., 2021). Com base na visão institucional da teoria da legitimidade, argumentou-se que a associação de EMNs com o desenvolvimento sustentável se dá na busca por legitimidade, diante de pressões institucionais (Chelli; Durocher; Richard, 2014; Kuruppu; Milne; Tilt, 2019). As EMNs se preocupam em demonstrar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável por meio da divulgação de relatórios de sustentabilidade (Delgado-Márquez; Pedauga, 2017; Maksimov; Wang; Yan, 2022; Tashman; Marano; Kostova, 2019). Desse modo, para mensurar o nível de compromisso das EMNs com o desenvolvimento sustentável foi adotado um sistema de mensuração para quantificar o progresso das informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidade. Considerando que as principais decisões estratégicas das empresas são tomadas com base em sua estrutura de governança corporativa, e que esta é um reflexo dos ambientes institucionais em que as empresas estão inseridas, investigou-se a influência das estruturas de governança corporativa, e a governança institucional do país de origem no compromisso de EMNs com o desenvolvimento sustentável em países hospedeiros de economia emergente. Considerando o papel da governança corporativa para a tomada de decisões dentro das empresas, e o papel estratégico do conselho de administração (Aguilera; Jackson, 2010; Duque-Grisales; Aguilera-

Caracuel, 2021), foi proposto nas hipóteses que o tamanho e a independência do conselho teriam um efeito positivo no compromisso de EMNs com o desenvolvimento sustentável. Contudo os resultados indicaram uma relação negativa do tamanho do conselho com o compromisso sustentável das EMNs, enquanto a relação entre a independência do conselho e o compromisso sustentável não foi significativa.

Apesar de a grande maioria das pesquisas indicar uma relação positiva do tamanho do conselho com questões relacionadas à sustentabilidade, alguns estudos apresentam resultados divergentes, indicando uma relação não significativa do tamanho do conselho com o desempenho sustentável (Disli; Yilmaz; Mohamed, 2022), ou que um número muito grande de membros nos conselhos pode prejudicar a tomada de decisões referentes à sustentabilidade (Martínez-Ferrero; García-Sánchez, 2017). Segundo Cheng (2008), em conselhos maiores os membros devem fazer concessões mais frequentemente para se chegar a um acordo e, consequentemente, as decisões de conselhos maiores tendem a ser menos extremas. Uma explicação do resultado negativo pode estar, então, no contexto institucional latino-americano. Considerando a baixa orientação para *stakeholders* na América Latina, com as empresas e as leis mais centradas na proteção dos acionistas, em relação a outros grupos de *stakeholders* (Husted; Sousa-Filho, 2019), a possibilidade de os conselhos administrativos tomarem decisões mais moderadas em relação à sustentabilidade pode ser maior devido à preocupação com os resultados financeiros. Além disso, possíveis intervenções na nomeação de membros dos conselhos de administração em empresas estatais e familiares (Simpson, 2014; Thompson; Alleyne, 2023), também podem ter como prioridade outras agendas, que não a de desenvolvimento sustentável. Desse modo, acredita-se que a decisão sobre a quantidade de membros do conselho é influenciada por questões contextuais e os objetivos financeiros e de sustentabilidade da empresa.

Com relação à independência do conselho, a literatura existente aponta que membros independentes de conselhos administrativos são necessários para que outros valores, além dos financeiros, orientem a conduta das empresas, e para a defesa das demandas de *stakeholders* externos (Chams; García-Blandón, 2019; Pizzi; Rosati; Venturelli, 2021). Entretanto, alguns estudos indicam também uma relação não significativa. Benomran et al. (2015) não encontraram uma relação significativa entre a independência do conselho e divulgações de relatórios de sustentabilidade. Já Walls e Berrone (2017) analisaram o desempenho ambiental, não encontrando uma relação significativa com a independência do conselho. Dentre as razões para a falta de significância nessas relações pode estar a não preocupação dos diretores

independentes com o desenvolvimento sustentável (Amran; Lee; Devi, 2014); ou ainda a presença de diretores independentes apenas para atender requisitos regulatórios, o que resultaria em diretores independentes sem funções concretas ou tendo suas considerações descartadas (Sekarlangit; Wardhani, 2021).

A boa governança institucional dos países de origem é considerada fundamental para o desempenho sustentável dos países e das empresas (Barbier; Burgess, 2021; Mooneeapen; Abhayawansa; Mamode Khan, 2022), portanto, neste artigo, foi proposto que haveria uma relação negativa entre a governança do país de origem e o compromisso sustentável. Os resultados ofereceram respaldo para a hipótese proposta. Apesar de que o padrão esperado seja de que as empresas socio e ambientalmente responsáveis em seus países de origem atuem da mesma forma nos países hospedeiros (Jung; Lee, 2018), as chances de que esses comportamentos sejam transferidos diminuem em se tratando de países hospedeiros de economia menos desenvolvida, que são destinos de tecnologias defasadas e são frequentemente usados como paraísos de poluição (Anderson, 2021; Wang; Bui; Zhang, 2020). Isso ocorre visto que diferentes sistemas institucionais diferem em termos de suas respostas a questões de sustentabilidade (Orazalin; Mahmood, 2021). Logo, as EMNs podem escolher transferir suas práticas de sustentabilidade do país de origem, ou adotar as práticas do país hospedeiro (Anderson, 2021).

Embora os ambientes institucionais dos países hospedeiros não tenham sido analisado nesta pesquisa, as condições institucionais de economias emergentes podem facilitar comportamentos nocivos por parte das EMNs (Doh et al., 2017). Lacunas institucionais, incluindo leis e regulamentações insuficientes, aliadas à falta de fiscalização, podem dar margem a práticas indesejáveis por parte de EMNs, tais como a exploração desenfreada de recursos naturais, a poluição ambiental, e a violação de direitos humanos (Nam; Ryu, 2023; Singhania; Saini, 2021). Considerando que para as EMNs os objetivos financeiros vêm em primeiro lugar, e questões socioambientais estão em segundo plano (Narula, 2019), a conduta ética no país de origem não irá necessariamente resultar na conduta ética em países hospedeiros que não contem com ambientes institucionais fortes e estejam engajados na busca pelo desenvolvimento sustentável. As estruturas e práticas de governança são, portanto, um reflexo do quão efetivamente as empresas são administradas em um dado país. Se os mecanismos de governança interna de uma empresa (como a independência do conselho) e/ou os mecanismos de governança institucional do país hospedeiro (como a qualidade regulatória) não são adequados, questões como promoção de bem-estar social e ambiental, importantes para

stakeholders externos, podem ser colocadas em segundo plano, em prol de questões financeiras de maior relevância para *stakeholders* internos, como os acionistas. Nesse cenário, EMNs atuando em países caracterizados por uma fraca governança podem ser mais negligentes com as demandas de seus diferentes grupos de *stakeholders*. Em tais contextos, a intervenção governamental pode ser fundamental para incentivar investimentos que facilitem a promoção do desenvolvimento sustentável (Alsaleh; Abdul-Rahim; Abdulwakil, 2021).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o impacto da estrutura de governança corporativa de EMNs atuantes na América Latina e da governança institucional do país de origem no compromisso com o desenvolvimento sustentável. Foi selecionada uma amostra de 50 EMNs atuantes na América Latina, com origem em economias desenvolvidas e emergentes, no período entre 2018 e 2022. Para a análise dos dados foi aplicado o estimador *System* GMM. Os resultados mostraram que o tamanho do conselho de administração da empresa está negativamente relacionado ao compromisso sustentável das EMNs; e que a independência do conselho não impacta o compromisso sustentável. Esses resultados divergem da relação proposta na construção das hipóteses quanto à influência da governança corporativa no compromisso sustentável das EMNs. Os resultados mostraram também que a governança institucional do país de origem está negativamente relacionada ao compromisso com o desenvolvimento sustentável das EMNs na América Latina. Esse resultado indica que a qualidade do ambiente institucional do país de origem pode não ser um indicador tão favorável, como apontado na literatura (Dau; Moore; Newburry, 2020; Jung; Lee, 2018; Mooneeapen; Abhayawansa; Mamode Khan, 2022), ao engajamento das EMNs no alcance dos ODS em países hospedeiros de economias emergentes. Por outro lado, esse resultado indica que EMNs com origem em países com índices de governança institucional menores, ou seja, países de economia emergente, estão mais engajadas com o desenvolvimento sustentável. Tal relação pode estar fundamentada na busca da superação de desvantagens de estrangeiro por meio de ganhos de legitimidade que o compromisso com a sustentabilidade proporciona às EMNs com origem nesses países (Ciasullo et al., 2020; Gomez-Trujillo; Gonzalez-Perez; Baena-Rojas, 2024; Plaza-Casado; Blanco-González; Rivero-Gutiérrez, 2024).

Os resultados deste estudo podem ser de interesse para gestores, investidores e formuladores de políticas. Em se tratando de implicações gerenciais, este estudo sugere que conselhos de administração maiores podem influenciar negativamente no compromisso com o

desenvolvimento sustentável. Esse resultado pode ser fruto de dificuldades na tomada de decisões em conselhos maiores que contem com diretores que possuam visões divergentes quanto à sustentabilidade (Martínez-Ferrero; García-Sánchez, 2017), ou devido à necessidade mais frequente de se fazer concessões para obtenção de consenso (Cheng, 2008). Nesse cenário, gestores e investidores de EMNs interessados em ganhos de legitimidade, devem motivar práticas e iniciativas sustentáveis, buscando incorporar diretores que tenham o desenvolvimento sustentável como prioridade em suas agendas.

Quanto às implicações políticas, os resultados sugerem a necessidade de reformas que revertam a fraca orientação institucional para o desenvolvimento sustentável da grande maioria dos países latino-americanos (Belloc; Molina, 2023; Cimoli; Dosi; Stiglitz, 2009; Guimón et al., 2018; Malanski; Póvoa, 2021). Os resultados mostram que indicadores mais altos de governança institucional no país de origem está negativamente relacionado ao compromisso das EMNs com o desenvolvimento sustentável em países hospedeiros de economias emergentes. Considerando que os países com economias desenvolvidas apresentam índices mais altos de governança institucional (Kaufmann; Kraay, 2023), essa relação negativa com o compromisso sustentável é um indicador de como as EMNs podem atuar de forma irresponsável em países hospedeiros de economia emergente, aproveitando-se de falhas institucionais (Anderson, 2021; Doh et al., 2017; Nam; Ryu, 2023; Singhania; Saini, 2021). Os países da América Latina adotaram regulações menos restritivas ao investimento estrangeiro na década de 1990, visando o crescimento econômico (Castellacci, 2015). No entanto, as legislações ambientais e sociais não acompanharam as reformas regulatórias que visaram tornar o ambiente institucional mais favorável à condução de negócios para as EMNs (Belloc; Molina, 2023; Contractor et al., 2021). Em vista disso, formuladores de políticas dos países da região devem buscar atrair EMNs comprometidas com o desenvolvimento sustentável, além de analisar a restrição da entrada de investidores estrangeiros em setores econômicos que prejudiquem o desenvolvimento sustentável econômico, ambiental e social (Reiter; Steeensma, 2010; Sapkota; Bastola, 2017).

Este estudo apresenta algumas limitações que fornecem novos caminhos para pesquisas futuras. Primeiramente, foi investigado o compromisso de EMNs com o desenvolvimento sustentável de forma generalizada. Considerando as diferenças dos impactos econômicos, ambientais e sociais, pesquisas futuras que investiguem de forma desagregada os três pilares de sustentabilidade podem viabilizar uma melhor compreensão acerca dos fatores que influenciam a forma como as EMNs se engajam na busca pelo desenvolvimento sustentável, especialmente

em razão de que empresas em diferentes setores de atuação possuem objetivos de sustentabilidade diferentes. Por exemplo, EMNs atuantes em setores ambientalmente sensíveis podem dar prioridade para os ODS ambientais, enquanto as EMNs atuantes em setores socialmente sensíveis podem dar prioridade para os ODS sociais. Em segundo lugar, a mensuração do compromisso com o desenvolvimento sustentável neste estudo foi feita com base nas informações autorrelatadas pelas EMNs. Essa mensuração se deu visando a investigação da forma como as EMNs buscam afirmar sua legitimidade institucional. Todavia, considerando as críticas apontadas com relação aos relatórios de sustentabilidade, como o *greenwashing* (Lashitew, 2021; Testa; Boiral; Iraldo, 2018), pesquisas futuras podem utilizar métricas desenvolvidas por organizações que objetivam avaliar o desempenho em sustentabilidade das empresas de maneira independente. Em terceiro lugar, as características da governança corporativa analisadas neste estudo se limitaram ao tamanho e à independência do conselho. Visando uma visão mais abrangente do impacto da governança corporativa no compromisso com o desenvolvimento sustentável, outras características dos conselhos de administração podem ser analisadas, tais como a presença de mulheres no conselho, o número de reuniões e a existência de comitês de sustentabilidade. Por fim, neste artigo optou-se por analisar a relação entre a governança do país de origem e o compromisso das EMNs com o desenvolvimento sustentável. Estudos futuros podem buscar analisar a governança institucional dos países hospedeiros, ou ainda, comparar a distância de governança entre o país de origem e os países hospedeiros, procurando verificar de que modo EMNs com origem em países de diferentes níveis de desenvolvimento se comportam em países hospedeiros institucionalmente mais próximos e mais distantes.

REFERÊNCIAS

ADIKPO, J. A.; USMAN, O. Moving towards the path of environmental sustainability in Developing-8 countries: Investigating the role of country's reputation in mitigating environmental externalities. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 30, n. 50, p. 109784-109799, 2023.

AGOSIN, M. R.; MACHADO, R. Foreign investment in developing countries: does it crowd in domestic investment? **Oxford Development Studies**, v. 33, n. 2, p. 149-162, 2005.

AGUILERA, R. V.; JACKSON, G. Comparative and international corporate governance. **Academy of Management Annals**, v. 4, n. 1, p. 485-556, 2010.

AGYEI, S. K.; OBUOBI, N. K.; ISSHAQ, M. Z.; ABEKA, M. J.; GATSI, J. G.; BOATENG, E.; AMOAH, E. K. (2022). Country-Level corporate governance and Foreign Portfolio Investments in Sub-Saharan Africa: The moderating role of institutional quality. **Cogent Economics & Finance**, v. 10, n. 1, 2022.

AL-LAWATI, H.; HUSSAINEY, K. Does sustainable development goals disclosure affect corporate financial performance? **Sustainability**, v. 14, n. 13, 2022.

ALSALEH, M.; ABDUL-RAHIM, A. S.; ABDULWAKIL, M. M. The importance of worldwide governance indicators for transitions toward sustainable bioenergy industry. **Journal of Environmental Management**, v. 294, 2021.

ALVARADO, R.; IÑIGUEZ, M.; PONCE, P. Foreign direct investment and economic growth in Latin America. **Economic Analysis and Policy**, v. 56, p. 176-187, 2017.

AMRAN, A.; LEE, S. P.; DEVI, S. S. The influence of governance structure and strategic corporate social responsibility toward sustainability reporting quality. **Business Strategy and the Environment**, v. 23, n. 4, p. 217-235, 2014.

ANDERSON, J. A. **The ESG Behaviors of Multinational Enterprises:** An Exploration of Emerging and Developed Market Norms. Georgia: Georgia State University, 2021.

ARENA, M.; AZZONE, G.; MAPELLI, F. What drives the evolution of Corporate Social Responsibility strategies? An institutional logics perspective. **Journal of Cleaner Production**, v. 171, p. 345-355, 2018.

BALTAGI, B. H. (2005). **Econometric analysis of panel data**. Vol. 3. Chichester: John Wiley & Sons, 2005.

BARBIER, E. B.; BURGESS, J. C. Institutional quality, governance and progress towards the SDGs. **Sustainability**, v. 13, n. 21, 2021.

BELLOC, I.; MOLINA, J. A. Are greenhouse gas emissions converging in Latin America? Implications for environmental policies. **Economic Analysis and Policy**, v. 77, p. 337-356, 2023.

BENOMRAN, N.; HAAT, M. H. C.; HASHIM, H. B.; MOHAMAD, N. R. B. Influence of corporate governance on the extent of corporate social responsibility and environmental reporting. **Journal of Environment and Ecology**, v. 6, n. 1, p. 48-68, 2015.

BETTI, G.; CONSOLANDI, C.; ECCLES, R. G. The relationship between investor materiality and the sustainable development goals: A methodological framework. **Sustainability**, *10*(7), 2248, 2018.

BHASKARAN, R. K.; TING, I. W. K.; SUKUMARAN, S. K.; SUMOD, S. D. Environmental, social and governance initiatives and wealth creation for firms: An empirical examination. **Managerial and Decision Economics**, v. 41, n. 5, p. 710-729, 2020.

CAMPBELL, J. T.; EDEN, L.; MILLER, S. R. Multinationals and corporate social responsibility in host countries: Does distance matter?. **Journal of international business studies**, v. 43, n. 1, p. 84-106, 2012.

CASTELLACCI, F. Institutional voids or organizational resilience? Business groups, innovation, and market development in Latin America. **World Development**, v. 70, n. 1, p. 43-58, 2015.

CHAMS, N.; GARCÍA-BLANDÓN, J. Sustainable or not sustainable? The role of the board of directors. **Journal of Cleaner Production**, v. 226, n. 1, p. 1067-1081, 2019.

CHANG, Y. C.; KAO, M. S.; KUO, A. The influences of governance quality on equity-based entry mode choice: The strengthening role of family control**. International Business Review**, v. 23, n. 5, p. 1008-1020, 2014.

CHELLI, M.; DUROCHER, S.; RICHARD, J. France's new economic regulations: insights from institutional legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 27, n. 2, p. 283-316, 2014

CHEN, H.; GRIFFITH, D. A.; HU, M. Y. The influence of liability of foreignness on market entry strategies: An illustration of market entry in China. **International Marketing Review**, v. 23, n. 6, p. 636-649, 2006.

CHENG, M. M.; GREEN, W. J.; KO, J. C. W. The impact of strategic relevance and assurance of sustainability indicators on investors' decisions. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 34, n. 1, p. 131-162, 2015.

CHENG, S. Board size and the variability of corporate performance. **Journal of Financial Economics**, v. 87, n. 1, p. 157-176, 2008.

CIASULLO, M. V.; MONTERA, R.; CUCARI, N.; POLESE, F. How an international ambidexterity strategy can address the paradox perspective on corporate sustainability: Evidence from Chinese emerging market multinationals. **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 5, p. 2110-2129, 2020.

CIMOLI, M.; DOSI, G.; STIGLITZ, J. E. **Industrial policy and development: The political economy of capabilities accumulation.** New York: Oxford University Press, 2009.

CONTRACTOR, F. J.; NURUZZAMAN, N.; DANGOL, R.; RAGHUNATH, S. How FDI inflows to emerging markets are influenced by country regulatory factors: An exploratory study. **Journal of International Management**, v. 27, n. 1, 2021.

CRILLY, D.; NI, N.; JIANG, Y. Do-no-harm versus do-good social responsibility: Attributional thinking and the liability of foreignness. **Strategic Management Journal**, v. 37, n. 7, p. 1316-1329, 2016.

CURTÓ-PAGÈS, F.; ORTEGA-RIVERA, E.; CASTELLÓN-DURÁN, M.; JANÉ-LLOPIS, E. Coming in from the cold: A longitudinal analysis of SDG reporting practices by Spanish listed companies since the approval of the 2030 agenda. **Sustainability**, v. 13, n. 3, 2021.

DASGUPTA, R.; KUMAR, S.; PATHAK, R. Multinational enterprises' internationalization and adoption of sustainable development goals. **International Journal of Managerial Finance**, v. 18, n. 4, p. 617-638, 2022.

DAU, L. A.; MOORE, E. M.; NEWBURRY, W. The grass is always greener: The impact of home and host country CSR reputation signaling on cross-country investments. **Journal of International Business Policy**, v. 3, n. 2, p. 154-182, 2020.

DEEGAN, C. **Legitimacy theory**. In: Hoque, Z. (Ed.), Methodological Issues in Accounting Research: Theories and Methods. Spiramus Press.: London, p. 204-224, 2018.

DELGADO-MÁRQUEZ, B. L.; PEDAUGA, L. E. Environmental behavior and MNEs: A strategy pulled by stakeholder engagement. **Business Strategy and the Environment**, v. 26, n. 7, p. 927-939, 2017.

DE VILLIERS, C.; KURUPPU, S.; DISSANAYAKE, D. A (new) role for business–Promoting the United Nations' Sustainable Development Goals through the internet-of-things and blockchain technology. **Journal of Business Research**, v. 131, n. 1, p. 598-609, 2021.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

DISLI, M.; YILMAZ, M. K.; MOHAMED, F. F. M. Board characteristics and sustainability performance: empirical evidence from emerging markets. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 13, n. 4, p. 929-952, 2022.

DOH, J.; RODRIGUES, S.; SAKA-HELMHOUT, A.; MAKHIJA, M. International business responses to institutional voids. **Journal of International Business Studies**, v. 48, n. 1, p. 293-307, 2017.

DUQUE-GRISALES, E.; AGUILERA-CARACUEL, J. Environmental, social and governance (ESG) scores and financial performance of Multilatinas: Moderating effects of geographic international diversification and financial slack. **Journal of Business Ethics**, v. 168, n. 2, p. 315-334.

EDEN, L.; MILLER, S. R. Distance matters: Liability of foreignness, institutional distance and ownership strategy. *In:* HITT, M.A; CHENG, J.L.C. (Vol. 16) **Theories of the Multinational Enterprise:** Diversity, Complexity and Relevance. Leeds: Emerald Group Publishing Limited, p. 187-221, 2004.

FAROOQ, M. B.; ZAMAN, R.; SARRAJ, D.; KHALID, F. Examining the extent of and drivers for materiality assessment disclosures in sustainability reports. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 12, n. 5, p. 965-1002, 2021.

FRIAS-ACEITUNO, J. V.; RODRIGUEZ-ARIZA, L.; GARCIA-SANCHEZ, I. M. The role of the board in the dissemination of integrated corporate social reporting. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 20, n. 4, p. 219-233, 2013.

GARCIA, A. S.; MENDES-DA-SILVA, W.; ORSATO, R. J. Sensitive industries produce better ESG performance: Evidence from emerging markets. **Journal of Cleaner Production**, v. 150, n. 1, p. 135-147, 2017.

GARCÍA-ALAMINOS, Á., ORTIZ, M., ARCE, G.; ZAFRILLA, J. Reassembling social defragmented responsibilities: the indecent labour footprint of US multinationals overseas. **Economic Systems Research**, v. 33, n. 4, p. 536-554, 2021.

GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M.; GARCÍA-SÁNCHEZ, A. Corporate social responsibility during COVID-19 pandemic. **Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**, v. 6, n. 4, 126, 2020.

GLOBERMAN, S.; SHAPIRO, D. Global foreign direct investment flows: The role of governance infrastructure. **World Development**, v. 30, n. 11, p. 1899-1919, 2002.

GOLDFAJN, I.; MARTÍNEZ, L.; VALDÉS, R. O. Washington Consensus in Latin America: from raw model to straw man. **Journal of Economic Perspectives**, v. 35, n. 3, p. 109-32, 2021.

GUIMÓN, J.; CHAMINADE, C.; MAGGI, C.; SALAZAR-ELENA, J. C. Policies to attract R&D-related FDI in small emerging countries: aligning incentives with local linkages and

absorptive capacities in Chile. **Journal of International Management**, v. 24, n. 2, p. 165-178, 2018.

HAHN, R.; KÜHNEN, M. Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. **Journal of Cleaner Production**, v. 59, p. 5-21, 2013.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HEAD, K.; RIES, J.; SWENSON, D. Agglomeration benefits and location choice: evidence from Japanese manufacturing investments in the United States. **Journal of International Economics**, v. 38, n. 3-4, p. 223-247, 1995.

HODGE, K.; SUBRAMANIAM, N.; STEWART, J. Assurance of sustainability reports: impact on report users' confidence and perceptions of information credibility. **Australian Accounting Review**, v. 19, n. 3, p. 178-194, 2009.

HUSSAIN, N.; RIGONI, U.; ORIJ, R. P. Corporate governance and sustainability performance: analysis of triple bottom line performance. **Journal of Business Ethics**, v. 149, n. 2, p. 411-432, 2018.

HUSTED, B. W.; DE SOUSA-FILHO, J. M. Board structure and environmental, social, and governance disclosure in Latin America. **Journal of Business Research**, v. 102, p. 220-227, 2019.

JIZI, M. The influence of board composition on sustainable development disclosure. **Business Strategy and the Environment**, v. 26, n. 5, p. 640-655, 2017.

JONES, I.; POLLITT, M. Understanding how issues in corporate governance develop: Cadbury report to Higgs review. **Corporate Governance: An International Review**, v. 12, n. 2, p. 162-171, 2004.

JUNG, J. C.; LEE, K. P. Host country sourcing of multinational enterprises: A corporate social responsibility perspective. **Journal of Business Ethics**, v. 152, n. 3, p. 683-701, 2018.

KALBUANA, N. et al. Effect of profitability, audit committee, company size, activity, and board of directors on sustainability. **Cogent Business & Management**, v. 9, n. 1, p. 2129354, 2022.

KASSINIS, G.; VAFEAS, N. Corporate boards and outside stakeholders as determinants of environmental litigation. **Strategic Management Journal**, v. 23, n. 5, p. 399-415, 2002.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A. **Worldwide Governance Indicators**, 2023. 2023.

KHAN, M. T.; AL-JABRI, Q. M.; SAIF, N. Dynamic relationship between corporate board structure and firm performance: Evidence from Malaysia. **International Journal of Finance & Economics**, v. 26, n. 1, p. 644-661, 2021.

KHAN, S. A. R.; YU, Z.; SHARIF, A. No silver bullet for de-carbonization: preparing for tomorrow, today. **Resources Policy**, v. 71, p. 101942, 2021.

KILIÇ, M.; UYAR, A.; KARAMAN, A. S. What impacts sustainability reporting in the global aviation industry? An institutional perspective. **Transport Policy**, v. 79, p. 54-65, 2019.

KIEFNER, V.; MOHR, A.; SCHUMACHER, C. Female executives and multinationals' support of the UN's sustainable development goals. **Journal of World Business**, v. 57, n. 3, p. 101304, 2022.

KORNIEIEVA, Y. Non-financial reporting challenges in monitoring SDGs achievement: investment aspects for transition economy. **International Journal of Economics & Business Administration**, v. 8, n. 1, p. 62-71, 2020.

KOSTOVA, T.; ZAHEER, S. Organizational legitimacy under conditions of complexity: The case of the multinational enterprise. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 1, p. 64-81, 1999.

KURUPPU, S. C.; MILNE, M. J.; TILT, C. A. Gaining, maintaining and repairing organisational legitimacy: When to report and when not to report. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 32, n. 7, p. 2062-2087, 2019.

KUSWANTORO, H.; SHOLIHIN, M.; DJADADIKERTA, H. G. Exploring the implementation of sustainable development goals: A comparison between private and state-owned enterprises in Indonesia. **Environment, Development and Sustainability**, p. 1-21, 2022.

LASHITEW, A. A. Corporate uptake of the Sustainable Development Goals: Mere greenwashing or an advent of institutional change?. **Journal of International Business Policy**, v. 4, n. 1, p. 184-200, 2021.

LE QUERÉ, C. et al. Fossil CO2 emissions in the post-COVID-19 era. **Nature Climate Change**, v. 11, n. 3, p. 197-199, 2021.

LECHNER, L. Good for some, bad for others: US investors and non-trade issues in preferential trade agreements. **The Review of International Organizations**, v. 13, n. 2, p. 163-187, 2018.

LEFORT, F. Ownership structure and corporate governance in Latin America. **Revista Abante**, v. 8, n. 1, p. 55-84, 2005.

LINDMAN, Å.; RANÄNGEN, H.; KAUPPILA, O. Guiding corporate social responsibility practice for social license to operate: A Nordic mining perspective. **The Extractive Industries and Society**, v. 7, n. 3, p. 892-907, 2020.

LINNENLUECKE, M. K. Environmental, social and governance (ESG) performance in the context of multinational business research. **Multinational Business Review**, v. 30, n. 1, p. 1-16, 2022.

LIOU, R. S.; CHAO, M. C. H.; YANG, M. Emerging economies and institutional quality: Assessing the differential effects of institutional distances on ownership strategy. **Journal of World Business**, v. 51, n. 4, p. 600-611, 2016.

LIOU, R. S.; RAO-NICHOLSON, R. Multinational enterprises and Sustainable Development Goals: A foreign subsidiary perspective on tackling wicked problems. **Journal of International Business Policy**, v. 4, n. 1, p. 136-151, 2021.

MAIER, S. **How global is good corporate governance**. Londres: Ethical Investment Research Services, p. 1-20, 2005.

MALANSKI, L. K.; PÓVOA, A. C. S. Economic growth and corruption in emerging markets: Does economic freedom matter?. **International Economics**, v. 166, p. 58-70, 2021.

MARTÍNEZ-FERRERO, J.; GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M. Sustainability assurance and assurance providers: Corporate governance determinants in stakeholder-oriented countries. **Journal of Management & Organization**, v. 23, n. 5, p. 647-670, 2017.

MAKSIMOV, V.; WANG, S. L.; YAN, S. Global connectedness and dynamic green capabilities in MNEs. **Journal of International Business Studies**, v. 53, n. 1, p. 723-740, 2022.

MOONEEAPEN, O.; ABHAYAWANSA, S.; MAMODE KHAN, N. The influence of the country governance environment on corporate environmental, social and governance (ESG) performance. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 13, n. 4, p. 953-985, 2022.

NAEEM, N.; CANKAYA, S.; BILDIK, R. Does ESG performance affect the financial performance of environmentally sensitive industries? A comparison between emerging and developed markets. **Borsa Istanbul Review**, v. 22, p. 128-140, 2022.

NAM, H. J.; RYU, D. FDI and human development: The role of governance, ODA, and national competitiveness. **Journal of International Financial Markets, Institutions and Money**, v. 85, p. 101769, 2023.

NARULA, R. Enforcing higher labor standards within developing country value chains: Consequences for MNEs and informal actors in a dual economy. **Journal of International Business Studies**, v. 50, n. 9, p. 1622-1635, 2019.

NARULA, R.; DUNNING, J. H. Industrial development, globalization and multinational enterprises: new realities for developing countries. **Oxford Development Studies**, v. 28, n. 2, p. 141-167, 2000.

NGOBO, P. V.; FOUDA, M. Is 'Good' governance good for business? A cross-national analysis of firms in African countries. **Journal of World Business**, v. 47, n. 3, p. 435-449, 2012.

NIKOLAOU, I. E.; TSALIS, T. A. Development of a sustainable balanced scorecard framework. **Ecological Indicators**, v. 34, n. 1, p. 76-86, 2013.

NIPPA, M.; PATNAIK, S.; TAUSSIG, M. MNE responses to carbon pricing regulations: Theory and evidence. **Journal of International Business Studies**, v. 52, p. 904-929, 2021.

NTIM, C. G.; SOOBAROYEN, T. Corporate governance and performance in socially responsible corporations: New empirical insights from a Neo-Institutional framework. **Corporate Governance: An International Review**, v. 21, n. 5, p. 468-494, 2013.

OFORI, E. K.; ONIFADE, S. T.; ALI, E. B.; ALOLA, A. A.; ZHANG, J. Achieving carbon neutrality in post COP26 in BRICS, MINT, and G7 economies: The role of financial development and governance indicators. **Journal of Cleaner Production**, v. 387, p. 135853, 2023.

ORAZALIN, N.; MAHMOOD, M. Toward sustainable development: Board characteristics, country governance quality, and environmental performance. **Business Strategy and the Environment**, v. 30, n. 8, p. 3569-3588, 2021.

PARK, B. I.; CHIDLOW, A.; CHOI, J. Corporate social responsibility: Stakeholders influence on MNEs' activities. **International Business Review**, v. 23, n. 5, p. 966-980, 2014.

PAVLÍNEK, P. Global production networks, foreign direct investment, and supplier linkages in the integrated peripheries of the automotive industry. **Economic Geography**, v. 94, n. 2, p. 141-165, 2018.

PHILLIPS, N.; MIERES, F. The governance of forced labour in the global economy. **Globalizations**, v. 12, n. 2, p. 244-260, 2015.

PIZZI, S.; ROSATI, F.; VENTURELLI, A. The determinants of business contribution to the 2030 Agenda: Introducing the SDG Reporting Score. **Business Strategy and the Environment**, v. 30, n. 1, p. 404-421, 2021.

PLAZA-CASADO, A.; BLANCO-GONZÁLEZ, A.; RIVERO-GUTIÉRREZ, L.; GÓMEZ-MARTÍNEZ, R. Does the legitimacy of countries influence the internationalization of emerging market multinationals. **European Research on Management and Business Economics**, v. 30, n. 1, p. 9, 100233, 2024.

POST, C.; RAHMAN, N.; RUBOW, E. Green governance: Boards of directors' composition and environmental corporate social responsibility. **Business & Society**, v. 50, n. 1, p. 189-223, 2011.

RAO-NICHOLSON, R.; THEIN, H. H.; ZHONG, Y. A thematic analysis of the links between multinational enterprises' corporate social responsibility and the Sustainable Development Goals in Myanmar. **Journal of International Business Policy**, v. 7, p. 203-223, 2024.

REITER, S. L.; STEENSMA, H. K. Human development and foreign direct investment in developing countries: the influence of FDI policy and corruption. **World Development**, v. 38, n. 12, p. 1678-1691, 2010.

ROODMAN, D. How to do xtabond2: An introduction to difference and system GMM in Stata. **The Stata Journal**, v. 9, n. 1, p. 86-136, 2009.

SACHS, J. D.; LAFORTUNE, G.; FULLER, G.; DRUMM, E. Implementing the SDG Stimulus. **Sustainable Development Report 2023**. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press, 2023.

SÁENZ GONZÁLEZ, J.; GARCÍA-MECA, E. Does corporate governance influence earnings management in Latin American markets?. **Journal of Business Ethics**, v. 121, p. 419-440, 2014.

SANTIAGO-CASTRO, M.; BAEK, H. Y. Board composition and firm performance of large Latin American firms: An exploratory view. **Latin American Business Review**, v. 4, n. 2, p. 1-19, 2004.

SAPKOTA, P.; BASTOLA, U. Foreign direct investment, income, and environmental pollution in developing countries: Panel data analysis of Latin America. **Energy Economics**, v. 64, p. 206-212, 2017.

SARDIANOU, E.; STAUROPOULOU, A.; EVANGELINOS, K.; NIKOLAOU, I. A materiality analysis framework to assess sustainable development goals of banking sector through sustainability reports. **Sustainable Production and Consumption**, v. 27, p. 1775-1793, 2021.

SAUER, P. C.; SEURING, S. Sustainable supply chain management for minerals. **Journal of Cleaner Production**, v. 151, n. 1, p. 235-249, 2017.

SEGUÍ-MAS, E.; POLO-GARRIDO, F.; BOLLAS-ARAYA, H. M. Sustainability assurance in socially-sensitive sectors: A worldwide analysis of the financial services industry. **Sustainability**, v. 10, n. 8, p. 2777, 2018.

SEKARLANGIT, L. D.; WARDHANI, R. The effect of the characteristics and activities of the board of directors on sustainable development goal (SDG) disclosures: Empirical evidence from Southeast Asia. **Sustainability**, v. 13, n. 14, p. 8007, 2021.

SHAPIRO, G.; MARKOFF, G. In C. W. ROBERTS (Ed.), Text analysis for the social sciences: Methods for drawing statistical inferences from text and transcripts, p. 9–31. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1997.

SHIRODKAR, V.; KONARA, P. Institutional distance and foreign subsidiary performance in emerging markets: Moderating effects of ownership strategy and host-country experience. **Management International Review**, v. 57, p. 179-207, 2017.

SIERRA-GARCÍA, L.; BOLLAS-ARAYA, H. M.; GARCÍA-BENAU, M. A. Sustainable development goals and assurance of non-financial information reporting in Spain. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 13, n. 4, p. 878-898, 2022.

SIMPSON, S. N. Y. Boards and governance of state-owned enterprises. **Corporate Governance**, v. 14, n. 2, p. 238-251, 2014.

SINGHANIA, M.; SAINI, N. Demystifying pollution haven hypothesis: Role of FDI. **Journal of Business Research**, v. 123, p. 516-528, 2021.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

SCHWAB, K. The Global Competitiveness Report 2017-2018. Geneva: World Economic Forum, 2017.

TASHMAN, P.; MARANO, V.; KOSTOVA, T. Walking the walk or talking the talk? Corporate social responsibility decoupling in emerging market multinationals. **Journal of International Business Studies**, v. 50, p. 153-171, 2019.

TESTA, F.; BOIRAL, O.; IRALDO, F. Internalization of environmental practices and institutional complexity: Can stakeholders pressures encourage greenwashing?. **Journal of Business Ethics**, v. 147, p. 287-307, 2018.

THOMPSON, R. M.; ALLEYNE, P. Role of a board of directors and corporate governance in a state-owned enterprise. **Corporate Governance: The International Journal of Business in Society**, v. 23, n. 3, p. 478-492, 2022.

TSALIS, T. A.; MALAMATENIOU, K. E.; KOULOURIOTIS, D.; NIKOLAOU, I. E. New challenges for corporate sustainability reporting: United Nations' 2030 Agenda for sustainable development and the sustainable development goals. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 27, n. 4, p. 1617-1629, 2020.

UDDIN, S.; CHOUDHURY, J. Rationality, traditionalism and the state of corporate governance mechanisms: Illustrations from a less-developed country. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 21, n. 7, p. 1026-1051, 2008.

VAN DER WAAL, J. W.; THIJSSENS, T. Corporate involvement in sustainable development goals: Exploring the territory. **Journal of Cleaner Production**, v. 252, p. 119625, 2020.

VAN TULDER, R.; RODRIGUES, S. B.; MIRZA, H.; SEXSMITH, K. The UN's sustainable development goals: Can multinational enterprises lead the decade of action?. **Journal of International Business Policy**, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2021.

VAN ZANTEN, J. A.; VAN TULDER, R. Multinational enterprises and the Sustainable Development Goals: An institutional approach to corporate engagement. **Journal of International Business Policy**, v. 1, n. 3, p. 208-233, 2018.

WALLS, J. L.; BERRONE, P. The power of one to make a difference: How informal and formal CEO power affect environmental sustainability. **Journal of Business Ethics**, v. 145, p. 293-308, 2017.

WANG, Z.; BUI, Q.; ZHANG, B. The relationship between biomass energy consumption and human development: Empirical evidence from BRICS countries. **Energy**, v. 194, p. 116906, 2020.

WARING, P. Rethinking directors' duties in changing global markets. **Corporate Governance: The International Journal of Business in Society**, v. 8, n. 2, p. 153-164, 2008.

WHITEHEAD, J. Prioritizing sustainability indicators: Using materiality analysis to guide sustainability assessment and strategy. **Business Strategy and the Environment**, v. 26, n. 3, p. 399-412, 2017.

ZAHEER, S. Overcoming the liability of foreignness. **Academy of Management Journal**, v. 38, n. 2, p. 341-363, 1995.

ZHANG, K.; PAN, Z.; JANARDHANAN, M. Relationship between the Degree of Internationalization and Greenwashing of Environmental Responsibilities in China-Based on the Legitimacy Perspective. **Sustainability**, v. 14, n. 5, 2794, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria de negócios internacionais discute que as EMNs são uma importante fonte de recursos para o crescimento econômico dos países hospedeiros, e que a geração de externalidades positivas do IDE não é automática. No entanto, a compreensão do relacionamento das empresas com a agenda sustentável, ainda está em andamento. Sendo assim, esta tese de doutorado teve como objetivo geral verificar qual o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de países emergentes e em desenvolvimento.

Nos três artigos apresentados, esse objetivo geral foi divido em três objetivos específicos. O primeiro artigo revisou a literatura sobre o papel das EMNs no desenvolvimento sustentável de países emergentes e em desenvolvimento, visando fornecer uma síntese desse tópico de pesquisa no campo de negócios internacionais. O segundo e o terceiro artigos, analisaram de forma empírica o contexto latino-americano. O objetivo do segundo artigo foi investigar os efeitos do IDE das EMNs e do ambiente institucional regulatório em questões econômicas, ambientais e sociais que impactem o desenvolvimento sustentável de países da América Latina. E no terceiro artigo, o objetivo foi analisar o impacto da estrutura de governança corporativa das EMNs atuantes na América Latina e da governança institucional do país de origem destas empresas no compromisso com o desenvolvimento sustentável.

O primeiro artigo fornece uma síntese da literatura por meio de análises bibliométrica e de conteúdo. Os resultados das análises bibliométricas indicaram que as pesquisas sobre a relação das EMNs com o desenvolvimento sustentável de países menos desenvolvidos estão em sua incipiência, e em uma tendência de crescimento desde 2015, o ano em que a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável foi adotada pela ONU. Os resultados das análises de conteúdo sugerem que as EMNs têm sido tanto benéficas, quanto prejudiciais ao desenvolvimento sustentável. É notório principalmente o papel do contexto institucional dos países hospedeiros onde leis ambientais e sociais tendem a ser mais flexíveis impulsionando a adoção de condutas irresponsáveis por parte das EMNs. Por outro lado, algumas EMNs, mesmo em ambientes institucionais complexos, têm se mostrado comprometidas com o desenvolvimento sustentável por meio de ações como a geração de inovações verdes, a gestão sustentável da cadeia de suprimentos, e a adoção da sustentabilidade como estratégia de negócios. Por meio dessas análises foi possível identificar lacunas que podem contribuir para o avanço deste tópico de pesquisas na literatura de negócios internacionais. Alguma das lacunas identificadas neste primeiro artigo, foram abordadas no segundo e terceiro artigos.

No segundo artigo argumentou-se que externalidades do IDE são condicionadas pelo ambiente institucional regulatório dos países hospedeiros. Foi analisado como os fluxos de entrada de IDE, e o nível de regulação dos mercados de crédito, de trabalho e de negócios podem impactar o desenvolvimento econômico, ambiental e social sustentável de 19 países latino-americanos, entre 2000 e 2021. Os resultados indicaram a existência de uma relação negativa e significante entre o IDE e indicadores de sustentabilidade econômicos, ambientais e sociais. Desse modo, constatou-se que o IDE pode prejudicar questões como o desenvolvimento industrial e tecnológico nacional, as condições de trabalho, a preservação ambiental, e a diminuição das desigualdades sociais. Esses resultados reforçam a necessidade de que a atração de IDE deve estar focada na qualidade do investimento, e não na quantidade, e que as externalidades do IDE podem ser significativas, mas não são garantidas, nem automáticas. Com relação ao nível de regulação, também foi encontrada uma relação negativa, mas apenas para o indicador social, mostrando que ambientes regulatórios mais liberais impactam negativamente o desenvolvimento social sustentável. O efeito moderador do ambiente regulatório não foi significativo em se tratando dos impactos econômicos e ambientais associados ao IDE. Porém, os resultados apontam que regulações mais liberais aos mercados de crédito, de trabalho e de negócios podem ser um fator agravante dos impactos sociais negativos do IDE. Apesar de serem inegáveis os efeitos positivos do IDE nos países hospedeiros, gerando benefícios como aumento do número de empregos que é essencial para a erradicação da pobreza, podem vir acompanhados por violações de direitos trabalhistas e humanos por parte das EMNs.

No terceiro artigo investigou-se como o compromisso das EMNs com o desenvolvimento sustentável está relacionado à duas características da governança corporativa da empresa, o tamanho do conselho administrativo, e a independência do conselho; e aos indicadores de governança institucional do país de origem. A amostra de pesquisa foi composta por EMNs atuantes em países latino-americanos que divulgaram relatórios de sustentabilidade entre os anos de 2018 e 2022. Os resultados indicaram a existência de uma relação significativa negativa entre o tamanho do conselho de administração e o compromisso das EMNs com o desenvolvimento sustentável, e uma relação não significativa da independência do conselho. Esses resultados podem ser em decorrência do fato de que, à medida em que os conselhos se tornam maiores, aumentam os problemas de agência, sendo mais fácil para o diretor executivo da empresa influenciar e controlar o conselho. As características do ambiente institucional dos países latino-americanos também podem influenciar na eficácia dos conselhos de administração. A baixa orientação para *stakeholders* na região, com as empresas e as leis mais

centradas na proteção dos acionistas, em relação a outros grupos de *stakeholders*, a possibilidade de os conselhos administrativos tomarem decisões mais moderadas em relação à sustentabilidade pode ser maior devido à preocupação com os resultados financeiros. E, em empresas de propriedade familiar e estatal, comuns em países latino-americanos, os conselhos de administração muitas vezes têm como prioridade o atendimento aos interesses das famílias e do governo, que podem não estar pautados na sustentabilidade. Em relação à governança institucional do país de origem e o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a relação encontrada foi significativa e negativa. Apesar de que o padrão esperado seja de que as EMNs socio e ambientalmente responsáveis em seus países de origem atuem da mesma forma nos países hospedeiros, as chances de que esses comportamentos sejam transferidos diminuem em se tratando de países hospedeiros menos desenvolvidos, que frequentemente são destinos de tecnologias defasadas e usados como paraísos de poluição por EMNs de países desenvolvidos. Uma vez que diferentes sistemas institucionais diferem em suas respostas a questões de sustentabilidade, as EMNs podem escolher transferir suas práticas de sustentabilidade do país de origem, ou adotar as práticas do país hospedeiro. Visando aumentar sua lucratividade de curto prazo, as EMNs optam, então, por adotar as práticas dos países hospedeiros. Esses resultados mostram que as características da governança corporativa das EMNs e da governança institucional do país de origem podem variar contextualmente, especialmente em países hospedeiros emergentes e em desenvolvimento.

A teoria institucional, e a visão institucional da teoria da legitimidade foram utilizadas como lentes teóricas na condução dos dois artigos empíricos, auxiliando a responder às questões de pesquisa. Essas teorias defendem que as instituições dos países hospedeiros e dos países de origem são fundamentais na compreensão da forma como as EMNs conduzem suas operações de produção. Em vista disso, no segundo artigo foram analisados os ambientes institucionais dos países hospedeiros do IDE, e no terceiro artigo foram analisados os ambientes institucionais dos países de origem das EMNs. Em ambos os casos foram verificadas relações negativas entre indicadores institucionais mais altos com aspectos do desenvolvimento sustentável.

Os resultados do segundo artigo sugerem que as reformas institucionais neoliberais pelas quais a maioria dos países latino-americanos passaram a partir da década de 1990 não foram acompanhadas por políticas de desenvolvimento econômico-social e de preservação ambiental. Por conseguinte, a obtenção de benefícios advindos do IDE foi impossibilitada. Esses resultados expõem a necessidade de reformas institucionais em países emergentes e em

desenvolvimento voltadas para o desenvolvimento sustentável, e da adoção de políticas de atração de IDE focadas na sustentabilidade das EMNs.

A literatura indica que EMNs com origem em países caracterizados por altos índices de governança institucional, normalmente países desenvolvidos, são associadas à condução ambientalmente e socialmente responsável de suas operações nos países hospedeiros. No entanto, os resultados do terceiro artigo indicaram que essas EMNs não possuem o mesmo nível de comprometimento com o desenvolvimento sustentável em todos os contextos institucionais. Esses resultados sugerem que a maioria das EMNs não transfere suas boas práticas de sustentabilidade, adotadas em países desenvolvidos, para seus países hospedeiros na ausência de pressões regulatórias.

Os três artigos, em conjunto, contribuem para uma melhor compreensão do desenvolvimento sustentável de países emergentes e em desenvolvimento no âmbito dos negócios internacionais. Desse modo, esta tese pode ser de grande relevância para gestores e formuladores de políticas. É fundamental que os formuladores de políticas compreendam que apenas proporcionar um ambiente favorável às EMNs, com redução do ônus burocrático e garantia de retorno financeiro para investidores, não implica na geração de externalidades positivas e na mitigação de externalidades negativas do IDE. Portanto, o liberalismo econômico deve ser adotado com cautela, sendo essencial que sejam investigados quais tipos de empresas oferecerão os maiores benefícios para a economia nacional, de modo que políticas dedicadas à atração de IDE sejam acompanhadas por iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável. Além disso, os resultados indicam EMNs de países desenvolvidos podem atuar de forma irresponsável em países hospedeiros emergentes e em desenvolvimento, aproveitando-se de falhas institucionais, isso expõe a necessidade de reformas que revertam a fraca orientação para o desenvolvimento sustentável da grande maioria dos países latino-americanos. Os governos devem atuar em prol do aprimoramento da qualidade de suas estruturas de governança dedicadas ao controle da corrupção e eficiência da estrutura legal que coíbam a geração de externalidade negativas do IDE, além de punir com maior rigidez empresas que adotem condutas dissidentes em relação aos padrões sociais, ambientais e econômicos que prejudiquem o alcance dos ODS.

Por sua vez, gestores de EMNs devem adequar suas ações em prol do desenvolvimento sustentável em âmbito internacional. Gestores e investidores de EMNs interessados em ganhos de legitimidade, devem motivar práticas e iniciativas sustentáveis, buscando incorporar em seus conselhos de administração diretores que tenham o desenvolvimento sustentável como

prioridade em suas agendas. Principalmente, EMNs que, de fato, estejam comprometidas com o desenvolvimento sustentável devem buscar se diferenciar de empresas que visam apenas ganhos de legitimidade. Outro ponto fundamental para as EMNs é que suas ações para o desenvolvimento sustentável não devem estar condicionadas às instituições locais, apresentando resultados díspares a depender do país hospedeiro. Desse modo, as EMNs devem apresentar condutas consistentes, independente do ambiente institucional no qual estejam inseridas.

Esta tese apresenta algumas limitações que fornecem novos caminhos para pesquisas futuras. Considerando as diferenças dos impactos econômicos, ambientais e sociais, pesquisas futuras que investiguem separadamente os três pilares de sustentabilidade podem viabilizar uma melhor compreensão acerca dos fatores que influenciam a forma como as EMNs se engajam na busca pelo desenvolvimento sustentável, especialmente em razão de que empresas em diferentes setores de atuação possuem objetivos de sustentabilidade diferentes. Por exemplo, EMNs atuantes em setores ambientalmente sensíveis podem dar prioridade para os ODS ambientais, enquanto as EMNs atuantes em setores socialmente sensíveis podem dar prioridade para os ODS sociais. Foi analisada neste estudo a relação entre a governança do país de origem e o compromisso das EMNs com o desenvolvimento sustentável. Estudos futuros podem buscar analisar a governança institucional dos países hospedeiros, ou ainda, comparar a distância de governança entre o país de origem e os países hospedeiros, procurando verificar de que modo EMNs com origem em países de diferentes níveis de desenvolvimento econômico se comportam em países hospedeiros institucionalmente mais próximos e mais distantes. Para a análise dos impactos do IDE, neste estudo foram utilizados de dados dos fluxos agregados do IDE. Uma vez que determinados setores produtivos são intrinsicamente mais propensos à geração de externalidade negativas, pesquisas futuras podem investigar os fluxos desagregados do IDE visando o discernimento dos impactos de cada setor industrial nas diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. Apesar das inúmeras semelhanças entres os países latino-americanos, também são observadas grandes diferenças que podem ser mais bem exploradas por meio de estudos em um único país hospedeiro, de modo a possibilitar a compreensão aprofundada dos efeitos das políticas de atração de IDE e de suas consequências dentro de um contexto particular. Estudos futuros podem também investigar políticas específicas de atração de IDE e seus efeitos no desenvolvimento sustentável dos países hospedeiros.